

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

MAYARA LYRA BERTOLANI

**PARA ALÉM DA PROBLEMÁTICA CAFEEIRA: A CRIAÇÃO DO BANCO DE
CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO E O FINANCIAMENTO DA
AGRICULTURA CAPIXABA (1889-1945)**

VITÓRIA

2017

MAYARA LYRA BERTOLANI

**PARA ALÉM DA PROBLEMÁTICA CAFEIEIRA: A CRIAÇÃO DO BANCO DE
CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO E O FINANCIAMENTO DA
AGRICULTURA CAPIXABA (1889-1945)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Arlindo Villaschi Filho

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B546p Bertolani, Mayara Lyra, 1990-
Para além da problemática cafeeira : a criação do Banco de
Crédito Agrícola do Espírito Santo e o financiamento da
agricultura capixaba (1889-1945) / Mayara Lyra Bertolani. –
2017.
133 f. : il.

Orientador: Arlindo Villaschi Filho.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. 2. Economia
- Espírito Santo (Estado). 3. Crédito agrícola. 4. Produtividade
agrícola. I. Villaschi Filho, Arlindo, 1947-. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
III. Título.

CDU: 330

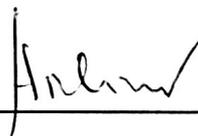
MAYARA LYRA BERTOLANI

**PARA ALÉM DA PROBLEMÁTICA CAFEIEIRA: A CRIAÇÃO DO BANCO DE
CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO E O FINANCIAMENTO DA
AGRICULTURA CAPIXABA (1889-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Economia da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito para
a obtenção do título de Mestre em Economia.

Vitória, 10 de agosto de 2017.

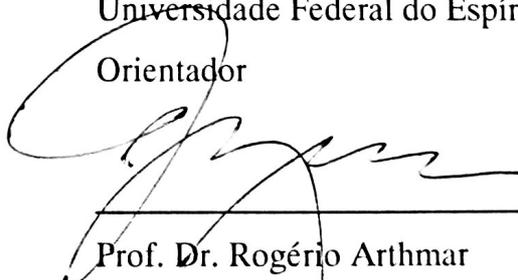
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Arlindo Villaschi Filho

Universidade Federal do Espírito

Orientador



Prof. Dr. Rogério Arthmar

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr^a. Angela Maria Morandi

Doutora em Economia pela UNICAMP

*Aos meus pais,
Aluiz e Roseni,
pelo carinho, apoio e confiança.*

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, a realização dessa pesquisa envolveu o apoio de diversas pessoas e organizações, seja por meio de contribuições teóricas, suporte material ou emocional. Em vista disso, alguns nomes precisam ser lembrados a título de reconhecimento.

Agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco) por ter me garantido as condições necessárias à concretização do Mestrado em Economia.

Ao Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba (GPIDECA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à condução dessa pesquisa.

Ao Banco do Espírito Santo (Banestes) pela disponibilização dos dados.

Ao Professor Arlindo Villaschi, meu orientador, pela orientação e competência, dando-me direcionamento e autonomia indispensáveis para a elaboração dessa dissertação.

Ao Ednilson Felipe pelo olhar cuidadoso, pelas precisas e indispensáveis contribuições, pelo apoio e por me ensinar a superar minhas limitações. Seu incentivo e seus ensinamentos foram fundamentais para concretizar esse sonho. Nossas conversas, seu interesse e dedicação aos meus projetos foram essenciais para a finalização dessa etapa.

Ao Rogério Faleiros pela atenção ao direcionar-me ao Banestes para a captação de dados e pelas contribuições indispensáveis ao desenvolvimento desse trabalho.

Aos Professores Rogério Arthmar e Angela Morandi, que compuseram a Banca Examinadora, pela disponibilidade e proposições bastante construtivas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFES, que pela difusão de conhecimentos, impulsionaram e contribuíram nessa caminhada. À turma de 2015, que fez o desenvolvimento das disciplinas ser mais prazeroso. Em especial, ao Maycon Chaga pelo companheirismo.

Meus agradecimentos se estendem às duas principais pessoas que estiveram ao meu lado lutando para que eu concluísse essa etapa, acreditando em mim e contribuindo em tudo o que precisei para esse momento, os quais sou eternamente grata: meus pais.

À Cristina Bertolani pelo incentivo e, especialmente, por sempre estar presente (pessoalmente ou por telefone) para me ouvir e apoiar.

À toda minha família, que torceu e acreditou no meu sonho.

Ao Leandro Quintão pelas sugestões, conselhos e empréstimos de livros.

Ao Espírito Santo em Ação, em especial ao Leonardo Conde e Luciano Gollner, pela oportunidade, por acreditar no meu potencial e, sobretudo, por serem exemplos de gestores, os quais tenho orgulho de trabalhar e aprender diariamente.

Menciono, com muita estima, a equipe de trabalho que fazem o dia-a-dia ser mais especial: Ana Carolina Passos, Aryla Faustino, Ayone Sossai, Bruna Zuqui, Daniela Marques, Diego Rigo, Diheyson Caldeira, Jamili Zambaldi, Juliani Monteiro e Thiago Agra. Ainda, refiro com apreço, à Bruna Bravin e Nelma Gazoni, do Instituto Líderes do Amanhã.

À Laila Mello, pela preocupação, parceria e amizade.

Todos são especiais, com os quais muito aprendi e, aos quais, muito agradeço.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar de que forma o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo fomentou financiamento da agricultura capixaba. Primeiramente, ponderamos quais medidas adotadas pelo Governo Federal e Estadual, no período da Primeira República, auxiliaram no progresso da economia agroexportadora brasileira e capixaba, pautada pela exportação de café. Analisaremos como as políticas nacionais de valorização do café adotadas no período afetaram o Espírito Santo e quais as medidas foram adotadas pelo estado para fomentar a cafeicultura local. Por conseguinte, abordaremos a problemática do financiamento da produção cafeeira na Primeira República e, posteriormente, de que forma esse financiamento agrícola foi articulado entre 1937-1945. De tal modo, discutiremos como a atuação do Banco de Crédito Agrícola promoveu o financiamento da lavoura capixaba e se, de alguma forma, contribuiu para diminuição de sua dependência das demais praças comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, Financiamento, Produção Agrícola.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze how the Agricultural Credit Bank of Espírito Santo fostered financing of Espírito Santo agriculture. Firstly, we pondered what measures adopted by the Federal and State Government in the First Republic period helped the progress of the Brazilian agro-exporting economy and the state of Espírito Santo, guided by the export of coffee. We will analyze how the national coffee valorization policies adopted in the period affected the Holy Spirit and what measures were adopted by the state to promote local coffee. We will therefore address the problem of financing coffee production in the First Republic and, subsequently, how this agricultural financing was articulated between 1937-1945. In this way, we will discuss how the Agricultural Credit Bank's operations promoted the financing of the Capixaba agriculture and if, in any way, it contributed to decrease its dependence on the other commercial squares.

KEYWORDS: Agricultural Credit Bank of Espírito Santo, Financing, Agricultural Production.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: principais produtos de exportação.....	21
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística do mercado.....	33
Tabela 2 - Exportação de açúcar e café do Espírito Santo em arrobas	41
Tabela 3 - Receita do Espírito Santo em Réis	43
Tabela 4 - Exportação do Espírito Santo por principais produtos; em relação ao valor total da exportação. 1891 a 1895	46
Tabela 5 - Exportação de açúcar e café do Espírito Santo em arrobas	46
Tabela 6 - Valor das exportações totais, da exportação de café e participação relativa do produto em relação ao total (Valores correntes – Contos de Réis).....	47
Tabela 7 - Espírito Santo: receita total e receita gerada pelo café.....	47
Tabela 8 - Entrada de imigrantes no Espírito Santo e exportações de café (1892-1895).48	
Tabela 9 - Transporte de café nos ramais “Sul do Espírito Santo”	49
Tabela 10 - Café exportado pelo porto de Vitória e a exportação geral de café do Espírito Santo	49
Tabela 11 - Exportação de café pelos principais portos do Espírito Santo	56
Tabela 12 - Exportação de café e Receita (1892 a 1895)	58
Tabela 13 - Destino dos imigrantes entrados no Espírito Santo (1892 - abril/1896).....	59
Tabela 14 - Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1888 - Abril/1896).....	60
Tabela 15 - Exportação de café no Espírito Santo (1896 – 1900) – Valores em mil réis .61	
Tabela 16 - Receita gerada pelo café em relação à receita total	61
Tabela 17 - Renda bruta do Ramal Sul do Espírito Santo por quinquênio (1910 a 1930)	64
Tabela 18 - Exportação total de café do Espírito Santo e por seus diversos escoadouros	65
Tabela 19 - Quantidade de café transportado e receitas advindas dos fretes.....	67
Tabela 20 - Exportação de café do Espírito Santo e de procedência de Minas Gerais pelo porto de Vitória (mil sacas de 60kg).....	67
Tabela 21 - Participação do café na receita do Espírito Santo	68
Tabela 22 - Produção de café capixaba exportado pelo estado e pelo porto de Vitória em sacas de 60 quilos – 1922 a 1930	71
Tabela 23 - Café capixaba e café mineiro exportado pelo porto de Vitória em sacas de 60 quilos – 1921 a 1930.....	72

Tabela 24 - Destino do café exportado pelo porto de Vitória – Total do Espírito Santo e Minas Gerais – 1921 a 1930	72
Tabela 25 - Movimento de embarcações estrangeiras no porto de Vitória	73
Tabela 26 - Espírito Santo: número e área dos estabelecimentos rurais – percentual por extrato de área – 1920	74
Tabela 27 - São Paulo: número e área dos estabelecimentos rurais – percentual por extrato de área – 1920	75
Tabela 28 - Espírito Santo: área cultivada por produto agrícola – ano agrícola 1919-1920	76
Tabela 29 - Exportação de café capixaba segundo o porto de embarque – 1922 a 1929	82
Tabela 30 - Depósito sem 1937	104
Tabela 31 - Depósitos em 1939	107
Tabela 32 - Carteira Agrícola e Carteira Comercial	110
Tabela 33 - Movimentação Financeira – 1937 -1945	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Café: Preços disponíveis em Vitória (inclusive impostos estaduais).....	103
---	------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE DEFESA DO CAFÉ: UMA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS UTILIZADOS E O REBATIMENTO NO ESPÍRITO SANTO.....	20
1.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO E SEUS EFEITOS	24
1.1.1 A primeira valorização (1906-1918)	26
1.1.2 A segunda valorização (1917-1920)	31
1.1.3 A terceira valorização (1921-1924)	33
1.1.4 A defesa permanente	36
1.2 REBATIMENTO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: UM OLHAR GERAL SOBRE A CAFEICULTURA CAPIXABA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	40
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
CAPÍTULO 2 – A CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO E SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL	52
2.1 ANTECEDENTES	53
2.2 A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA E O SURGIMENTO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR.....	57
2.3 A ESTRADA DE FERRO SUL DO ESPÍRITO SANTO	62
2.4 A COMPANHIA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS	65
2.5 O APARELHAMENTO DO PORTO DE VITÓRIA	69
2.6 A LAVOURA CAFEIEIRA NA DÉCADA DE 20 E A DEFESA DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO	73
2.6.1 O Serviço de Defesa do Café do Estado do Espírito Santo.....	77
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82

CAPÍTULO 3 – O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA CAPIXABA: O BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO (BCAES).....	85
3.1 O BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO: HISTÓRICO DE SUA CONSTITUIÇÃO	91
3.1.1 O problema do cadastro agrícola.....	94
3.1.2 A estratégia de expansão para o interior e o surgimento de novas agências...98	98
3.2 A ATUAÇÃO E O MOVIMENTO FINANCEIRO DO BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO	101
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

A Abolição da Escravidão, a Proclamação da República e a Constituição de 1891 provocaram profundas transformações na economia e na política no Brasil. O rompimento definitivo com a lógica e com os laços do Império resultou numa série de consequências que fez mudar o jogo político, as relações de poder entre forças diversas e criou as condições para alterar, ainda que aos poucos, os pilares da economia. Fausto (2006) vai dizer, por exemplo, que a classe burguesa – inicialmente e principalmente a cafeeira paulista – e urbana passaram a desejar, além do controle econômico, também o poder político que antes não lhe era acessível. Ainda segundo esse autor, dessa ‘simbiose’ entre economia e política, derivou o debate sobre o controle – ou não – do Estado por parte dessas elites regionais e qual seria o papel do Estado na defesa do café, produto do qual a economia seguia fortemente dependente.

Essa discussão sobre um estado que servia ou não à essa elite cafeeira já está bem consolidada na literatura, embora permaneçam severas divergências quanto as conclusões. Na visão de um grupo de autores, dentre os quais Love (1982) e Furtado (1987), o estado passou a ser dominado por essa nova classe ascendente e todas as políticas de defesa do café implementadas pelo Estado brasileiro foram desenhadas de modo a convergir com os interesses da classe dominante. Essa, que é a vertente mais tradicionalmente difundida.

Visando relativizar essa interpretação, as obras de Peláez (1971) e de Villela e Suzigan (1975), destacam, ao contrário, que a ação estatal no campo econômico do período foi influenciada por princípios marcadamente ortodoxos de política monetária, fiscal e cambial e que as políticas de defesa do café teriam sido orientadas por ideais ortodoxos e não por interesses dos cafeicultores.

Seja qual for a vertente sobre a dominação – ou não – por parte das elites cafeeiras sobre o estado, suas proposições são convergentes quanto a problemática do financiamento das políticas de valorização e defesa do café – de modo particular – mas também da cafeicultura no longo prazo. Tanto para um como para outro, o Estado não possuía as condições econômicas necessárias para financiar tais empreendimentos, principalmente nos períodos de crise econômica que colocavam em xeque as estruturas da economia cafeeira, principalmente o preço do produto.

Na maioria das vezes, a estratégia foi recorrer ao capital financeiro internacional para levantar os valores necessários para a execução das políticas de defesa e para o financiamento da produção cafeeira. A participação do capital estrangeiro nessa lógica também está bem apresentada na literatura econômica e os trabalhos de Perissionotto (1994) e Souza (2001) resenham de forma importante essa temática. Uma outra saída, ainda que posterior, e também apontada por Costa Neto (2004), foi a criação de institutos ou de bancos de crédito agrícola para consolidar uma lógica de financiamento permanente da cafeicultura e da produção agrícolas como um todo.

Para essa dissertação, porém, importa investigar como essas mudanças ocorridas em nível nacional provocaram efeitos no território capixaba. Quanto à abolição da escravidão, a perspectiva de escassez da força de trabalho para a lavoura forçou uma demanda política por parte dos cafeicultores para que o estado promovesse políticas de imigração, fornecendo “braços para a lavoura” e permitindo o avanço extensivo do café. No âmbito capixaba, essa discussão pode ser encontrada em Rocha e Cossetti (1983), Rocha (1984) e Villaschi, Felipe e Oliveira (2011), por exemplo.

Quanto a Proclamação da República e o advento da Constituição de 1891, importa dizer que tais mudanças transformaram as Províncias em Estados e estes adquiriram direitos antes inexistentes, tais como certa liberdade para decretar impostos, captar empréstimos no exterior e, fundamentalmente, poder implementar políticas locais que permitissem o desenvolvimento de suas economias. Com maior grau de autonomia, o Estado do Espírito Santo adotou medidas e implementou ações com a tentativa de avançar na consolidação da sua economia cafeeira, com destaque para a construção das ferrovias, dos portos e da consolidação de Vitória como um interposto comercial. Essa discussão, por sua vez, pode ser encontrada em Quintão (2010), Siqueira (1995) e Rosa (1985).

Porém, a problemática do financiamento da cafeicultura e da produção agrícola capixaba nesse período foi pouco estudada. Embora não aprofunde na investigação do financiamento, Rocha e Morandi (1985) já afirmavam que os cafeicultores capixabas eram muito dependentes dos atravessadores financeiros. Já Faleiros (2010) afirma que o modelo de financiamento capixaba “desterritorializava” os ganhos da cafeicultura, que eram principalmente apropriados pelos financistas cariocas.

Levantadas essas questões, essa dissertação busca se debruçar sobre as seguintes questões: *Como podem ser observados os rebatimentos no território capixaba das políticas de defesa do café, implementadas no nível nacional na Primeira República?* E mais ainda: *Em que sentido a criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo pode ser entendida como uma estratégia para resolver a problemática do financiamento da cafeicultura e da produção agrícola capixaba como forma de diminuir a dependência de recursos financeiros internacionais ou de outras praças comerciais?*

A partir disso, o objetivo geral dessa dissertação é avaliar as medidas adotadas pelos Governos Federal e Estadual, no período da Primeira República, que auxiliaram o progresso da economia agroexportadora brasileira e capixaba, pautada pela exportação de café. Além disso, entender como a criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, em 1937, contribuiu para auxiliar na problemática do financiamento da cafeicultura e da produção agrícola capixaba, com a finalidade de diminuir a dependência dos atravessadores financeiros e dos recursos de outras praças comerciais, notadamente Rio de Janeiro.

Embora a problemática do café (sua ascensão, crise e substituição por uma economia industrial) já tenha sido amplamente discutida na literatura econômica capixaba¹, esse trabalho se propõe a uma contribuição ainda pouco estudada no âmbito da história econômica capixaba e, nesse sentido, difere das contribuições citadas: a discussão do rebatimento, no Espírito Santo, das políticas de defesa do café implementadas em âmbito nacional e a problemática do financiamento da cafeicultura e produção agrícola no estado entre 1937 e 1945.

Metodologicamente, considerando os métodos empregados, essa dissertação pode ser caracterizada como exploratória e qualitativa. A abordagem qualitativa é indicada quando o objetivo principal do estudo é entender alguns eventos e qualificar seus rebatimentos e suas consequências de forma não matematizada, por relações não quantificáveis (GIL, 2010). Em outras palavras, esse enfoque se baseia em um método de coleta de dados sem medição numérica, mas fundamentado em descrições e observações.

Por outro lado, essa dissertação tem uma abordagem exploratória porque se debruça sobre uma problemática ainda pouco explorada na literatura econômica capixaba: a problemática do

¹ Discussão que pode ser encontrada em Rocha e Morandi (2012), Villaschi (2011), Buffon (1992), Rocha e Cossetti (1983).

financiamento da cafeicultura e, ainda, as razões e consequências da criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, bem como sua atuação de 1937 a 1945.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, a pesquisa realizada para essa dissertação pode ser classificada como de revisão bibliográfica e documental. Isso porque, por um lado, usou como fonte os artigos e livros já escritos sobre o objeto de pesquisa. A pesquisa bibliográfica cobriu fundamentalmente os capítulos 1 e 2 da dissertação. Por outro lado, a pesquisa documental é caracterizada pelo uso de material de fonte primária, sobre o qual ainda não foi feita nenhuma análise ou por busca de novas interpretações a partir do documento original. É nesse sentido que se enquadra o capítulo 3 dessa dissertação. Para esse capítulo, a principal fonte utilizada foram os Boletins/Relatórios Anuais do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, preparados para apresentação anual na reunião de acionistas. Nesse sentido, a contribuição dessa dissertação é exploratória, uma vez que parte de um material ainda não estudado na história econômica capixaba.

Porém, ao mesmo tempo, a não existência de análises prévias desses relatórios e também a escassez de material bibliográfico sobre o tema da criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo significaram a principal dificuldade e desafio desse trabalho. A vasta literatura que tratava da cafeicultura no Espírito Santo pouco explora a criação do banco e, quando trata da problemática do financiamento, o faz apenas de forma geral e já conclusiva, sem entrar nos detalhes ou nas nuances de funcionamento do financiamento, fosse por bancos de créditos ou por intermediários financeiros.

Outra dificuldade que limitou as análises desse trabalho foi, também, a escassez da discussão sobre o financiamento do café e da produção agrícola em outros estados. Apenas o trabalho de Cano (1985) dá alguma pista para a análise de as medidas adotadas no Espírito Santo se assemelham – ou não – ao que foi adotado em outros estados.

Essa dissertação está dividida em três capítulos, além dessa introdução, conclusão e anexos. No primeiro, o foco principal será ponderar as medidas adotadas pelos Governos Federal e estadual, no período da Primeira República, que auxiliaram o progresso da economia agroexportadora brasileira e capixaba, pautada pela exportação de café. Além disso, avaliar a defesa da comercialização do café adotada pelo Estado nacional, os motivos para a efetivação dessa

defesa, assim como àqueles períodos em que o mesmo não direcionou suas ações diretamente ao controle do setor.

O segundo capítulo apresenta quais as medidas adotadas pelo governo do Espírito Santo fomentaram o setor cafeeiro capixaba e de que forma contribuíram a o desenvolvimento dessa cultura. Ainda, discorre-se de que forma as medidas adotadas no âmbito federal e a criação da infraestrutura local por parte do governo estadual influenciaram a ocupação do território capixaba e a conformação de suas características econômicas.

No terceiro capítulo versa-se acerca do problema do financiamento da produção cafeeira e, sobretudo, de que forma esse financiamento agrícola foi articulado a partir de 1930. Isto é, discutiremos como a atuação do Banco de Crédito Agrícola fomentou o financiamento da produção capixaba e se esse fator contribuiu para diminuição de sua dependência das demais praças comerciais.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE DEFESA DO CAFÉ: UMA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS UTILIZADOS E O REBATIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

O objetivo desse capítulo é descrever as políticas de valorização do café, bem como as motivações que levaram a esses procedimentos, a posição do Estado perante os esquemas valorizadores e o problema do financiamento dessas operações, muitas vezes operacionalizado pelo capital financeiro internacional. Por conseguinte, faz-se uma análise a respeito das implicações dessas valorizações no Espírito Santo, isto é, de que forma os esquemas valorizadores implicam nos preços e no desenvolvimento na cafeicultura capixaba.

Nesse sentido, esse capítulo contribui com a dissertação como um todo a partir da constatação de que o problema do financiamento permeou todas as políticas de valorização e de defesa do café. Mesmo nas medidas que foram tomadas no Espírito Santo para a consolidação da economia cafeeira, a problemática financeira foi de difícil solução.

A formação de um núcleo agrário exportador predominante no Brasil iniciou-se a partir de meados do século XIX, devido ao cultivo e comercialização do café, predominantemente para o exterior. A representatividade desse produto para a economia brasileira pode ser observada através do seu crescimento na pauta de exportação, conforme o gráfico 1.

Em 1821-1830, o café ficou em terceiro lugar na pauta de exportação brasileira, com 18,4%, enquanto o açúcar apresentou 30,1% e o algodão 20,6%. Já em 1831-40 tornou-se o principal produto com 43,7%, e em 1871-1880, o café correspondeu a 56,6% das exportações. Até esse período, expressiva parte do café produzido era financiada pelos fazendeiros nacionais, atribuindo, assim sendo, à burguesia cafeeira uma posição hegemônica (FAUSTO, 1973).

Com a Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891, ocorreu o fim da centralização Imperial e, portanto, proporcionou maior autonomia aos Estados, incluindo maior liberdade para contrair empréstimos externos e, com isso, a possibilidade de maior favorecimento ao núcleo agroexportador que estava em expansão.

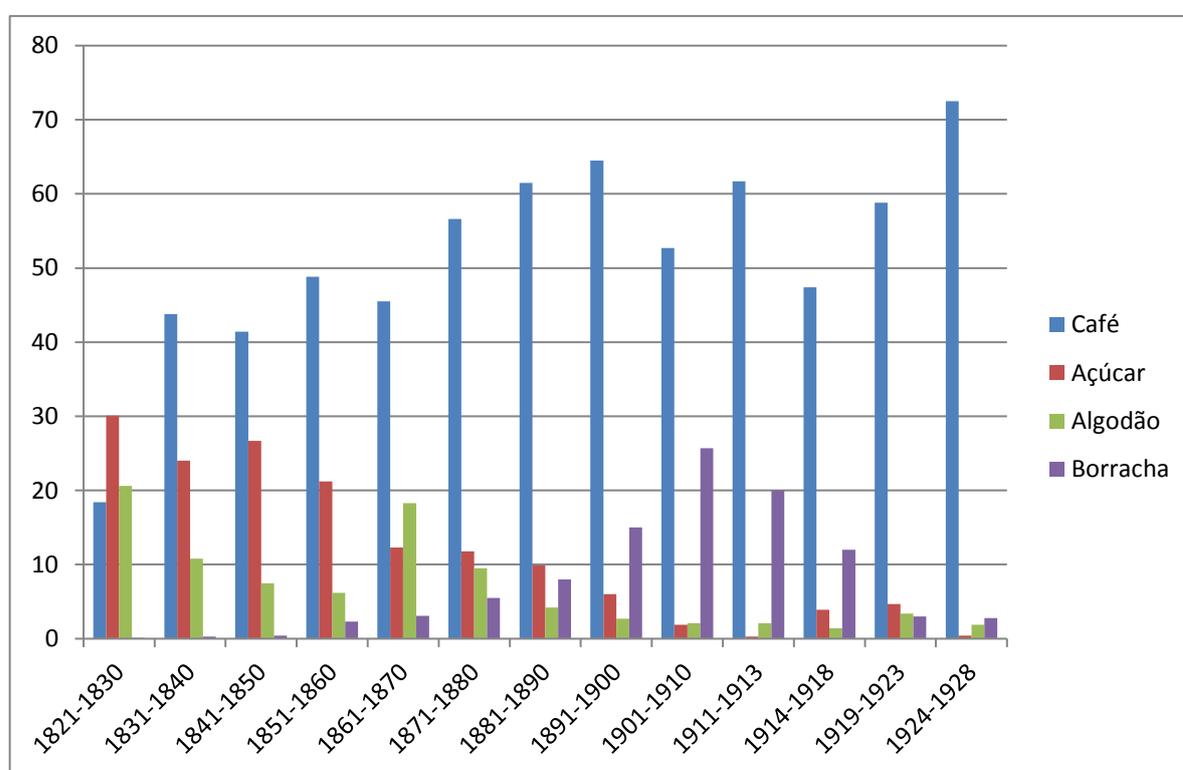
A Constituição de 1891 representou uma vitória aos grandes Estados: a forma federativa deu-lhes ampla autonomia, com a possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir forças militares próprias e uma justiça estadual. [...] os Estados

ficariam com a competência para decretar impostos sobre a exportação, bens imóveis, transmissão de propriedade, indústrias e profissões (FAUSTO, 1973, p. 3-4).

Já em 1892-93 o café representou 71,4% do total das exportações brasileiras (TOPIK, 1987), devido sua positiva trajetória no mercado mundial, amparado pelo elevado preço e demanda associados à massificação do consumo. Devido sua predominância no mercado mundial, a atividade cafeeira foi capaz de proporcionar maior dinâmica à economia brasileira e ajudar a sustentar as finanças do Estado.

Gráfico 1 - Brasil: principais produtos de exportação

Participação (em %) na Receita das Exportações



Fonte: Elaboração própria com base em SINGER (2006, p. 379).

Entretanto, configurou-se, no início do século XX, o problema da superprodução, em que os estoques de café se avolumaram, pressionando para baixo seus preços e provocando perda aos produtores e ao país. Como podemos observar no gráfico acima, no período de 1901-1910 o café representou 52,7% das exportações, enquanto no período anterior (1891-1900) obteve participação de 64,5%.

A fim de defender a rentabilidade do produto, houve necessidade de seguidas intervenções governamentais, o que se deu através de uma política de valorização do café, visto que o setor

era, no momento, a base da economia nacional. Essa intervenção se estabeleceu, em alguns momentos, através das políticas de valorização.

As políticas de defesa do café foram um conjunto de medidas adotadas pelo poder público com o objetivo de assegurar ao setor cafeeiro condições para enfrentar a crise com a queda de preços do produto no âmbito internacional. Assim sendo, tais medidas incluíram, em determinados períodos, a criação de mecanismos de estabilização do câmbio e a compra e estocagem de excedentes da produção cafeeira, para retirar o produto do mercado até que os preços internacionais voltassem a subir e o produto novamente se valorizasse.

Em relação aos instrumentos de política monetária e cambial, observaram-se expressivas oscilações ao longo da Primeira República. O período entre 1889 a 1906 apresentou uma taxa de câmbio flutuante, entre 1906 e 1914 viveu-se sob um regime de taxa de câmbio fixo, entre 1914 e 1926 retomou-se às taxas flexíveis de câmbio e, entre 1927 e 1929 retornou-se a um regime de câmbio fixo. Isso quer dizer que a política de valorização (ou defesa) do café e a política cambial nem sempre atenderam perfeitamente aos interesses da cafeicultura (ou dos cafeicultores). Ocorreram oscilações na política econômica do período e, em determinados momentos, resistência em relação à adoção dessa política, devido às questões externas (interesses externos) ou à própria posição do Governo Federal.

Desse modo, os períodos de taxa de câmbio flutuantes iniciam-se com uma situação externa relativamente favorável. Esses períodos foram marcados por uma política monetária não ortodoxa e pela emissão de moeda fiduciária gerenciada pelo Tesouro ou pelo Banco do Brasil. Nos momentos em que foram adotadas as taxas de câmbio fixas, presenciou-se o regime do padrão ouro. Sob este último – adotado entre 1906 e 1914 e, outra vez, entre 1927 e 1930 – a política adotada na presença de desequilíbrios externos tinha como objetivo manter a paridade cambial sobrevalorizada. Enquanto isso, o Governo tentava obter auxílio financeiro externo para, dessa forma, restaurar o equilíbrio do Balanço de Pagamentos (FRITSCH, 1985).

Ademais, nos períodos em que o Governo se empenhou à defesa de paridade ouro, como em 1913-14 e 1929-30, obteve-se uma enorme contração monetária causada pela perda de reservas, o que gerou efeitos negativos sobre o setor produtivo, dentre eles, em maior aspecto, a cafeicultura (FRITSCH, 1985). A valorização do câmbio reduziu a competitividade do café,

diminuindo a rentabilidade das exportações e inibindo os investimentos para a exportação. Logo, diminuía ainda mais os preços recebidos internamente pelas sacas de café.

Nos momentos em que o Brasil permaneceu sob taxas flutuantes, percebe-se uma similaridade em relação à evolução temporal da posição externa da economia e a sequência de políticas macroeconômicas adotadas. Os anos iniciais de ambos os períodos,

[...] são marcados por rápida reversão de condições externas inicialmente favoráveis, daí resultando grande depreciação cambial. Esses colapsos cambiais – cujo controle estava muito além da capacidade de governo – desencadearam desequilíbrios orçamentários e monetários cumulativos que acabaram por reforçar as pressões inflacionárias básicas provocadas pela depreciação cambial. Além disso, na medida em que o equilíbrio externo foi restabelecido em bases frágeis [...] e o governo continuou enfrentando dificuldades de captação de empréstimos externos, esses súbitos desequilíbrios externos foram também seguidos por períodos em que as reservas internacionais mantiveram-se em níveis extremamente baixos (FRITSCH, 1985, p. 344).

Essa situação de câmbio flexível, apesar de gerar algum crescimento econômico, se reverteu para uma situação de desequilíbrios internos (problemas fiscais, orçamentários e inflação) e externos (dificuldades com a dívida externa e desvalorização cambial). Em meados da década de 1890 e dos anos 1920, enfrenta-se tal situação por meio de um acordo com os credores internacionais e com a mudança da política monetária interna (tornando-se fortemente ortodoxa). Ainda dentro de um regime de câmbio flexível, ao invés de desvalorizar, agora passa a se valorizar a moeda interna, aliviando a questão cambial (GREMAUD, 1997).

As ocasiões em que o Governo Federal adotou uma política restritiva foram seguidas por expressiva recuperação no valor das exportações e grande crescimento mundial. Porém, o súbito aumento da receita cambial, ocorrendo em momentos em que o nível de importação estava deprimido, provocou fortes apreciações cambiais (FRITSCH, 1985).

Dessa forma, apesar das melhoras externas, surgiram restrições internas em grande parte ligadas ao desenvolvimento econômico. Tais restrições tentaram ser superadas através da mudança do regime cambial (1906 e 1926), adotando as regras do padrão ouro. Ou seja, adota-se uma política de câmbio fixo com política monetária passiva. Essa fase se mantém enquanto as condições externas são favoráveis. Com a reversão dessas condições, a política monetária tornou-se contracionista. Quando a situação atingiu grandes proporções (Primeira Guerra Mundial e Crise de 1930), abandonou-se o câmbio fixo e voltou-se a um regime de câmbio flexível (GREMAUD, 1997).

Segundo Fritsch (1985), dois fortes motivos contribuíram para o Governo adotar o padrão ouro: i) o primeiro era o fato dos superávits do Balanço de Pagamentos poderem resultar em pressões incontroláveis sobre a taxa de câmbio, o que ameaçava os produtores de bens comercializáveis; ii) em segundo lugar, ao manter as condições favoráveis do Balanço de Pagamentos, garantir-se-ia, com o padrão ouro, o crescimento da base monetária. Além disso, deve ser notado que a adoção do padrão ouro era vista como satisfatória pelos banqueiros internacionais.

Esse capítulo será desenvolvido da seguinte forma: a seção que se segue a essa introdução apresentará uma visão sobre as políticas de valorização e seus efeitos na economia cafeeira nacional e, além disso, evidenciar o papel do capital internacional perante as defesas realizadas. Em seguida, apresentaremos os rebatimentos desses esquemas valorizadores na economia cafeeira capixaba.

1.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO E SEUS EFEITOS

Na última década do século XIX ocorreu uma queda nas cotações de café no mercado internacional. De acordo com Furtado (1987), o valor médio da saca de café exportada em 1893 foi de 4,09 libras, em 1896 declinou para 2,91, chegando a 1,48 libras em 1899. Para neutralizar a queda dos preços, optou-se, por parte do Governo Federal, pelo processo de desvalorização da moeda nacional. Por conseguinte, estimulados a continuar expandindo suas lavouras (fronteira agrícola), tal política levou à crise de superprodução, deflagrada em 1906.

Visando prevenir-se tais problemas, algumas propostas de intervenção chegaram a ser apresentadas. Porém, não obtiveram êxito durante alguns anos devido à política de contenção dos Governos Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) e recuperação dos preços internacionais de café, reduzindo as dimensões da crise em 1900 e 1904. Mais do que isso, havia forte oposição de grupos estrangeiros, como o capital financeiro inglês - que socorria o país em épocas de déficits no Balanço de Pagamentos - e os grupos exportadores. Visto que o comércio de exportação passou a estar, gradativamente, nas mãos desses grupos, havia condição dos mesmos imporem seus interesses (FAUSTO, 2006).

Além disso, conforme Furtado (1987) evidencia, havia, no período, uma situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, tornando-se impraticável insistir em novas depreciações cambiais. Portanto, nessa etapa, não era factível apelar para a continuidade do mecanismo cambial, com a finalidade de defender a rentabilidade do setor cafeeiro.

Em 1906-07 a safra brasileira corresponderia a aproximadamente 20 milhões de sacas, isto é, produziu-se em uma quantidade maior do que o mundo inteiro poderia consumir. Além disso, a taxa de câmbio atingiu dezesseis pence por mil-réis e os preços do café estavam baixos demais para suportar a pressão de uma super safra de mais de vinte milhões de sacas. Ademais, segundo Prado Júnior (1998), os preços em declínio, chegaram agora, com a valorização da moeda, a um nível nitidamente abaixo dos custos de produção. Os prejuízos da lavoura cafeeira eram consideráveis, porém a posição mundial do comércio cafeeiro não era desfavorável.

Podia-se esperar com confiança que os estoques acumulados seriam rapidamente absorvidos. E é de notar que apesar do declínio dos cursos, os preços pagos pelo consumidor se mantinham inalteráveis. A crise era pois somente do produtor (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 230).

Dessa forma, começou-se a pensar seriamente numa forma de intervenção no mercado cafeeiro que preservasse a lavoura da crise – sobretudo, a crise do produtor - devido à superprodução, a queda dos preços externos e a valorização cambial. A partir de então, surgiu um debate entre os liberais e os intervencionistas que marcou a primeira década republicana.

Como colocou Perissinotto (1994, p. 70),

Os liberais, adeptos dos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, viam na intervenção estatal o perigo de se frustrar a austera e bem-sucedida política contencionista responsável pela recuperação financeira do país e pela recuperação de sua credibilidade no mercado financeiro internacional. Os intervencionistas [...] também defendiam a valorização da moeda, porém em um nível remunerador, e criticavam o uso dos mecanismos ortodoxos para atingir tal fim. Sugeriam que a baixa cambial fosse resolvida pela valorização do preço do café através de uma intervenção do Estado, e não pela eliminação da suposta produção excedente através do recolhimento do papel-moeda. [...] Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial.

Essas foram as circunstâncias que determinaram a primeira intervenção oficial no mercado cafeeiro, moldada por compras maciças de café para forçar a alta dos preços. Os produtores seriam beneficiados, conquanto momentaneamente apenas, pois em contrapartida, uma parcela maior dos benefícios não se destinou para eles, como veremos a seguir.

1.1.1 A primeira valorização (1906-1918)²

Somente em 1906 efetuou-se, de fato, a primeira política de valorização do café. Denominado Convênio de Taubaté e firmado através de um pacto entre os governos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, representou a inicial possibilidade de intervenção seriamente considerada no mercado cafeeiro.

Apesar da existência de posições ultra ortodoxas, defensores do arrocho monetário, os interesses do setor produtivo falaram mais alto e a opção recaiu sobre um mecanismo automático de padrão ouro (FRITSCH, 1990). Esse plano articulava, de acordo com os Documentos Parlamentares (1915, p. 225 apud Delfim Netto, 2009, p. 62), “um convênio [...] a fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento de seu consumo e a criação da ‘Caixa de Conversão’, fixando o valor da moeda”.

A Caixa de Conversão teve como finalidade estabelecer uma taxa cambial fixa com lastro-ouro, fixada em nível mais baixo que o vigente no mercado com o escopo de atrair as divisas em ouro que entrassem no país. Nesse aspecto se deu a luta entre as frações dominantes da economia agroexportadora³ ao discordarem do nível em que seria fixada a taxa cambial. A taxa reivindicada pela lavoura foi de 12 pences por mil réis, apesar disso a taxa estabelecida foi de 15 pences por mil réis (PERISSINOTTO, 1994).

A taxa cambial estabelecida, somada ao controle da graduação da qualidade do café, que permaneceu nas mãos dos compradores do produto, torna evidente a fraqueza da lavoura cafeeira perante o capital comercial, pois os compradores asseguravam uma forma de determinação dos preços do produto.

² Durante a primeira política de valorização os Presidentes da República foram: Rodrigues Alves (1902-1906); Affonso Penna (1906-1909); Nilo Peçanha (1909-1910); Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914); Wenceslau Brás (1914-1918).

³ De acordo com Perissinotto (1994), não havia uma única classe dominante na economia cafeeira da Primeira República brasileira, mas sim duas frações autônomas, a “lavoura” e a “burguesia comercial urbana”, e um conflito existente entre essas frações. Para o autor, a burguesia comercial correspondia ao “grande capital cafeeiro”, representando a fração hegemônica, mas como havia um conflito interno entre a classe dominante, nota-se que não se pode considerar a existência de uma classe homogênea. Assim, pode-se dizer que dentro da classe dominante existiram várias frações que a compuseram. Portanto, dentro da própria classe dominante havia frações de classe, ou seja, uma relação conflituosa que não era livre de oposições internas. A própria classe cafeeira não compartilhava interesses homogêneos, havendo, dessa forma, uma divergência entre os interesses do grande capital cafeeiro e da lavoura.

Para resolver o problema do financiamento desse esquema valorizador, segundo Delfim Netto (2009), foram realizadas emissões a partir de emissões lastreadas com um empréstimo externo de cerca de 15 milhões de libras esterlinas, o qual serviria de base para a criação da Caixa de Conversão. O empréstimo seria garantido por uma sobretaxa a ser cobrada sobre cada saca de café exportada, e complementarmente os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se comprometiam a dificultar a expansão das plantações.

Ainda, de acordo com Fritsch (1980), esse empréstimo seria utilizado para comprar os excedentes de cafés finos a preços entre 55 e 65 francos franceses por saca ou seu equivalente em mil réis (em 1905 o preço médio havia sido 47 francos por saca). Inicialmente também foi incluída uma proposta de estabilização cambial baseada na emissão de notas conversíveis em ouro, porém a proposta relacionada à estabilização foi eliminada.

A proposta inicial do Convênio de Taubaté tinha uma conotação em prol da lavoura. Dessa forma, e por causa disso, o grande capital cafeeiro se opunha a tal plano. De acordo com Perissinotto (1994), a “lavoura” - ou os “fazendeiros” ou os “produtores de café” – correspondia a uma fração agrária ligada exclusivamente à propriedade de terra. O grande capital cafeeiro pode ser definido, segundo o autor, como uma burguesia comercial. É a camada superior da burguesia cafeeira, tendo um capital com base na produção de café, porém diversificado, agindo em outros setores da economia, ligados entre si e dependentes da economia cafeeira. Esse grande capital, apesar de diversificado, tem um caráter predominantemente mercantil.

No entanto, de acordo com Holloway (1978, p. 61 e 71), o plano valorizador realmente posto em prática significou um abandono das propostas centrais do Convênio de Taubaté em benefício de um plano muito mais próximo do proposto em 1903, o chamado Plano Siciliano⁴. Nesse período, tal plano foi recusado pelo Governo Rodrigues Alves, que não abriu mão de sua política ortodoxa.

Contudo, segundo Fritsch (1990, p. 38):

⁴ Este foi um plano proposto em 1903 por Alexandre Siciliano - que representou de acordo com Love (1982, p. 308), um “dos mais prestigiosos plantadores e comissários do Estado” - e propunha, segundo Kulgemas (1986, p. 117), a constituição de um sindicato financeiro e comercial, que em cooperação com o governo Estadual, compraria por alguns anos o excesso de produção de café para estocagem, calculado em cerca de 3 milhões de sacas.

Embora pressionado pelos interesses ligados ao café no sentido de garantir um empréstimo externo que permitisse retirar temporariamente os excedentes do mercado, como acertado entre os principais estados produtores no chamado Convênio de Taubaté, o governo federal negou-se a dar tal garantia. A retenção dos estoques foi inicialmente financiada com créditos bancários de grandes importadores estrangeiros – que, por possuírem a maior parte dos estoques existentes, também tinha interesse na defesa dos preços do produto – e garantias do estado de São Paulo.

A problemática do financiamento se agravou, em 1907, quando uma crise financeira internacional impossibilitou os grandes importadores estrangeiros de continuar com o financiamento da retenção de estoques através de créditos bancários. Assim, o Governo Federal, que antes se negou a dar a garantia de um empréstimo externo, decidiu avaliar um empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas que permitisse financiar os estoques de café em prazo mais longo e, logo, garantir a estabilidade dos preços a curto prazo (FRITSCH, 1990). O Governo temia que a retração nos mercados financeiros viesse a somar-se com um colapso nos preços do café, provocando uma reversão da posição externa, o esgotamento das reservas da Caixa de Conversão e a desmoralização da experiência no padrão ouro que havia sido adotado em 1906.

Em 1908, o financiamento veio, mas o controle da ação do plano valorizador foi transferido para o domínio dos grandes exportadores e foi sendo tomado pelos principais estocadores e comerciantes estrangeiros do café, que detiveram a maior parte dos cafés em estoque sob seu controle. Ou seja, o grande capital cafeeiro, em conjunto com o capital mercantil e financeiro internacional, promoveu a valorização no sentido de defender os seus interesses no mercado internacional (TORELLI, 2004).

Em decorrência disso, Fritsch (1980, p. 276) afirmou que:

[...] a adoção do padrão-ouro pelo Brasil em 1906 vinculou a estabilidade monetária doméstica ao comportamento do balanço de pagamentos, acentuando, portanto, o caráter pró-cíclico dos déficits e superávits externos da economia agroexportadora. Por causa disto, até o início da guerra em 1914, os acontecimentos exógenos que afetariam os mercados internacionais do café e da borracha, e o fluxo de capital europeu de longo prazo, seriam decisivos para a determinação do nível de atividade interna da economia.

Apesar disso, ao abandonar as políticas ortodoxas dos governos entre 1898 e 1906, o Brasil entrou num momento de expansão da atividade interna, com um novo regime cambial e monetário, representado pela criação da Caixa de Conversão. Desse modo, a economia nacional era diretamente vinculada aos humores do mercado internacional, que inicia um período de aceleração e crescimento a partir de 1908 (TORELLI, 2004).

De tal modo, os primeiros resultados do esquema valorizador surgiram em 1909, quando os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela atuação do comitê de banqueiros e à diminuição do volume das safras (FAUSTO, 2006).

A partir de então, da recuperação da crise mundial em 1909 até o final de 1912, as exportações e o produto real brasileiro, de acordo com Fritsch (1980 e 1990), apresentaram um período de considerável crescimento. Esse período foi originado através da rapidez que se modificou a conjuntura econômica internacional e pela mudança nos mecanismos de comercialização da produção brasileira de café. Esse *boom* foi marcado por uma melhora no balanço de pagamentos, que induziu volumosos influxos em ouro, causando uma enorme expansão monetária.

Segundo Kulgemas (1986), a execução razoavelmente bem sucedida à primeira operação valorizadora, é com assiduidade apresentada como forma de descrever a hegemonia cafeeira, tida como sinônimo, em certos momentos, de hegemonia paulista. Contudo, deve-se avaliar que o objetivo paulista de 1906 não fora atingido em tempo hábil, tampouco o estabelecimento da Caixa de Conversão pode ser considerado um êxito completo, pois a taxa estabelecida foi 25% menor do que pretendiam os cafeicultores.

Além disso,

Para obter as vitórias parciais conseguidas, foi necessário abrir fogo contra um presidente paulista, que preferiu a ortodoxia financeira e o aplauso da “City” londrina ao de seus conterrâneos e talvez a seus próprios interesses pessoais como fazendeiro. Se a operação teve êxito, isto se deve às possibilidades de ação autônoma oferecida aos Estados pela Constituição de 1891, e à bem sucedida aposta que foi a busca de uma aliança com os adversários potenciais, que eram os próprios grandes importadores (KULGEMAS, 1986, p. 127).

Logo, tratar a criação da Caixa de Conversão, como imposição do projeto de valorização proposto por São Paulo é um fator impreciso, assim como ver o Convênio de Taubaté como um marco da submissão do poder federal aos interesses do setor cafeeiro e, em parte, deste ao capital comercial e financiador internacional.

Conforme Fritsch (1980, p. 298) evidencia,

O Governo federal recusou-se a garantir o empréstimo externo e tampouco implementou o projeto de estabilização preconizados pelo Convenio que, a rigor, até 1908, permaneceu letra morta. A valorização foi implementada a duras penas por São Paulo com o auxílio de alguns grandes importadores e além disso, possivelmente por causa do prestígio com que o ponto de vista ortodoxo da “escola” de Murinho contava na época tanto no Brasil - associado que era à recuperação econômica – quanto, principalmente, nos círculos financeiros europeus, a criação da Caixa incorpora o essencial deste ponto de vista em relação à taxa de estabilização a ser adotada e ao seu possível reajustamento para cima, contrariando reivindicações dos interesses cafeeiros.

Além disso,

[...] o funcionamento da Caixa de Conversão é fator fundamental para a explicação do comportamento cíclico da economia no período. Pela ausência de mecanismos que permitissem contrarrestar o caráter pró-cíclico que a Caixa imprimia automaticamente às variações da base monetária, e por efeito do mecanismo de ajustamento do balanço de pagamentos inerente ao seu funcionamento na presença de grandes variações na conta de capital, o padrão-ouro ampliou as causas exógenas da instabilidade da economia no pré guerra, com efeitos particularmente danosos a partir de 1913 (FRITSCH, 1980, p. 298).

Como consequência, com a adoção da Caixa de Conversão, isto é, do padrão ouro e da estabilização cambial, o Estado não teve o controle da moeda, ficando demasiadamente dependendo do setor externo. Isso quer dizer, paradoxalmente, que a credibilidade internacional estava relacionada com a impossibilidade de utilização autônoma dos recursos de política econômica, com a exceção da política fiscal, utilizada para se defender de uma crise internacional. Isso ocorria, pois, a adoção do padrão ouro era vista como satisfação pelos banqueiros internacionais e exercia “um importante efeito positivo sobre a capacidade de endividamento externo das economias periféricas” (FRITSCH, 1990, p. 67).

Ainda, em 1912, devido à preocupação dos credores com o crescimento da despesa governamental, adquirido a partir de empréstimos externos, – utilizados para financiar os déficits orçamentários – surgiram dificuldades de levantar novos empréstimos. Em seguida, segundo Delfim Netto (2009), com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as exportações de café foram afetadas negativamente, tendo seu quadro agravado em 1917 e 1918, quando se reduziu o movimento de navegação internacional por causa da guerra submarina. Nesses anos foram exportadas 10,6 e 7,4 milhões de sacas, respectivamente, contra uma média de 13 milhões no quinquênio anterior.

Assim sendo, o Governo Federal estabeleceu, antes mesmo que o estoque da primeira valorização estivesse por completo liquidado, a segunda política de valorização no setor cafeeiro devido à estagnação das exportações durante a guerra.

1.1.2 A segunda valorização (1917-1920)⁵

Em 1913, a perspectiva da guerra gerou déficit no balanço de pagamentos, ampliado por uma redução do movimento de capitais e, além disso, os déficits governamentais eram exorbitantes. O início da guerra teve efeitos imediatos sobre o comércio internacional, afetando o a indústria de café e, dessa forma, o fluxo de pagamentos externos e a receita tributária. O primeiro passo do Governo foi fechar a Caixa de Conversão (FRITSCH, 1990).

Além disso, impossibilitado de recorrer ao crédito externo, socorreu-se com as emissões de papel-moeda, – emissão de notas inconvertíveis – que não ocorria desde 1898. Entre 1914 e 1918 realizaram-se emissões equivalentes a 1 milhão de contos de réis, na qual parte delas destinou-se para auxílio do sistema bancário, ameaçado devido ao estado de pânico (DELFIN NETTO, 2009).

Para Perissinotto (1994, p. 77),

A necessidade da segunda valorização surgiu a partir da entrada dos Estados Unidos no conflito e do bloqueio naval da Europa que, por serem ambos os nossos maiores compradores, ocasionaram a redução das exportações nacionais no período, levando à acumulação de estoques nos portos brasileiros. Com a safra de 1917/1918 atingindo 15 milhões de sacas, os estoques em Santos chegaram a 6 milhões, contra apenas 1 milhão em 1916.

Tanto a primeira como a segunda valorização tentaram sustentar os preços do café através da retenção da oferta. Contudo, o fato de essa segunda valorização ter se realizado através da emissão de papel moeda se deve às peculiaridades do momento e não pode ser tomada como padrão seguido nas intervenções valorizadoras. Os empréstimos externos e o monopólio privado do comércio de café eram, nesses esquemas, a norma habitual e não as emissões e o monopólio oficial dos estoques (PERISSINOTTO, 1994).

⁵Durante a segunda política de valorização os Presidentes da República foram: Wenceslau Brás (1914-1918); Delfim Moreira (1918-1919); Epitácio Pessoa (1919-1922).

Todavia, à medida que o comércio se normalizava, surgiram pressões para uma depreciação da taxa de câmbio, o que tornaria o orçamento do Governo mais crítico. Como consequência, se faz um novo *funding loan* de 15 milhões de libras com os banqueiros do Governo, que contribuiu para aliviar o balanço de pagamentos e estabilizar a taxa em torno de 20 a 25% abaixo da paridade de pré-guerra ao longo do conflito. Mas, no primeiro semestre de 1915 a oferta da moeda voltara a cair.

Como o sistema bancário, que ainda não havia se recuperado da crise, não tinha condições de prestar auxílio à lavoura, o Governo Federal emitiu, em 1917, 110 mil contos de réis para emprestar ao Estado de São Paulo, que usou o dinheiro em favor da retirada de três milhões de sacas de café do mercado. Por outro lado, tornaram-se conhecidos os efeitos da geada de 1918, ficando subentendido uma diminuição da oferta brasileira de café, levando à precipitação dos especuladores (DELFIM NETTO, 2009).

O ressurgimento do comércio internacional depois da guerra e a inflação passageira no mundo, segundo Topik (1987), foram fatores adicionais para a prosperidade da economia cafeeira nessa segunda operação de intervenção valorizadora. Com isso, ocorreu também a alta das cotações do café, que apresentou em 1917, 2,17 libras-ouro por saca, em 1918 alcançou 2,5 libras-ouro, e em 1919, 5,10. Nessas circunstâncias, segundo Kulgemas (1986), o Estado de São Paulo conseguiu colocar seus estoques com grandes lucros – que foram repartidos com o Governo Federal, financiador da operação – e, liquidar o restante do estoque da primeira valorização.

Essa segunda valorização deu enorme confiança aos defensores do intervencionismo, pois puderam utilizar o êxito da valorização como prova da capacidade empresarial do Brasil de operar no mercado internacional de café (KULGEMAS, 1986). Nessa intervenção, os empréstimos externos e o monopólio privado dos estoques e do comércio de café não eram a norma usual, como observados anteriormente, mas sim as emissões e o monopólio dos estoques (PERISSINOTTO, 1994).

Contudo, as afirmações e conclusões sobre essa segunda valorização são muito restritas e inconclusivas, pois:

[...] por um lado, temos as afirmações de Vilarde (1986) acerca dos preços finais e lucros dos fazendeiros, por outro lado, temos as afirmações de Boris Fausto (1895: 230), para quem este esquema, apesar da retórica, resultou em benefícios apenas para

o estado de São Paulo, para a União e aos agentes de compra. Para os “produtores”, os resultados teriam sido muito reduzidos e a geada de 1918, ao mesmo tempo em que favoreceu o Estado como detentor de estoques, prejudicou os fazendeiros (PERISSINOTTO, 1994, p. 78).

Por fim, segundo Delfim Netto (2009), a chave do rápido bom êxito dessa operação consistiu no intenso decréscimo da produção brasileira em consequência da geada de 1918. Com isso, na safra 1920-21, os cafezais se recuperaram e as floradas mostravam que a produção seria volumosa.

1.1.3 A terceira valorização (1921-1924)⁶

O período do pós-guerra trouxe condições que impuseram um novo esquema valorizador. Como vimos, na safra de 1920-1921 os cafezais já haviam se recuperado e a tendência seria uma volumosa produção (DELFIN NETTO, 2009). De fato, isso ocorreu, apresentando nesse período uma safra de 16,2 milhões de sacas, enquanto no período de 1919-20 havia sido de 8,9 milhões. A tabela a seguir mostra a situação estatística o mercado nas safras citadas.

Tabela 1 – Estatística do mercado

(em 1.000.000 de sacas)

	1918-19	1919-20	1920-21
Brasil	10,97	8,86	16,22
Outros	4,50	7,68	5,79
Total	15,47	16,54	22,01
Consumo	15,89	18,54	18,47
Diferença	-0,42	-2,00	3,54

Fonte: DELFIM NETTO (2009, p. 91).

Além disso, os preços do café tiveram uma queda em 2/3 entre 1919 e 1921 (TOPIK, 1987). Essa queda ocorreu, segundo Wilson (1949 apud Delfim Netto, 2009), devido à política econômica do pós-guerra iniciada nos Estados Unidos para combater a inflação, gerando uma considerável deflação, que reduziu o nível de rendimento dos consumidores e, conseqüentemente, causou uma retração na procura do café.

⁶ Durante a terceira política de valorização os Presidentes da República foram: Epitácio Pessoa (1919-1922); Artur Bernardes (1922-1926).

Além disso, para Perissinotto (1994), o problema do financiamento persistia. Isso, principalmente devido a precária organização bancária nacional, com reduzida capacidade para financiar a produção cafeeira e a estocagem, o que contribuiu ainda mais para aumentar a fragilidade dos produtores frente à crise. O problema do financiamento fica evidente uma vez que nos anos 20, os bancos nacionais só forneciam empréstimo de curto prazo. Devido a essas condições, os fazendeiros pressionaram o Estado por mais uma operação valorizadora, com o intuito de manter a taxa de lucro via sustentação do preço, criação de um banco central de emissão e redesconto.

O autor ressalta ainda que, devido a essa reivindicação, surgiu um debate referente ao método de financiamento que deveria ser utilizado no esquema valorizador, entre os “emissionistas” e aqueles que defendiam a utilização do crédito externo. Os primeiros sugeriram o financiamento pela prática da emissão, a mesma utilizada na valorização anterior, com o objetivo de superar a escassez de crédito, dar maior autonomia ao país e, dessa forma, diminuir sua dependência do capital internacional. Os fazendeiros defendiam essa ação, pois com as emissões, o poder das casas exportadoras e dos bancos fíndar-se-ia, visto que não financiariam e controlariam mais o esquema valorizador. Aqueles que criticavam as emissões tinham como argumento que ela causaria inflação e desvalorização cambial, além de causar o descrédito perante a economia financeira internacional.

O debate em torno do modelo de financiamento das políticas deixa evidente a luta entre a lavoura e o grande capital, na qual o primeiro quer se livrar dos exportadores, dos impostos e aumentar sua renda, e o segundo quer manter seus empreendimentos rentáveis, desejando afastar a desvalorização cambial.

Para manter o mesmo nível de consumo anterior, seria necessário conceder diminuições nos preços, redução que tinha de ser ainda mais acentuada, pois os operadores americanos e europeus possuíam um estoque considerável de café. Desse modo, objetivando amparar o setor cafeeiro, o Governo Federal criou a Carteira de Redesconto – que emitiria o dinheiro necessário para a aquisição do café – abandonando-se o tabu penosamente construído por Murinho e Bulhões contra as emissões de papel moeda. Assim, em 1921, colocou-se em prática a terceira operação de valorização, com a compra de cafés nos portos de Santos e Rio de Janeiro, assim como se instituiu uma limitação da entrada de café nos dois portos (DELFIM NETTO, 2009).

Para Fritsch (1990), a decisão de sustentar os preços do café era necessária para prevenir que uma queda brusca do valor externo do mil réis, submetesse a lavoura cafeeira a pressões insuportáveis. As operações de compra foram iniciadas em março de 1921 e, de acordo com Perissinotto (1994, p. 80),

No final do mesmo mês, cerca de 4,5 milhões de sacas de café já haviam sido retiradas do mercado. Com isso, o preço do café tipo “Rio 7”, no mesmo ano de 1921, passava, em Nova York, de 6,4 cents a libra-peso para 8 cents. Essa intervenção federal rendeu 77 milhões de dólares ou um lucro de 130 mil contos.

Essas operações pareciam ir de acordo com os desejos da lavoura. Contudo, em maio de 1922, o Governo Federal, que antes aprovava o projeto de emissão, cedeu à pressão do grande capital e contraiu um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas com banqueiros ingleses, o que representou um recuo face às conquistas alcançadas pela lavoura até então. O Governo justificou a mudança na forma de financiamento da política afirmando que não queria mais realizar emissões de papel-moeda sem lastro. O esquema passou a funcionar da seguinte forma:

[...] o governo cedia os 14,5 milhões de sacas que havia retirado entre o início e o fim de março de 1921, isto é, as mesmas sacas que serviriam, mais adiante, como base financeira da defesa permanente. Foi formado um comitê com a presença de representantes dos banqueiros internacionais, um outro do *Brazilian Warrant and CO.* e um do governo brasileiro. Mais uma vez, a associação entre o Estado e os banqueiros internacionais passaria a ter o controle sobre a liquidação dos estoques. Ou seja, mais uma vez os fazendeiros, que queriam o monopólio estatal do estoque e comércio, seriam derrotados. Constava ainda no acordo para o empréstimo que o resultado da venda desses estoques ficaria retido no comitê até o ano de 1932, data de vencimento do empréstimo. O saldo político foi deficitário para o governo brasileiro e positivo para os que financiaram a valorização. O Estado ficou proibido, mais uma vez, de realizar novas intervenções no mercado cafeeiro sem a autorização expressa da *Brazilian Warrant* ou do comitê (PERISSINOTTO, 1994, p. 80-81).

Além disso, a carteira de redesconto não poderia fornecer mais dinheiro para o esquema valorizador quando as compras do café atingissem o valor de 270 mil contos de réis. Para não suspender a operação, de acordo com o Governo, foi necessário recorrer ao crédito externo (VILARDO, 1986, p. 135-147 apud PERISSINOTTO, 1994).

Como ficou claro, ao passar o período de anormalidade da guerra, o esquema valorizador regressou com sua característica inicial, ou seja, o poder voltado para as casas exportadoras e com o controle e influência exercidos pelos bancos internacionais. As propostas da lavoura, isto é, as emissões e o monopólio oficial do comércio cafeeiro, foram contrapostos em favor do domínio do capital comercial.

Não obstante, mais uma vez, as condições de produção auxiliaram uma realização bem sucedida da operação, refletindo nas safras de 1921-22 e 1922-23, que foram as menores desde o início do século, e o estoque mundial de café, que em 1919 atingira 10 milhões de sacas, caiu para 5,3 milhões em 1923. Durante essa valorização, realizou-se a primeira tentativa de regular as entradas de café nos portos, já que a desorganização era causa de vários problemas financeiros e de transporte. Essa regularização seria, mais tarde, uma característica fundamental do plano de defesa permanente, iniciado em 1922 (DELFIM NETTO, 2009).

Portanto, de acordo com Kulgemas (1986), a pequena safra de 1921-1922 facilitou a terceira valorização e o Governo, com isso, submeteu, em Londres, a um empréstimo de 9 milhões de libras. A safra de 1922-1923, também reduzida, acompanhada da recuperação da economia americana somada com a venda dos estoques e o pagamento do empréstimo internacional, foi fundamental para a conclusão dessa operação, completamente encerrada em 1924.

Contudo, apesar dos êxitos da valorização e a vitória às objeções ortodoxas, intensificava-se a discussão sobre a problemática e a dependência estatal para o financiamento das operações e a congruência de estabelecer mecanismos que garantissem, de forma contínua, o amparo aos preços do café.

1.1.4 A defesa permanente

No segundo semestre de 1921, Eptácio Pessoa encaminhou ao Congresso a proposta da defesa permanente do café, por meio da formação do Conselho de Defesa Permanente do Café. Esse conselho deveria operar com um capital de 300 mil contos, destinados para o empréstimo aos produtores e à compra do café, com a finalidade de regularizar a oferta e financiar a propaganda no exterior. Além disso, seria regulada a entrada da safra de café nos portos, retendo parte delas no interior, impedindo o afluxo de grandes quantidades aos portos ao mesmo tempo, evitando, destarte, as especulações baixistas (PERISSINOTTO, 1994).

Essas propostas transformaram-se em projeto lei em 1922, todavia, segundo Souza (2001, p. 142),

[...] antes que o Senado sancionasse a nova lei, foi realizado o empréstimo de nove milhões de libras para financiar a terceira valorização. Esse empréstimo, pelas suas clausuras, impedia a emissão de papel-moeda. Além disso, como vimos, o lucro das vendas dos estoques ficaria sob controle dos banqueiros. Portanto, as emissões e os fundos da terceira valorização, bases financeiras de sustentação da defesa permanente, não poderiam ser utilizados.

Ainda em 1922, às vésperas da posse para presidência de Artur Bernardes, criou-se o Instituto de Defesa Permanente do Café. Contudo, Bernardes atuou com cautela no encaminhamento das reivindicações cafeeiras, deixando o Instituto sem atuação e se limitando a finalizar a terceira valorização, iniciada em 1921 (KULGEMAS, 1986). A única medida posta em prática pelo Governo Federal, nesse período, foi a construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro nas regiões cafeeiras, com o objetivo de conservar o café no interior, regular a entrada nos portos e, dessa forma, sustentar os preços (DELFIN NETTO, 2009).

Essa medida foi tomada, segundo o autor, devido à pressão da florada da safra de 1923-24, que pressagiava ser considerável. A elevação de preços ocorrida se deve a dois fatores: i) o entendimento de que a retenção da safra no interior daria lugar a uma elevação permanente dos preços e, por isso, os operadores do mercado buscaram fazer seus estoques; ii) é possível que o aumento tenha sido superior à que se verificaria em condições normais de mercado, uma vez que os importadores esperaram, com essa elevação de preços, enternecer o controle da entrada nos portos.

Em 1924, conseqüentemente, essa elevação dos preços deve ser atribuída à oposição de interesses entre os operadores estrangeiros e a política de defesa seguida pelo Governo. Foi o mecanismo de defesa, segundo Delfim Netto (2009), que permitiu a elevação do preço. Esse mecanismo gerou, de acordo com o autor, devido sua eficiência, grande irritação aos importadores e operadores estrangeiros, pois perceberam que seria improvável reconstruir os seus estoques e passar novamente ao comando do mercado. Com isso, as exportações do Brasil atingiram, em 1924, 66 milhões de libras esterlinas, contra 14,2 milhões em 1923.

Essa oposição provocou uma campanha contra o café e, posteriormente, a ascensão da concorrência do café colombiano, que penetrou nos Estados Unidos. Os concorrentes do café brasileiro eram favorecidos por duas circunstâncias: i) os armazéns reguladores construídos no interior mostravam que os despachos para os portos não seriam por completos liberados, ou

seja, ao menos essa forma de controle seria exercida permanentemente pelo Brasil; ii) a eficiência da política brasileira mostrava aos importadores que eles não passariam mais ao controle do mercado e que por muito tempo seria possível impor os preços (DELFIM NETTO, 2009).

De acordo com Perissinotto (1994), em 1924, já liquidado o empréstimo da terceira valorização, pago devido às condições favoráveis do mercado cafeeiro, o Governo brasileiro livrou-se das exigências do comitê de valorização. Readquiriu, dessa forma, a autonomia de ação em relação à política cafeeira, antes bloqueada pelo acordo feito em 1922, tratado anteriormente, para aquisição de um empréstimo externo como financiador do terceiro esquema valorizador.

Em novembro desse mesmo ano, o presidente Artur Bernardes, detectou sérios riscos devido às operações valorizadoras governamentais e às emissões de papel-moeda. Por causa disso, atribuiu a defesa do café aos próprios produtores.⁷ O Estado de São Paulo, a partir de então, assumiu diretamente a defesa do produto, em caráter permanente, criando o Instituto de Café do Estado de São Paulo com a finalidade de controlar financiamentos, as vendas e regularizar a assistência ao cultivo do café, estimulando a ampliação da capacidade produtiva (FAUSTO, 2006).

Criou-se, em dezembro, o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, depois chamado de Instituto do Café (PERISSINOTTO, 1994). Nota-se, portanto, que quase duas décadas após os primeiros esforços em valorizar o café, o mecanismo de sustentação dos preços voltava ao nível estadual.

A defesa permanente possuía algumas diferenças em relação aos outros esquemas valorizadores, como descreve Perissinotto (1994, p. 84):

Uma delas, a mais importante, foi o novo circuito de financiamento que se estabeleceu. Nessa nova forma, o fazendeiro depositava o café nos armazéns e recebia um “conhecimento de depósito de café”. Ele levava ao banco esse documento e recebia um empréstimo, não mais a curto prazo, mas um empréstimo especial para a cafeicultura. Os bancos, por sua vez, iam ao Instituto do Café que lhes entregava o equivalente àquele documento para que pudessem financiar outros fazendeiros e receber novos juros.

⁷ Apesar disso, o Governo Federal manteve o seu papel de garantidor do cenário macroeconômico.

Washington Luis, sucessor de Bernardes, era favorável ao Programa de Defesa do Café, prestando considerável apoio entre 1926 e 1928. Dessa forma, o presidente levou ajuda federal ao programa de defesa, assumindo o controle do fluxo de café aos portos e reabrindo a Caixa de Estabilização, para manter a estabilidade do câmbio, isto é, manter o mil-réis estável (TOPIK, 1987).

O presidente tinha o objetivo de retornar ao padrão ouro, emitindo notas conversíveis à vista contra depósitos em ouro, nos moldes da antiga Caixa de Conversão. A reforma seria concluída com a alteração da unidade monetária, criando-se o cruzeiro, de valor igual ao mil réis à nova paridade (FRITSCH, 1990).

O Instituto do Café, por sua vez, conseguiu manter os preços elevados até 1929, apesar do acúmulo de estoques que ocorreu. No entanto, nesse ano, não foi mais possível manter a política. Novamente afloraram os problemas financeiros derivados das necessidades de recursos para financiar a grande estocagem necessária e das restrições monetárias que atingiam a sistema bancário brasileiro com a reversão das condições de operação da Caixa de Estabilização (GREMAUD, 1997).

O problema maior surgiu com a queda de demanda originada pela grande crise que se abateu sobre a Bolsa de Valores de Nova Iorque, deflagrada no segundo semestre de 1929. Com essa crise mundial, Washington Luis modificou a posição adotada pelo Governo, abandonando a política de sustentação dos preços, agravando, assim, a situação do complexo cafeeiro. O Instituto de São Paulo, com a interrupção dos fluxos de recursos financeiros, tanto externos quanto os aportados pelo Governo Federal, não teve mais condições de continuar com suas operações de sustentação dos preços e acabou fechando. Houve, no período, uma brutal queda da demanda, fazendo com que os preços caíssem em 30% e que os estoques perdessem o valor. Com isso, os fazendeiros ficaram sem dinheiro para pagar os empréstimos recebidos (PERISSINOTTO, 1994).

Em novembro de 1929, o Governo de São Paulo retomou os planos de sustentação, como forma de impedir o colapso do sistema e reduzir o forte impacto incidente sobre a rentabilidade do setor cafeeiro pelo declínio dos preços externos, resultado este relativamente alcançado. Segundo Colistete (1986, p. 16),

[...] o governo de São Paulo, através de gestões bem sucedidas junto a banqueiros internacionais, obtém um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas, e logo após (em início de 1930), um expressivo empréstimo de 20 milhões de libras cerca de 720 mil contos – junto a banqueiros americanos e europeus. O segundo e mais importante contrato consistia na retomada dos planos de sustentação [...]. Assim, efetivou-se a compra de cerca de 3 milhões de sacas de café ao preço de 100 mil-réis a saca, enquanto cerca de 420 mil contos foram adiantados aos agricultores, totalizando um aporte de 720 mil contos dispensado junto ao setor cafeeiro.

Em início de 1930, os preços ficaram em torno de 14 cents/libra-peso, inferiores a um ou dois anos anteriores, mas as compras efetuadas pelo governo de São Paulo permitiram a minimização de uma situação que beirava o colapso. Na sucessão presidencial, que culmina na Revolução de 30, instala-se o novo governo que, em 1931, apesar de adotar uma posição cautelosa quanto à defesa do café, determina medidas adicionais de proteção. Estas compreendiam a compra de todo o café estocado, com exceção daqueles já negociados no plano de compra de São Paulo (COLISTETE, 1986).

A defesa permanente era inicialmente, sem dúvida, mais vantajosa para a lavoura do que os outros esquemas. Porém, alguns procedimentos não eram do total agrado da classe, pois algumas consequências se mostraram claras. A lavoura se opunha às bases sobre as quais a operação se deu, isto é, às novas taxas, os empréstimos externos e a sua fraca representação na direção do instituto. Ou seja, da mesma forma que nas outras valorizações, sobretudo na primeira e na terceira, a lavoura ocupou uma posição subordinada aos interesses distantes da produção, revelando estar longe de exercer a hegemonia no interior do bloco no poder da economia agroexportadora (PERISSINOTTO, 1994).

1.2 REBATIMENTO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: UM OLHAR GERAL SOBRE A CAFEICULTURA CAPIXABA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No período compreendido entre 1889 a 1930, a lavoura capixaba desenvolveu-se, consolidou-se e colocou o Espírito Santo na esfera nacional, como quarto produtor brasileiro de café e, apesar das crises periódicas que transtornavam as rendas do setor no Espírito Santo, sua produção foi suficiente para modificar o quadro sócio econômico capixaba. Além disso, nesse período, Vitória estabilizou-se como o principal centro comercial do Estado, exportando aproximadamente o total de café produzido (SIQUEIRA, 1995).

Para entendermos como o café penetrou na economia capixaba, assim como as modificações proporcionadas por esse produto, apresentaremos uma exposição que antecede o nosso balizamento temporal, isto é, a Primeira República.

Até meados do século XIX, o Espírito Santo esteve economicamente baseado no cultivo da cana de açúcar, atividade que estava em estagnação devido aos baixos preços do produto no mercado externo desde o século XVII. O marasmo histórico foi rompido com a introdução e a expansão da cultura cafeeira, iniciada em 1810 (VILLASCHI et. al., 2011). Em 1812 foram exportadas as primeiras arrobas de café e, dessa forma, o produto foi se elevando gradativamente à exportação, por oferecer melhor remuneração do que qualquer outro produto (TORRES FILHO, 1913).

A partir de então, a realidade econômica do Espírito Santo passou a se assemelhar àquela existente em nível nacional, no que diz respeito ao fato da principal atividade econômica ser também a cafeicultura. Essa atividade era a única capaz de gerar alguma alteração no quadro econômico da província⁸, superando a produção açucareira, conforme podemos observar na tabela 2.

Tabela 2 - Exportação de açúcar e café do Espírito Santo em arrobas

Períodos	Açúcar	Café
1845	206.302	32.033
1855	49.895	111.178
1860	29.450	202.117
1869	19.431	357.382
1873	18.164	450.303

Fonte: TORRES FILHO, 1913 p. 104-105.

Nota-se que a partir da década de 50, o açúcar iniciou seu declínio na participação da economia capixaba, dando lugar ao café, que nessa época, já se encontrava em crescente produção no Rio de Janeiro e São Paulo. Esse decréscimo na exportação do açúcar e a ampliação do café foram resultados da deficiência sócio econômica da Província, ou seja, falta de infraestrutura, carência de meios de comunicação, transporte, falta de conhecimento de métodos agrícolas e de medidas

⁸ Bittencourt (1987) faz um estudo acerca da modernização trazida pelo café no Espírito Santo.

controladoras e regulamentadoras da economia e da crescente demanda por café (SIQUEIRA, 1995).

Na medida em que a produção cafeeira ganhou proporções comerciais e centrou-se em Vitória, importantes regiões foram colonizadas para o cultivo do café. A região serrana teve a população fixada, em especial italiana e alemã, e passou a cultivar café com base na pequena propriedade familiar (VILLASCHI et. al., 2011).

Na região norte realizou-se o cultivo de café nas imediações de São Mateus, contudo, devido sua ligação com a capitania de Porto Seguro até o século XIX, parte de suas riquezas era dirigida à região baiana. Entretanto, a região em que se consolidou, de fato, a cultura cafeeira e que por maior tempo se manteve mais próspera, foi a sul, que teve como centro dinâmico Cachoeiro de Itapemirim. Porém, significativa parte do café produzido no Sul não era escoada pelo porto de Vitória, mas sim, pelo Rio de Janeiro, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas estaduais (RIBEIRO, 2008).

A partir da década de 1870, o café monopolizou o comércio capixaba. Com a ascensão dos preços internacionais do produto, a expansão cafeeira marcou-se por um movimento em direção às terras ainda virgens da região sul, principalmente na fronteira com o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por outro lado, as fronteiras agrícolas e fluminenses, ao final dessa mesma década, tornaram-se significativamente próximas dos limites com o território capixaba. Esse fator, somado ao surto ferroviário brasileiro, iniciado também nos anos setenta, que já havia atingido as proximidades dos limites com o Espírito Santo, abriram novas perspectivas à expansão da lavoura cafeeira (ROCHA E COSSETTI, 1983).

Ademais, houve um crescimento significativo nas receitas provinciais, como se demonstra na tabela 3, e a consequente introdução de algumas melhorias na produção, especialmente no sul, região que se tornou mais importante economicamente.

Tabela 3 - Receita do Espírito Santo em Réis

Anos	Receita
1850	39:739\$474
1851	43:086\$417
1870	183:030\$747
1871	257:220\$266
1876	321:045\$460
1879	445:990\$895
1885	447:577\$939

Fonte: Elaboração própria com base em ROCHA, 1984; TORRES FILHO, 1913.

A receita, apesar de subir gradativamente, não alcançou quinhentos contos de réis em 1885. Como o café era a principal fonte de renda do Espírito Santo, a receita oscilava de acordo com os preços no mercado cafeeiro. Pode-se afirmar que entre 1870 e 1889, a receita capixaba não era capaz de possibilitar investimentos em obras públicas de infraestrutura. A falta de vias de comunicação entre as regiões produtoras e as praças exportadoras dificultava o escoamento do café. Vitória ficava isolada dos outros centros comerciais (SIQUEIRA, 1995).

Ainda, segundo Corrêa (1872 apud Siqueira, 1995), outro obstáculo para o desenvolvimento da economia provincial era o não desenvolvimento da população na proporção dos recursos que a Província oferecia à imigração rural. Além disso, a política centralista imperial dificultava a expansão das províncias de baixa renda, como o Espírito Santo, que mesmo tendo na capital um porto natural, não tinha recursos financeiros para centralizar seu movimento comercial em Vitória. Isso ocorria segundo Siqueira (1995, p. 38-39), devido:

[...] a dependência capixaba do Rio de Janeiro e a divisão regional do comércio, que atuava entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, principal cidade do sul capixaba. Cachoeiro era um centro produtor de café e exportava a produção diretamente para o Rio de Janeiro, através do porto de Itapemirim, independente de Vitória. A dependência do Rio de Janeiro estava implícita na política centralista do governo imperial, que teve como objetivo centralizar o comércio sobre a praça da capital do Império, tornando-a o centro de redistribuição de mercadorias dentro do Império e o ponto de importação e exportação do comércio internacional.

Segundo Prado Júnior (1998, p. 161), “é no Rio de Janeiro sobretudo, logo depois nas regiões contíguas de Minas Gerais e São Paulo, e finalmente no Espírito Santo (este último com índices já muito menores) que se localiza realmente a riqueza cafeeira do Brasil”. Até 1888, o Rio de Janeiro foi o maior produtor de café do país, atingindo entre 1871-80, 60% do total das

exportações brasileiras, enquanto Minas Gerais participou com 25%, São Paulo com 10% e o Espírito Santo e outras regiões com apenas 5% (SIMONSEN, 1973 apud SIQUEIRA, 1995).

Nos últimos anos do Império, São Paulo apresentou uma progressiva expansão da economia cafeeira. Em 1881 superou a posição de Minas Gerais e, em 1889, posicionou-se como o maior produtor de café do país, superando o Rio de Janeiro (PESSAMILIO, 1978 apud SIQUEIRA, 1995).

Para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do café capixaba, era preciso viabilizar uma infraestrutura sócio econômica. Porém, no Império, as atitudes e o capital local, não foram suficientes. Além disso, a arcaica organização da produção agrícola contribuía para o Espírito Santo apresentar aos mercados consumidores uma mercadoria de qualidade inferior quando comparado com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SIQUEIRA, 1995).

Apesar de toda essa deficiência, a produção cafeeira capixaba crescia, no entanto, ao compará-la com outras zonas cafeeiras, o crescimento era lento. O café estava contribuindo para o incremento da produção agrícola do Espírito Santo, todavia ao inserir essa produção no contexto nacional, não se presenciava um modelo que pudesse ser preponderante na conjuntura brasileira.

Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, ocorreram consideráveis modificações no que diz respeito à atuação do poder regional, pois as Províncias se transformaram em Estados, adquirindo direitos antes inexistentes, tais como: i) prover seus gastos a partir de suas necessidades; ii) não intervenção do Governo Federal em seus negócios; iii) certa liberdade para decretar impostos; iv) captar empréstimos no exterior.

Destaca-se o direito de arrecadar impostos de exportação, prerrogativa outrora do Governo Imperial, fator que serviria de estímulo maior para as unidades federativas incrementarem suas exportações (QUINTÃO, 2010). Logo, essas alterações contribuíram para a ampliação da receita dos governos estaduais, dando mais autonomia aos mesmos para desenvolverem projetos de incremento econômico local. Ou seja, a instalação da República significou a hegemonia das elites regionais contra o centralismo do Império.

Nesse período, a base da economia do Espírito Santo continuou sendo a agricultura. O setor cafeeiro, após a República, intensificou a prosperidade de seus cultivadores, e, economicamente, foi responsável pela realização de inúmeras obras públicas. Sua expansão atribuiu um fator incisivo no desenvolvimento do território capixaba, pois impôs uma rápida e significativa melhoria das vias de comunicação, abertura de estradas, melhoramento dos portos e construção de ferrovias. Além disso, proporcionou maior arrecadação de impostos, permitindo realização de diversas obras públicas, além das citadas, que ampararam toda a população, tais como obras de saneamento e iluminação pública (FRANCO E HEES, 2003).

O presidente de Estado Moniz Freire, em seu primeiro governo (1892-1896), foi o responsável por colocar em prática um plano, pautado em um pensamento político forjado ao longo do século XIX⁹. Por intermédio da construção de estradas de ferro, estímulo à imigração¹⁰ para oferecer mão de obra à lavoura cafeeira, buscou-se dirimir as adversidades, ou seja, empecilhos ao desenvolvimento econômico do setor agroexportador, em destaque o setor cafeeiro, que padecia de algumas condições como baixa densidade populacional¹¹, estradas e portos precários.

Em suma, a colocação da cafeicultura capixaba em uma melhor posição no cenário nacional poderia acontecer apenas com uma modificação dessas condições. Porém, essa limitada infraestrutura só teria seu quadro alterado mediante uma intervenção estatal, pois não havia capital privado interessado em realizar inversões devido à baixa acumulação de capitais (ROCHA E COSSETTI, 1983).

A posição do café na exportação estadual, entre 1891 e 1895, mostrou-se bastante significativa e ascendente, enquanto a dos demais produtos diminuía. A tabela 4 demonstra o percentual de café na posição estadual, juntamente com os percentuais de madeira e farinha de mandioca, que eram os outros produtos mais exportados. Nota-se que o valor da exportação de café era ascendente, enquanto o valor comparativo dos outros produtos declinava.

⁹ Esse pensamento político constituía-se pelo antigo anseio de uma ligação entre Minas Gerais e o Espírito Santo, pautada no estreitamento comercial entre as regiões. Pretendia-se que fosse centralizada no porto da capital capixaba a exportação de parte da hinterlândia mineira (SANTOS, 2005).

¹⁰ Durante 1892-1896 foram introduzidos no território capixaba 13.144 imigrantes (TORRES FILHO, 1913).

¹¹ Em 1890 a população estadual era de 135.997 pessoas (ALMADA, 1981 apud ROCHA E COSSETTI, 1983). Em 1900 a população capixaba totalizava 209.783 habitantes (OLIVEIRA, 2008). Em 1920 chega-se a 457.328 (CELIN, 1984).

Tabela 4 - Exportação do Espírito Santo por principais produtos; em relação ao valor total da exportação. 1891 a 1895

Produtos	1891	1892	1893	1894	1895
Café	97,5%	97,7%	98,8%	99,7%	99,4%
Farinha	1,4%	0,7%	0,9%	0,2%	0,4%
Madeira	0,9%	1,4%	0,2%	0,1%	0,2%
Outros	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: FREIRE, 1896, p. 37 apud SIQUEIRA, 1995, p. 58.

Até meados do século XIX o Estado produziu quantidades importantes de açúcar, contudo, a dominação do café adquiriu uma posição eminente a partir de 1895, de forma que o Espírito Santo não exportou mais açúcar no fim dos anos 1800, como pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 - Exportação de açúcar e café do Espírito Santo em arrobas

Anos	Açúcar	Café
1891	1.456	1.250.838
1892	Não exportou	1.111.552
1893	572	1.450.876
1894	52	1.547.819
1895	Não exportou	1.622.045
1896	Não exportou	1.686.104
1897	Não exportou	2.448.008

Fonte: TORRES FILHO, 1913, p. 103-104.

O café continuou predominando nas lavouras capixabas, sendo a principal fonte de recursos financeiros, sustentando a vida pública e particular do Espírito Santo. Além disso, contribuiu com uma porcentagem significativa sobre o equilíbrio orçamentário estadual, como demonstra a tabela 6. Podemos observar que foi no quadriênio 1922-1925 que o café recuperou o seu maior crescimento na exportação, verificado anteriormente entre 1892-95, 1902-05 e 1906-1909.

Isso ocorreu devido ao crescimento físico da produção e aos elevados preços no exterior (ROCHA E COSSETTI, 1983). Além disso, a década de 1920 foi extremamente favorável à expansão do café por causa da política de valorização posta em prática no Brasil (FERREIRA, 1987).

Isto é, mesmo significativo, a expansão da cafeicultura capixaba se mostrou lenta nas duas primeiras décadas republicanas, contudo retomou ímpeto maior na década de 1920 (tabela 6), graças tanto ao apoio das políticas de defesa da cafeicultura quanto a algumas melhorias na infraestrutura e na comercialização (CANO, 1985).

Tabela 6 - Valor das exportações totais, da exportação de café e participação relativa do produto em relação ao total (Valores correntes – Contos de Réis)

Quadriênio	Médias das Exportações totais	Média da Exportação de café	Média (%)
1892-1895	25.940,13	25.695,00	98,9
1902-1905	14.409,63	13.594,55	94,7
1906-1909	11.449,83	10.802,65	94,5
1910-1913	23.627,65	21.166,23	90,3
1914-1917	28.260,65	24.119,20	85,3
1918-1921	65.341,78	50.830,48	87,8
1922-1925	187.271,08	155.614,83	94,5
1926-1929	169.336,40	180.746,35	94,4

Fonte: Elaboração própria com base em ROCHA E COSSETTI (1983).

Porém, segundo Siqueira (1995), essa quase exclusiva dedicação ao plantio de café não era totalmente vantajosa para o Estado, uma vez que o café não possuía um valor estável. Ou seja, quando ocorria a desvalorização dos preços ou crise na produção, a situação financeira estadual ficava prejudicada. Entretanto, esses fatores não impossibilitaram o café de gerar acréscimo na renda do Estado, que apresentou, apesar de algumas oscilações, um crescimento significativo, como descrito na tabela 7, ao comparar com o orçamento do Império, que não superou 55.066 libras.

Tabela 7 - Espírito Santo: receita total e receita gerada pelo café

Anos	Receita total	Receita do café	Participação relativa (%)
1895-99	3.901,2	3.084,7	79,1
1900-04	2.500,5	1.984,2	79,4
1905-09	2.485,3	1.757,3	70,7
1910-14	3.931,3	2.630,1	66,9
1915-19	5.703,3	3.906,6	68,5
1920-23	13.441,8	9.767,3	72,7
1929	39.241,8	27.767,9	70,8

Fonte: ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 106.

Os dados acima mostram que no conjunto de receitas públicas estaduais, o café teve papel expressivo. Durante o período 1895-99 e 1929, a participação da receita gerada pelo café na receita total, foi em média 70%, oscilando entre 60% e 80%. As oscilações estavam relacionadas às oscilações dos preços internacionais do café e às dificuldades de exportação, como no caso na Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, os recursos gerados pela produção cafeeira contribuíram para construção de uma malha ferroviária capaz de escoar a produção agrícola, transportar passageiros, manter o intercâmbio comercial e unir o Espírito Santo aos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, trazendo para o Estado o progresso econômico e social. Ademais, determinou o surgimento de povoações, vilas e cidades.

Fator importante que contribuiu para a dinâmica cafeeira foi a expansão do número de imigrantes que aportaram no Espírito Santo. A tabela 8 mostra a relação entre a exportação de café e o aumento de imigrantes no território capixaba.

Tabela 8 - Entrada de imigrantes no Espírito Santo e exportações de café (1892-1895)

Ano	Número de imigrantes	Exportação de café (saco)
1892	522	277.768
1893	3.094	362.717
1894	3.926	387.619
1895	4.575	410.511

Fonte: GARCIA, MOTA E DIAS, 2005, p. 29.

Além disso, no território capixaba construíram-se duas importantes ferrovias: a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (depois chamada de Leopoldina Railway) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas. A primeira, iniciada em 1892 e concluída em 1910, ligava a capital ao sul do Estado, importante região cafeeira, e ao Rio de Janeiro, escoando a produção de café. A segunda, que teve seu primeiro trecho inaugurado em 1904, uniu a capital ao norte do Estado e a Minas Gerais, transportando passageiros, produtos agrícolas e madeira (FRANCO E HEES, 2003).

A ferrovia “Sul do Espírito Santo” foi responsável por levar grande quantidade de produtos para o porto de Vitória, especialmente café, conforme ilustrado na tabela 9, contribuindo diretamente para que este se tornasse o principal porto do Espírito Santo.

Tabela 9 - Transporte de café nos ramais “Sul do Espírito Santo”

Ano	Café (Kg)
1909	3.609.000
1910	2.038.000
1911	2.579.990
1921	24.399.480

Fonte: Adaptado de QUINTÃO, 2010, p. 154.

Contudo, a construção de um cais e o aparelhamento do porto de Vitória eram medidas que se impunham para o desenvolvimento econômico do Estado. Em decorrência disso, e concorrendo para esse processo, houve, pela ação direta do Estado, a modernização do porto de Vitória, iniciado em 1911. Este, por sua vez, consolidou-se como um porto eminentemente cafeeiro, fortalecendo a lógica agroexportadora capixaba. Fato perceptível pelo crescimento de sua participação em relação ao total exportado pelo Estado, conforme mostra a tabela 10.

Tabela 10 - Café exportado pelo porto de Vitória e a exportação geral de café do Espírito Santo

Exportação em sacas de 60 quilos - 1913 a 1920			
Ano	Exportação total do Estado	Exportação do porto de Vitória	% do total exportado por Vitória
1913	597.570	493.892	83%
1914	629.168	513.907	82%
1915	968.195	790.918	82%
1916	712.966	585.936	82%
1917	722.258	622.000	86%
1918	657.372	563.087	86%
1919	802.520	701.462	87%
1920	846.395	778.418	92%

Fonte: SIQUEIRA, 1995, p. 73.

Observa-se, portanto, que ao longo das décadas republicanas a economia cafeeira fomentava, no âmbito nacional e, sobretudo estadual, a revitalização dos portos e construção de estradas de ferro, e estes setores eram indispensáveis para o desenvolvimento da atividade cafeeira, embora se desenvolvesse a partir do bom desempenho desta atividade (ROCHA E COSSETTI, 1983).

De tal modo, o desenvolvimento do Espírito Santo foi significativamente influenciado pela expansão cafeeira e esta, por sua vez, sustentou-se em alguns momentos, a nível nacional, a

partir das políticas de valorização. Dessa forma, esse capítulo contribui de forma a evidenciar como as políticas de defesa do café, a nível nacional, foram desenvolvidas e articuladas e como, de modo geral, essas políticas auxiliaram o desenvolvimento da cafeicultura capixaba. Assim sendo, a expansão cafeeira do Espírito Santo só teve continuidade devido a uma política de Estado voltada para defender a ampliação do setor, no caso capixaba com o incentivo à imigração, construção de ferrovias e reaparelhamento do porto de Vitória, medidas que serão detalhadas no próximo capítulo.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos de valorização do café representaram o mais importante fato histórico da política econômica anterior à Primeira Guerra Mundial. Ao tratar das políticas de valorização do café, podemos notar que as frações dominantes da economia agroexportadora dependiam desse produto. Assim, havia uma necessidade de sustentar o seu preço. Épocas de crise provocavam a união dessas frações em favor desse objetivo. Isto é, em determinados momentos, a valorização do café representava um interesse geral, porém, ao tratar das formas de se efetivar tal esquema, a lavoura cafeeira tinha suas propostas derrotadas pelos interesses do grande capital cafeeiro e do capital estrangeiro. Isso deixa claro que, ao depender do financiamento externo para a consecução das políticas de valorização, a lavoura e o próprio Governo brasileiro se submetiam aos interesses e às condições impostas pelos financistas internacionais.

Ao observarmos a economia do Espírito Santo compreende-se que, até meados do século XIX, esta era uma extensão da velha economia colonial, com significativa produção de açúcar. Vivia-se em permanente estagnação. O interior era coberto de matas ainda por desbravar, pois as atividades econômicas e a escassa população ficavam circunscritas a uma estreita faixa litorânea. O advento do café, introduzido na Província por volta de 1815, alterou profundamente, como vimos, esse quadro. No período entre 1856 e 1872 a cafeicultura expandiu-se e consolidou-se no território capixaba (FERREIRA, 1987).

Entretanto, a análise ganha sentido no período da Primeira República (1889-1930), pois a partir de então ocorreu a grande expansão da economia cafeeira capixaba e os planos valorizadores que foram fundamentais para a defesa do setor cafeeiro e deram suporte ao desenvolvimento do café capixaba.

Essa cultura foi responsável pelo desbravamento de terras, pois foi preciso a chegada da lavoura cafeeira para que as terras do interior fossem exploradas. Ademais, a expansão do café foi responsável pelo incremento da receita e por gerar renda suficiente para o desenvolvimento de infraestruturas que antes eram precárias, ou seja, foi a partir da cultura cafeeira que o Espírito Santo adquiriu um maior dinamismo econômico.

Mas é preciso dizer que a problemática sobre o financiamento - e as suas formas - que permeava o debate no nível nacional, também significou um problema para o Espírito Santo. Se algumas medidas foram tomadas resolver os problemas de infraestrutura, por um bom tempo os cafeicultores ainda seguiam dependentes dos atravessadores financeiros, como se verá adiante.

CAPÍTULO 2 – A CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO E SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

Após analisarmos no capítulo anterior como se estruturou a política de defesa do café em nível nacional e os rebatimentos dessas políticas de valorização do Espírito Santo, assim como as modificações ocorridas em território capixaba com a Proclamação da República, esse capítulo abordará de que forma e a partir de quais fatores a cafeicultura capixaba se inseriu no cenário nacional.

Para tanto, algumas medidas essenciais para o desenvolvimento da cafeicultura do Espírito Santo foram articuladas pelo governo do estado, como a construção de ferrovias, aparelhamento do porto de Vitória, fornecimento de “braços para a lavoura” e o financiamento da produção. Dessa forma, a articulação do estado em infraestrutura contribuiu para o avanço da cafeicultura capixaba e, por conseguinte, os ganhos do setor cafeeiro no Espírito Santo contribuíam para que a realização que desses fatores fossem impulsionados.

De tal modo, esse capítulo analisará quais medidas adotadas pelo governo do Espírito Santo fomentaram o setor cafeeiro capixaba e de que forma contribuíam para o desenvolvimento dessa cultura. Sem as medidas adotadas no âmbito federal e a criação da infraestrutura local por parte do governo estadual, a ocupação do território capixaba e a conformação de suas características econômicas principais não se teriam dado no formato em que se deu.

O objetivo era, portanto, “territorializar” as rendas geradas pelo café capixaba (FALEIROS, 2010). Para isso, abordaremos quatro elementos estratégicos que foram articulados pelo estado capixaba durante o período da Primeira República:

- I) A valorização do porto de Vitória, concentrando todas as atividades e todas as sacas das zonas cafeeiras capixabas;
- II) Um plano de aumento da malha ferroviária, contribuindo para uma comunicação mais efetiva entre as regiões e o porto da capital;
- III) Aumento dos braços para a lavoura, permitindo a expansão da produção e;
- IV) O financiamento da lavoura, diminuindo a dependência das casas comerciais que financiavam e se apropriavam de maior parte da lucratividade da atividade.

As principais fontes desse capítulo, aproveitando-se de diversos estudos renomeados que abordam os aspectos da história econômica do Espírito Santo, são os estudos de Rocha e Cossetti (1983), Rocha (1984), Rosa (1985), Ferreira (1987), Siqueira (1995) e Saletto (1996). A elaboração desse capítulo não se realizou em fontes primárias, uma vez que almejasse realizar uma revisão crítica da bibliografia disponível sobre o tema.

Nesse sentido, esse capítulo articula-se à dissertação como um todo uma vez que consolida e analisa as ações tomadas pelo governo local – agora com maior liberdade em função das mudanças advindas com a República – que culminaram com o fortalecimento da produção cafeeira no Espírito Santo. Porém, na mesma problemática que permeou o debate no nível nacional, a questão do modelo de financiamento da produção ainda continuará como um problema/entrave que não foi plenamente resolvido.

2.1 ANTECEDENTES

A economia do Espírito Santo, até meados do século XIX, configurava-se como uma extensão da velha economia colonial. Havia produção de açúcar em grandes fazendas escravistas nas regiões de Itapemirim e da Capital e de farinha de mandioca na de São Mateus. Vivia-se em permanente estagnação e o interior capixaba coberto por matas ainda a desbravar. Ademais, aquelas três regiões eram completamente isoladas por via terrestres e sua rara comunicação era mantida por via marítima. O advento do café alterou profundamente esse cenário. Entre 1840 e 1855, o café – introduzido na Província por volta de 1815 – passou a avançar rapidamente nas regiões de Itapemirim, da Capital e de São Mateus, substituindo gradualmente os produtos cultivados, em especial a cana de açúcar. Foi no período compreendido entre 1856 a 1872, porém, que a cafeicultura se expandiu e consolidou-se no Espírito Santo, sobrepujando a cultura canavieira (FERREIRA, 1987).

Esse surto cafeeiro teve ligação com a decadência da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro, e das antigas regiões produtoras de Minas Gerais (ROCHA E COSSETTI, 1983). Conforme elucida Cano (1975), no Vale do Paraíba o café – planta que requer condições especiais de solo e clima, encontraria limitações de terra para sua expansão. O esgotamento da região ocidental (Resende, Vassouras, Barra Mansa) após 1860 provocou o

deslocamento do café para a região ocidental (Cantagalo, Paraíba do Sul, etc.), praticamente terminando sua possibilidade de expansão. Dessa forma:

Os rotineiros processos agrícolas empregados e as próprias condições do solo e da topografia fariam com que, à restrição distada pela disponibilidade potencial de terras, fosse adicionada outra, gerada pela erosão e exaustão, diminuindo assim, a oferta de terras para o café, acelerando novo deslocamento, agora em direção ao “Oeste Paulista” (CANO, 1975, p. 12-13).

No Vale do Paraíba, a cultura do café encontrou uma limitação de terras para sua expansão. Além disso, o esgotamento da região ocidental após 1860, provocou o deslocamento do café para a região oriental, penetrando, além disso, na Zona Mineira e no Espírito Santo. A outra parte dispersou-se em direção ao Oeste Paulista, região na qual o café não encontrou limitação de terras devido à condição climática, fertilidade e topografia. No Oeste Paulista a terra seria “um livre conduto à expansão cafeeira, tanto no que se refere à sua disponibilidade quantitativa, quanto ao seu principal aspecto que é o das condições de clima, fertilidade e topografia” (CANO, 1975, p. 19).

A expansão cafeeira nesse período, aliada à iniciativa governamental de incentivo à imigração para a Província¹², provocaram a efetivação de transações fundiárias e regularizações da posse de terra¹³, principalmente da região do Itapemirim. Com isso, houve maior ocupação das terras capixabas. Além disso, acompanhando o café, a população também se expandiu, tendo passado de 49.092 mil habitantes em 1856 para 81.889 mil em 1872¹⁴ (ALMADA, 1983). De acordo com Furtado (1987), referindo-se ao período de 1872 a 1900, a população do Rio de Janeiro e Minas Gerais (antigos produtores de café) cresceu à taxa de 1,6% ao ano. A população de São Paulo e Espírito Santo – que se integra na produção de café posteriormente – cresceu à taxa de 3,6% ao ano.

Essa taxa de crescimento em São Paulo se explica basicamente pelo expressivo fluxo migratório europeu para aquele estado, que pode ser explicado por três fatores: em primeiro lugar, havia uma forte propaganda na Europa quanto a atratividade de São Paulo, dada as expectativas de crescimento da economia paulista. Em segundo lugar, é preciso dizer que São Paulo já havia feito a transição de uma economia cafeeira com base em mão de obra escrava para assalariada

¹² Lei nº 601, de 18/09/1850, denominada Lei de Terras.

¹³ Conforme veremos no capítulo 3, essa regularização de posses não teve continuidade até década de 1930.

¹⁴ Censo Geral organizado pelo Governo Imperial.

(FURTADO, 1987). Em terceiro lugar, dada a influência que exercia no Governo Central antes da proclamação da República, os contratos de imigração até então firmados privilegiavam aquele estado, em detrimento de outros, notadamente do Espírito Santo.

Os contratos do Governo Central para a introdução de Imigrantes muito pouco tem aproveitado dos diversos estados, com exceção de São Paulo, cuja propaganda na Europa é antiga e muito bem dirigida, de sorte que toda a corrente imigratória estabelecida para o Brasil encaminha-se espontaneamente ao seu território, independente mesmo das solicitações que as envolvem ao sair do país (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 28 apud VILLASCHI, 2011, p. 33).

Em relação ao Espírito Santo, as condições eram radicalmente diferentes. Isso porque (a) a abolição da escravidão fazia com que os grandes fazendeiros do sul do estado – que por um tempo ainda conseguiram manter suas propriedades – passassem a ressentir da falta de mão de obra, pressionando os primeiros governos do Estado a prosseguir com as políticas de imigração, abandonadas pelo Governo Central após o estabelecimento da República. Já em 1892, por exemplo, foram regulamentadas as normas do serviço de imigração no estado, que pretendia conceder facilidades e atrativos aos estrangeiros que viessem para as terras capixabas. Além disso (b) havia uma fronteira de áreas ainda não desbravadas no Espírito Santo, notadamente as regiões centrais e norte. Para tais regiões, foram estabelecidas migrações já assentadas em pequenas propriedades – que também contribuíram para a expansão cafeeira, embora em moldes diferentes do ocorrido no sul. Esse conjunto de imigrantes foi se estabelecendo nas partes do território capixaba tidas como ainda desocupadas e foram frutos da política deliberada de ocupação do território, conforme bem explicado por Celin (1984).

No Espírito Santo, a pequena propriedade tem sua origem nas formas pelas quais os primeiros colonos se instalaram. O fraco dinamismo da economia local, traduzido pelo baixo nível de monetização da economia pelo consumo pouco diversificado, demonstrou porque esse processo foi utilizado para a ocupação de todo o estado. Desse modo, o processo de ocupação demográfica no Espírito Santo explica também a expansão da cafeicultura no sistema de pequena exploração familiar (CELIN, 1984, p. 106).

Em relação à ocupação de terras, Ferreira (1897) enfatiza que as principais regiões cafeeiras do Espírito Santo tiveram processos de ocupação de suas terras distintos. Na região da Capital, o café representou a alternativa para a decadente cultura canavieira. As antigas fazendas de cana de açúcar foram substituídas pela cultura cafeeira, sem que houvesse incorporações significativas de novas áreas e ampliação acentuadas do número de escravos. Além disso, houve uma tendência à desconcentração da propriedade de terra, acentuada com a retomada, em 1872,

das experiências de formação de núcleos coloniais com imigrantes europeus. De forma díspar ocorreu na região Sul, no qual a expansão do café estava relacionada com a migração de fazendeiros mineiros e fluminenses à procura de novas terras. Traziam escravos e dinheiro, utilizando técnicas de beneficiamento do café, bem como métodos comerciais mais eficientes.

Dessa forma, a lavoura cafeeira desenvolveu-se na região Sul com o predomínio da produção escravista, das grandes fazendas; na região da Capital predominava a produção familiar em pequenas propriedades (SIQUEIRA, 1995). Itapemirim superava Vitória na exportação de café durante, inclusive com valores crescentes, enquanto Vitória decrescia nessa exportação, conforme a tabela 11. Entre 1885-1886 Itapemirim estava superando Vitória em 45% na exportação de café. No período 1870-1889 o café já quase monopolizava o comércio exportador do Espírito Santo.

Tabela 11 - Exportação de café pelos principais portos do Espírito Santo

Anos	Porto de Vitória	Porto de São Mateus - Norte	Porto de Itapemirim - Sul
1873/74	37,6 %	4,3%	58,1%
1883/84	30,7%	6,1%	63,2%
1885/86	29,3%	5,2%	65,8%

Fonte: Adaptado de SIQUEIRA, 1995, p. 48.

Essa expansão cafeeira foi responsável por ocupar o território capixaba, por incrementar a população e permitir futuramente maior integração econômica do Espírito Santo com os demais estados, especialmente com o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e, mais tarde, uma integração ao mercado internacional. Apesar disso, as dimensões de sua cafeicultura eram modestas ao compará-las com o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, isto é, suas dimensões eram grandes para o estado capixaba, mas pequenas para o Brasil.

Ao chegar à República, o Espírito Santo contava com 15,4% apenas do seu território povoado, isto é, 7.699 km² em 50.107 km². Isso foi reflexo, principalmente, do desenvolvimento desigual da cafeicultura no estado, concentrando-se relativamente no Sul Cachoeiro. O Espírito Santo apresentou situação peculiar no Brasil da Primeira República. Por um lado, integrava o sudeste cafeeiro, mas, por outro, era um dos estados menos desenvolvidos do país.

O transporte também constituiu um problema, pois as estradas e os portos não estavam aparelhados (SALETTTO, 1996). Portanto, grande parte do café produzido não era escoada pelo porto natural de Vitória, mas sim pelo Rio de Janeiro, o que dificultava o incremento das receitas do estado (RIBEIRO, 2008). Esse sistema não denotava capacidade de drenar para o território capixaba parte da produção mineira e centralizar os negócios do café na província, que continuava a ser subsidiária da praça mercantil do Rio de Janeiro. Ou seja, Vitória permaneceu alheia ao eixo de negócios que ligava Cachoeiro ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ao mercado internacional (FALEIROS, 2010b).

Além disso, muitas das grandes casas comerciais, sediadas na capital do estado, eram agentes de companhias de navegação e de grandes bancos estrangeiros. Em suas mãos, contratavam todo o comércio de café da região setentrional do estado, dominando a exportação desse produto para o exterior. Essas casas comerciais, portanto, apropriavam-se da maior parte do excedente produzido, pois detinham o quase monopólio das relações diretas com o exterior e dominavam significativa parte do beneficiamento do café (ROCHA & COSSETTI, 1983).

Com isso, embora o Espírito Santo, ao longo do século XIX, tenha avançado economicamente, entrou no século XX com uma economia muito limitada. Essa condição econômica, bem como a incapacidade de desenvolvimento, gerou a necessidade de mudanças, que ocorreram, em grande parte, no período da Primeira República. Para atingir esses objetivos foi necessário investir no melhoramento da infraestrutura através da construção de estradas de ferro, reaparelhamento do Porto de Vitória e incentivo à imigração. À vista disso, o escoamento interno da produção de café seria facilitado e seriam oferecidos mais braços à lavoura cafeeira, tornando Vitória um “entreposto comercial de cunho regional” (VILLASCHI et. al., 2011, p. 32).

2.2 A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA E O SURGIMENTO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

A história da imigração no Espírito Santo é dividida em três fases, segundo Rocha (1984): i) de 1847 a 1881; ii) de 1882 a 1887; iii) de 1888 a 1896. Todavia, é na terceira fase que a entrada de imigrantes no território capixaba se torna mais significativa, pois decretada a Abolição, a

situação ficou dramática para a maioria dos proprietários, os quais alegaram que por isso ficaram desprovidos de trabalhadores para a lavoura.

A grande lavoura, que até então, conviveu de maneira harmoniosa com os núcleos coloniais – produção familiar em pequenas propriedades –, muda de atitude quando surgiu a nova realidade: a crise de mão de obra. Dessa forma, posicionaram-se contra a instalação de imigrantes em lotes coloniais, considerando uma “concorrência” do Estado perante a lavoura particular. Aquele podia oferecer aos estrangeiros lotes de terras, uma vez que possuía vastas regiões desocupadas e, além disso, o estabelecimento do imigrante como pequeno proprietário, favorecia ao fisco, pois o Estado lucrava com o imposto sobre a exportação (ROCHA, 1984).

Devido a essa forte oposição dos fazendeiros, após a abolição da escravatura, a imigração passou a atender preferencialmente as necessidades dos fazendeiros do Sul do estado, ainda que se constituíssem novos núcleos de povoamento. Exemplo disso são os núcleos de Costa Pereira fundado em 1889, Nova Venécia e Afonso Cláudio, em 1890, Demétrio Ribeiro em 1891 e Moniz Freire, fundado em 1894 (FERREIRA, 1987). Já os núcleos projetados e criados em Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus tiveram, de acordo com Rocha (1984), como função primordial prover braços a grande propriedade.

Trata-se de um período de euforia econômica para o Espírito Santo. O café, principal produto de exportação do Estado, obteve elevação de seus preços de maneira compensadora do mercado mundial e apresentou elevação nas exportações. Assim como a receita capixaba, que em 1889 perfazia pouco mais de 600:000\$000 e em 1895 chegou a 4.669:417\$168. Entre 1892 e 1895 as exportações de café, o valor oficial de café e receita estadual se comportaram da forma descrita a seguir:

Tabela 12 - Exportação de café e Receita (1892 a 1895)

Anos	Exportação de café (saca 60 kg)	Valor Oficial (média por arroba)	Receita
1892	277.768	13\$745	3.181:458\$896
1893	362.717	18\$897	3.186:138\$353
1894	387.619	18\$421	4.489:042\$647
1895	410.511	19\$200	4.669:417\$168

Fonte: ROCHA, 1984, p. 116-117.

Essa conjuntura econômica e financeira favorável, aliada a descentralização administrativa que veio no limiar da nova ordem política instaurada pela República estava correlacionada, levou o Presidente Moniz Freire (1892-1896) a criar um serviço de imigração para o estado. Entre 1892 e 1896 entraram no Espírito Santo um total de 13.244 imigrantes estrangeiros (mais de 80% italianos). Os imigrantes foram distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 13 - Destino dos imigrantes entrados no Espírito Santo (1892 - abril/1896)

Destino	Número de imigrantes
Fazendas	6.924
Núcleos Coloniais	3.171
Capital e Subúrbios	3.107
São Paulo	42
Total	13.244

Fonte: ROCHA, 1984, p. 121.

Pelos dados da tabela 13 averiguamos que, com exceção dos 42 imigrantes destinados a São Paulo, 52,4% daqueles que entraram no Espírito Santo no período em questão foram localizados nas fazendas e apenas 24% foram instituídos nos núcleos coloniais. Além disso, dos 6.924 estrangeiros estabelecidos nas fazendas, 75,7% (5.243) se dirigiam para as propriedades de café do Sul do estado, isto é, foi essa região que mais se beneficiou com a política imigrantista do período (ROCHA, 1984).

Estima-se em 18.200 o número de imigrantes residentes do território capixaba até 1897, ou seja, a dimensão do fluxo de imigrantes que se estabeleceu nesses cinco anos é significativa (FERREIRA, 1987). Agora, avaliando integralmente a terceira fase da imigração no território capixaba, que se estendeu de 1888 a 1896, tem-se:

Tabela 14 - Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1888 - Abril/1896)

Ano	Número de imigrantes	%
1888	4.279	19,9%
1889	2.662	12,3%
1890 (até setembro)	166	0,7%
1891	1.146	5,3%
1892	522	2,4%
1893	3.094	14,3%
1894	3.926	18,2%
1895	4.575	21,2%
1896 (até abril)	1.127	5,2%
Total	21.497	

Fonte: Adaptado de ROCHA, 1984, p. 122.

Pelos números da tabela 14 compreendemos que o número de imigrantes entrados no Espírito Santo durante a 3ª fase (21.497) foi superior ao das duas fases anteriores, ou seja, 13.828 e 1.375, respectivamente. Contudo, do total de 21.497 imigrantes entrados no período, não é possível calcular, com precisão, a quantidade que se fixou na lavoura. Esses dados só são exatos para os anos que vão de 1892 a 1896, isto é, 6.924 imigrantes destinados para a lavoura nesse período.

De qualquer forma, existem testemunhos disertos de ter sido o imigrante estrangeiro o elemento que mais contribuiu para o processo de substituição da mão de obra na grande lavoura do Sul do Espírito Santo. Um desses testemunhos está contido na Mensagem do Presidente Moniz Freire, de 1901, ao referir-se à grande propriedade da seguinte forma: “que se apoia hoje, quase geralmente no Sul, sobre o braço do cultivador estrangeiro...” (MENSAGEM do Presidente de Estado José de Mello Carvalho Moniz Freire ao Congresso Legislativo, 28 de setembro de 1901, p. 8 apud ROCHA, 1984).

O declínio dos preços do café, porém, iniciado em 1896, definiu o fim do curto período de euforia econômica que o estado capixaba abarcara. A tabela 15 contém os dados que deixam claros os efeitos da baixa de preços do produto. Mesmo apresentando, de 1896 para 1897, um aumento de 160.620 sacas, a diferença da receita gerada pelo produto revelou-se quase insignificante. O resultado imediato foi a queda das exportações (ROCHA, 1984).

Tabela 15 - Exportação de café no Espírito Santo (1896 – 1900) – Valores em mil réis

Ano	Exportação (saca de 60 kg)	Valor oficial Média p/arroba	Receita gerada pelo café
1896	419.229	14\$814	2.968:410\$495
1897	579.858	12\$319	3.413:048\$004
1898	557.498	11\$147	2.956:016\$155
1899	456.329	10\$655	2.336:228\$792
1900	394.153	11\$035	2.084:327\$652

Fonte: ROCHA, 1984, p. 126.

Para averiguarmos de forma mais clara o desastre que a baixa dos preços do café representou para o Espírito Santo, a tabela 16 constata ser o produto a fonte quase exclusiva da receita estadual.

Tabela 16 - Receita gerada pelo café em relação à receita total

Ano	Porcentagem relativa ao café
1892	52%
1893	90%
1894	76%
1895	80%
1896	76%
1897	81%
1898	80%
1899	74%
1900	71%

Fonte: ROCHA, 1984, p. 127

Diante da grave crise econômica iniciada a partir de 1896, o serviço de imigração praticamente deixou de existir no Estado. Essa falência não resultou do decreto do Governo Italiano, que proibia a emigração de seus súditos para o Espírito Santo, mas sim de condições objetivas vividas pelo Estado naquele momento. A intenção era transferir para particulares, ou seja, para os grandes proprietários, os gastos vultosos que o Estado dispendera até então com o serviço de imigração. A crise financeira, porém, não dava margem à continuação da dispendiosa política imigrantista proposta para o território capixaba (ROCHA, 1984).

Podemos observar ter sido a crise financeira que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, com a queda do preço do café, o fator decisivo para a redução do fluxo de entrada

de imigrantes. Contudo, no período, observou-se a imigração espontânea de libaneses¹⁵ e portugueses. Somente em 1928, ocorreu, por parte do estado, o assentamento de imigrantes poloneses no núcleo de Água Branca.

Nara Saletto (1996) faz um levantamento da presença de portugueses no estado entre 1900 e 1930, constatando que ocuparam espaço não só na área urbana, mas também na área rural. De acordo com o recenseamento de 1920, 31% dos estrangeiros que moravam em Vitória eram portugueses. Dos 20.941 estabelecimentos rurais recenseados em 1920, 272 pertenciam a portugueses, que ocupavam uma área de aproximadamente 40 mil hectares. A área média dessas propriedades era de 177 hectares, indicando que os portugueses, de modo geral, eram fazendeiros e não proprietários rurais (FRANCO E HEES, 2003).

Nota-se que apesar da crise financeira que ocorreu no território capixaba e arrojou a política de imigração posta em prática, o fluxo migratório foi capaz de contribuir para promover o povoamento e a ocupação do território capixaba. O imigrante, através do desenvolvimento da cultura do café, ampliou o processo de ocupação da região central, sul e no norte do Espírito Santo. A política de imigração desenvolvida foi responsável, portanto, por elevar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e por expandir as potencialidades produtivas do Espírito Santo.

2.3 A ESTRADA DE FERRO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Quanto ao sistema de transportes, o primeiro governo constitucional republicano (1892/1896), elegeu como prioridade a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (Vitória – Cachoeiro de Itapemirim). Essa ferrovia, além de atender a importante zona produtora da região sul do Espírito Santo, abriria a perspectiva de Vitória se tornar a principal praça exportadora do café capixaba, substituindo, desse modo, a do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1987).

¹⁵ O processo imigratório libanês ocorreu de forma espontânea, sem nenhuma subvenção governamental, principalmente sucedeu em decorrência da dominação turca e de distúrbios religiosos, que acarretaram no abalo da estrutura econômica, social e política do Líbano. A maior parte desse contingente de imigrantes dirigiu-se para as cidades de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, porém ao contrário dos demais imigrantes os libaneses se dedicaram ao comércio e a pequenas indústrias (FRANCO E HEES, 2003).

Segundo Torres Filho (1913), a construção teve início em 1893 a partir de um empréstimo. O primeiro trecho que ligava Vitória a Viana, com 21 km, foi inaugurado em 1895 e em 1902 atingiu a estação de Engenheiro Reeve (atual Matilde), a 85 km de Vitória. Contudo, perante os problemas financeiros do Estado decorrentes da queda de preços do café e dos compromissos referentes aos juros e amortizações do empréstimo de 1894, as obras foram cessadas (FERREIRA, 1987). Isto é, o anseio de ver ligada a capital às regiões cafeeiras do Sul foi provisoriamente adiado, sendo retomadas as obras somente em 1907, data da alienação da companhia à Leopoldina *Railway* (QUINTÃO, 2010).

O governo optou pela venda do trecho devido às más condições das finanças públicas estaduais. A Leopoldina *Railway* firmou o compromisso de terminar a composição da ferrovia, o que sucedeu em 1910, com a construção do trecho Engenheiro Reeve e Cachoeiro de Itapemirim (FERREIRA, 1987). A partir desse momento, o transporte entre Vitória e a região sul foi crescendo, timidamente, porém de forma contínua, tornando possível a “interiorização” da capital. Isso quer dizer que a Capital passou a incorporar a produção do interior, no sentido de estreitar as relações comerciais com o mesmo, exportando sua produção (QUINTÃO, 2010). Com isso,

[...] a ferrovia ampliou o fluxo de transporte de mercadorias entre a capital e o interior do Estado, tornando-se o ponto de convergência de uma inter-relação de interesses econômicos, predominantemente agrários, possibilitando a Vitória certo controle sobre o que era produzido no centro-sul capixaba e, de certa forma, ganhos com a produção (consubstanciada maciçamente no café), pois nessa cidade passariam a ficar retidos os impostos a exportação de produtos que antes iam para o Rio de Janeiro (QUINTÃO, 2010, p. 145).

Com isso, podemos observar a ampliação econômica da Capital polarizando suas relações econômicas. Conforme apresentamos na tabela 10 do capítulo 1, ocorreu um crescimento significativo das exportações de café pelo porto de Vitória ao longo da primeira década após o término dessa ferrovia, a qual contribuiu para elevar essa quantidade. Vimos que a exportação de café teve uma contínua progressão, subindo de 83% para 92% de toda a exportação de café do Espírito Santo. Além disso, como comprova a tabela 17, em concordância com esses fatores, houve significativo aumento nas rendas desse ramal ao longo dessa década, bem como da seguinte (QUINTÃO, 2010).

Dessa forma, a gradativa inauguração dos trechos dessa ferrovia favoreceu o comércio de Vitória e, conseqüentemente, do Espírito Santo. Apesar disso, deveria ainda cumprir a

finalidade estabelecida, ou seja, ligar a produção do Sul ao porto de Vitória, fato que ocorreu progressivamente na década de 20 (SALETTTO, 1996).

Tabela 17 - Renda bruta do Ramal Sul do Espírito Santo por quinquênio (1910 a 1930)

Ano	Renda do Ramal Sul	
	Réis	Libras
1910	156:743\$520	10.583,63
1915	604:239\$960	31.356,51
1920	815:292\$616	49.143,62
1925	1.795:246\$559	45.334,51
1930	5.404:943\$324	121.623,40

Fonte: Adaptado de QUINTÃO, 2010, p. 151.

Entretanto, como mostra a tabela 18, ocorreu uma queda da “exportação” de café pela Leopoldina *Railway*¹⁶. Isto é, verificou-se redução do que saía do território capixaba para outros estados da União. Através do Ramal de Santo Eduardo¹⁷, a produção cafeeira do sul capixaba chegada ao Rio de Janeiro, dirigindo-se, em grande parte, para o porto da capital federal. Tal valor, após 1925, passou a cair gradualmente, tanto em percentagem quanto em quantidade bruta. Em 1922 houve a exportação de 34,31% do café capixaba, em 1930 caiu para 11,75%, enquanto o porto de Vitória aumentou sua exportação de 58,53% para 86,89% nesses mesmos anos. É importante observar que não houve decréscimo na produção da região sul. Isso, pois de 1920 para 1927, a produção saltou de 491.843,3 sacas para 880.781, o que corresponde a 79%. (QUINTÃO, 2010).

¹⁶ A palavra “exportação” refere-se a tudo o que saía do território capixaba para outros estados da União. Logo, o que a Leopoldina *Railway* “exportava” era transportado pelo Ramal de Santo Eduardo para o território fluminense (Quintão, 2010).

¹⁷ O Ramal de Santo Eduardo surgiu de uma concessão imperial dada em 15 de dezembro de 1888 à Companhia de Estrada de Ferro Carangola, com o objetivo de atravessar zonas férteis dos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, transportando grande parte da produção da região, em especial o café, produto que liderava o ranking das mercadorias transportadas pela companhia (BRASIL, 1888, p. 269 apud QUINTÃO, 2010, p. 128-129). A concessão do ramal, com a venda da companhia, foi transferida para a Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama pelo Decreto nº 420 de 24 de maio de 1890 e em seguida à Companhia Estrada de Ferro Leopoldina (Decreto nº 734 de 6 de setembro de 1890). Após o fim da companhia, passou a fazer parte da Leopoldina *Railway Limited* (Decreto nº 2.896 de 9 de maio de 1898), sendo o ramal completamente concluído em 1903, ao chegar em Cachoeiro de Itapemirim (SIQUEIRA, 1938, p. 21-24 apud QUINTÃO, 2010, p. 129).

Tabela 18 - Exportação total de café do Espírito Santo e por seus diversos escoadouros

Ano	Espírito Santo	Vitória		Leopoldina <i>Railway</i>		Outros	
	Café Kg	Café Kg	%	Café Kg	%	Café Kg	%
1922	60.872.660	35.570.433	58,4	20.885.529	34,3	4.413.668	7,2
1923	64.312.504	37.488.214	58,2	20.887.713	32,4	4.405.460	9,2
1924	76.850.780	41.327.823	53,7	30.188.301	39,2	11.139.522	6,9
1925	73.203.780	41.400.000	55,4	26.768.160	36,5	5.035.620	6,8
1926	74.666.040	43.766.240	71,7	25.544.460	33,7	5.345.340	7,1
1927	82.093.080	53.047.020	64,6	25.197.900	30,6	3.848.160	4,6
1928	72.485.640	48.298.260	66,6	22.578.900	31,1	1.608.480	2,2
1929	74.330.220	56.788.680	76,4	16.593.060	23,6	948.480	1,2
1930	80.739.900	70.157.640	86,8	9.484.080	11,7	1.098.360	1,3

Fonte: Adaptado de QUINTÃO, 2010, p. 152.

Contudo, somente a ligação férrea entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim não seria suficiente para que parte significativa do café da região sul passasse a ser transportado pela ferrovia. Articulou-se também a melhoria no aparelhamento do porto, que, no entanto, dar-se-ia somente por meio do aumento das relações comerciais, assim como do término da Estrada de Ferro Vitória a Minas, medidas que veremos a seguir.

2.4 A COMPANHIA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS

No início do século XX surgiu uma possibilidade para o povoamento da região norte do Espírito Santo, com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Essa região, ainda que dispusesse de cerca de 200 km de costa atlântica, pouco se comunicava com as outras regiões. Tal isolamento ocorria devido à falta de estradas e meios de comunicação que a ligassem às outras partes do Estado e do país. Somente as futuras estradas de ferro e de rodagem, seriam capazes de tirar a região da estagnação em que se deparava. Essa situação de marasmo, no entanto, perdurou até meados do século XX, quando se deu efetivamente no Espírito Santo a ocupação no norte do rio Doce (BORG, ROSA E PACHECO, 1996).

De fato, um dos maiores entraves à colonização das áreas espírito santenses, especialmente as localizadas ao norte, eram os meios deficientes, quando não inexistentes, de comunicação, que cerceavam qualquer atividade produtiva, pela impossibilidade de levar a produção aos centros consumidores. [...]. Em 1833, o presidente Silva Pontes, além de falar na necessidade de navegação pelo rio Doce, lembra que estradas para Minas são importantes para levarem os produtos a seus

destinos. Porém a construção da estrada, prevista para o ano seguinte, se arrastou ao longo dos anos (BORGHO, ROSA E PACHECO, 1996, p. 92).

A ligação ferroviária do Norte com Minas Gerais foi, por longo tempo, um objetivo dos capixabas, que identificaram no Espírito Santo a vocação de corredor de exportação da produção mineira (SALETTTO, 1996). A primeira concessão para a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas foi realizada em 1873. Essa concessão, até 1901, foi motivo de várias negociações e esteve em poder de várias empresas, tendo sido transformada em concessão federal, com garantia de juros, uma vez que se tratava de estrada interestadual. Em julho de 1901, foi constituída a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, que se tornou por definitivo a proprietária da concessão da ferrovia. As obras só ocorreram em 1903, após um processo de regularização da concessão federal e da obtenção de financiamento junto a banqueiros europeus (ROSA, 1985).

Segundo Rosa (1985, p. 42), “o que é mais marcante e significativo, no início da Companhia, é a busca constante de condições de desenvolver a produção agrícola, principalmente o café”. Em maio de 1904 foram concluídos os primeiros 29 km de linha, ligando Vitória a Alfredo Maia (BELESA, 1961 apud FERREIRA, 1987, p. 46). Em 1906, várias estações já haviam sido inauguradas em solo capixaba e um trecho de 206 km, atingindo Natividade, na divisa com Minas Gerais, já estava em funcionamento (ROSA, 1985).

Cabe ainda ressaltar que a Vitória a Minas, a partir de 1906, permitiu maior conexão dos ex-núcleos coloniais, além de vinculá-los ao porto de Vitória, estabelecendo-se, portanto, como fator importante para a dinamização da região (FERREIRA, 1987). Essa ferrovia constituiu-se em via de penetração não só no território capixaba, mas também no mineiro, por isso assemelha-se às grandes ferrovias do Oeste Paulista (ROCHA E COSSETTI, 1983).

Sua construção representou melhoria nas vias de transporte. Na medida que os trilhos dessa ferrovia avançavam sobre o território mineiro, crescia o volume de mercadorias, principalmente café, que a mesma transportava para a capital do estado, para serem, dessa forma, embarcadas no porto de Vitória rumo ao exterior. Além disso, o café apresentava grande participação na geração da receita com os fretes (tabela 19), que oscilavam de acordo com as variações de comercialização a que estava sujeito o produto.

Tabela 19 - Quantidade de café transportado e receitas advindas dos fretes

Ano	Kg de café transportado	Valores gerados pelos fretes
1915	11.584.622	481:659\$950
1916	8.065.196	371:458\$100
1917	11.880.656	462:381\$200
1918	12.572.007	521:325\$600
1919	15.596.122	680:042\$800

Fonte: ROSA, 1985, p. 105.

Tabela 20 - Exportação de café do Espírito Santo e de procedência de Minas Gerais pelo porto de Vitória (mil sacas de 60kg)

Anos	Produto de Minas Gerais (em trânsito)		Produto do Espírito Santo		Quantidade total
	Quantidade	Participação relativa	Quantidade	Participação relativa	
1920
1921	178,5	23,1	594,6	76,9	773,1
1922	167,6	22	592,8	78	760,4
1923	131,3	17,4	624,8	82,6	756,1
1924	205,7	23	688,8	77	894,5
1925
1926	163,2	18,3	729,6	81,7	892,8
1927	231,3	20,7	884,1	76,5	1.115,40
1928	326,2	28,8	805	71,2	1.131,20
1929	581,4	38,1	946,5	61,9	1.527,90

Fonte: ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 114.

A tabela acima demonstra que em 1921 foram exportadas 178,5 mil sacas mineiras de café, correspondendo a 23% do total do produto exportado pelo porto capixaba. Em 1929, atingiu-se 581,4, isto é, 38,1% do total. Com isso, a Estrada de Ferro Vitória a Minas transportava o café mineiro para o porto de Vitória, contribuindo para que este se tornasse um porto de modo eminente cafeeiro.

A intensificação do escoamento da produção cafeeira do norte de Minas Gerais para Vitória resultou da melhor comunicação através dessa ferrovia, como vimos na tabela acima. A ampliação dessa estrada de ferro ajudava cada vez mais a concretizar o antigo desejo capixaba de tornar o porto de Vitória um veículo exportador da produção mineira (SIQUEIRA, 1995).

No período entre 1920-29, o café ainda reinava como o produto que maior renda produzia para essa estrada de ferro (tabela 21).

Tabela 21 - Participação do café na receita do Espírito Santo

Ano	Quilos	Renda	% sobre a receita bruta
1920	17.791.934	831:440\$200	34,89
1921	24.989.866	1.432:706\$835	44,98
1922	20.606.248	1.279:522\$430	40,13
1923	16.119.091	970:119\$640	30,22
1924	31.254.114	1.981:438\$040	37,40
1925	26.534.716	1.759:108\$780	29,21
1926	25.251.198	2.303:372\$420	18,41
1927	33.877.129	3.999:007\$300	45,60
1928	28.925.678	3.785:969\$400	42,73
1929	28.845.527	4.052:700\$900	45,98

FONTE: ROSA, 1985, p. 110.

Assim, a Vitória a Minas, por ser uma estrada de penetração e atravessar zonas necessitadas de meios de transportes, era considerada pelo governo capixaba como elemento propulsor do desenvolvimento da região norte, isto é, povoamento e comunicação com as outras regiões capixabas. Com ela estariam garantidos o fácil acesso e o escoamento da produção e, *vis-à-vis*, estabeleciam-se condições para o povoamento e ocupação das áreas antes totalmente isoladas.

Outro fator propulsor foi a construção da Ponte Florentino Avidos, inaugurada em 1928. A partir de então ocorreu a efetiva colonização da região norte capixaba, um marco na ocupação dessa região. Foi construída para servir de complemento de uma nova ferrovia, que partiria da EFVM em Colatina e ligaria ao sul da Bahia. Essa ferrovia, denominada Estrada de Ferro Norte do rio Doce, não foi concluída.

A conclusão da Ponte Florentino Avidos em 1928, que em Colatina atravessava o rio Doce, consolidou a supremacia dessa cidade sobre qualquer outra da região. O significado da ponte ia além da simples função de possibilitar a transposição de um rio; abria novas possibilidades à reprodução da estrutura produtiva vigente – funcionava como um “oxigênio” novo à pequena produção (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 24).

Nesse sentido, a Ferrovia Vitória a Minas e a Ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce constituíram uma conjugação de fatores, determinantes na superação dos limites impostos à

reprodução da estrutura produtiva da pequena produção, uma vez que o rio Doce se apresentava como um obstáculo natural dessa pequena produção no território capixaba, já que era difícil a comunicação com as demais regiões.

Além disso, com a construção da EFVM o Espírito Santo duplicou sua região produtiva. Até o advento dessa ferrovia, todo o norte capixaba, como vimos, era isolado e, portanto, um peso morto pelo não aproveitamento de suas potencialidades econômicas, afetando as finanças do estado. Destarte, a ferrovia criou uma estrutura de escoamento e suas estações transformaram-se em ponto de convergência de estradas de rodagem, por onde os fazendeiros buscavam seus produtos. Por isso, a Vitória a Minas contribuiu para que o pequeno território capixaba, sem expressão econômica, ser aumentado com o aproveitamento do norte do Espírito Santo (ROSA, 1985).

2.5 O APARELHAMENTO DO PORTO DE VITÓRIA

Até 1889 o porto de Vitória servia apenas às regiões próximas. A limitação desse porto era consequência de falta de uma rede de comunicação rodoviária e ferroviária da capital com o interior da Província, que permitisse racionalizar o comércio provincial. Nesse período destacava-se a produção cafeeira do Sul, onde predominava o porto de Itapemirim, que era um porto de cabotagem. Segundo Siqueira (1995, p. 47):

Itapemirim permaneceu superando Vitória na exportação de café durante todo o período, inclusive com valores crescentes, enquanto Vitória decrescia nesta exportação. Em 1885/86 Itapemirim estava superando Vitória em 45% na exportação de café [...]. A importância do porto de Itapemirim estava ligada a dois fatores essenciais para o comércio da época: primeiro, sua localização em uma região altamente produtora de café; e segundo, sua proximidade com o Rio de Janeiro. Esse último facilitava a exportação, sendo que os exportes do Espírito Santo escoavam todos para o Rio de Janeiro, antes de serem remetidos para o estrangeiro, ou para outras províncias nacionais.

Todo o estudo e planejamento das obras do porto desde o final do século XIX até 1908 ficaram sem execução. Quem realmente deu início às obras foi o governador Jerônimo Monteiro (1908-1912), que prosseguiram até agosto de 1914, quando nesse ano a crise financeira provocada pela Primeira Guerra Mundial impediu a continuidade dos trabalhos, que permaneceram parados até 1924.

Contudo, no final da primeira década do século XX, Vitória já conseguia centralizar grande parte do movimento marítimo capixaba no seu porto. Fator que contribuiu para isso foi a deficiência do porto de Itapemirim, que como vimos, até o final do século XIX foi o escoadouro da região sul do estado, direcionando a produção exportável para o Rio de Janeiro. O porto de Itapemirim mostrou-se insuficiente para comportar as embarcações de maior porte que transportavam o volume de café (SIQUEIRA, 1995).

Outro fator que colaborou como comércio da capital foi a gradativa inauguração dos trechos da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, concluída totalmente em 1910 (NOVAIS, s/d apud SIQUEIRA, 1995). Isso modificou o sistema de transporte da região, pois a estrada de ferro passou a transportar a maior parte do café produzido. Embora transportasse parte da produção para o Rio de Janeiro, passou a escoar a maior parte para Vitória. Assim, o porto de Vitória passou a absorver a maioria do café exportado pelo Espírito Santo, conforme mostramos na tabela 10 do capítulo 1.

Embora toda exportação ainda não estivesse saindo diretamente para o exterior, o porto já atuava como principal escoadouro da produção de café do estado (SIQUEIRA, 1995). O melhoramento do porto se fazia necessário para a continuidade do seu desenvolvimento, até mesmo porque a Estrada de Ferro Vitória a Minas estava escoando parte da produção mineira pela capital capixaba e, dessa forma, intensificando o movimento comercial do porto (ROSA, 1985).

Esse porto, eminentemente cafeeiro, durante um longo período, com suas possibilidades de crescimento e de diversificação no seu movimento de cargas, criou as bases para a modernização econômica capixaba, evidenciando as potencialidades portuárias do Espírito Santo. Logo, a ampliação das ferrovias e a ligação dos centros produtores às linhas férreas foram necessárias para a utilização do desenvolvimento interno do estado e para transformar Vitória em uma grande praça comercial, em decorrência do porto que, gradativamente, convergia para si o movimento comercial capixaba e parte do comércio no norte de Minas Gerais.

Do início da República até 1920, o porto capixaba teve um significativo crescimento. Apesar de não possuir aparelhamento técnico, destacou-se no contexto nacional de exportação cafeeira como o terceiro porto exportador de café do Brasil. Contudo, a crise financeira provocada pela

guerra mundial não permitiu grandes empreendimentos. Era necessário, a partir de então, ampliar as condições naturais do porto para atender ao desenvolvimento previsto. Dentro das possibilidades financeiras do estado após 1914, os governadores capixabas buscaram dar continuidade ao serviço de viação, intensificados após 1916, quando foi inaugurada a política rodoviária do estado, expondo, com isso, a necessidade de vias de comunicação como fator primordial para solucionar o problema econômico do Espírito Santo (SIQUEIRA, 1995).

Para compreendermos a dimensão da participação do porto de Vitória na economia cafeeira capixaba na década de 20, a tabela 22 demonstra a produção do café capixaba exportado pelo estado e participação do porto na exportação. Houve uma tendência ascendente da exportação de café feita pelo porto durante essa década. De 59% em 1922, aumentou para 65% em 1927 e 87% em 1930.

Tabela 22 - Produção de café capixaba exportado pelo estado e pelo porto de Vitória em sacas de 60 quilos – 1922 a 1930

Anos	Total exportado pelo estado	Total exportado pelo porto	% da exportação do porto
1922	1.016.211	596.224	59%
1923	1.071.875	624.804	58%
1924	1.280.846	692.965	54%
1925	1.220.063	701.375	57%
1926	1.240.434	729.604	59%
1927	1.368.218	884.117	65%
1928	1.208.094	804.971	67%
1929	1.238.837	946.498	76%
1930	1.345.665	1.169.294	87%

Fonte: SIQUEIRA, 1995, p. 90.

Além de absorver a maior parte da exportação de café produzido pelo estado, o porto de Vitória apresentou uma elevação na exportação do café mineiro. Isso ocorreu devido ao aceleramento das comunicações através da ferrovia Vitória a Minas, intensificando o escoamento da produção de café no norte de Minas Gerais para Vitória. Na tabela 23, podemos verificar o aumento que havia na exportação do café mineiro feito através de Vitória.

Tabela 23 - Café capixaba e café mineiro exportado pelo porto de Vitória em sacas de 60 quilos – 1921 a 1930

Anos	Café capixaba	%	Café mineiro	%	Total
1921	588.948	77	178.348	23	767.296
1922	596.224	77	183.301	23	778.525
1923	624.804	75	214.560	25	839.364
1924	692.965	77	207.625	23	900.590
1925	701.375	76	220.245	24	921.120
1926	729.604	75	245.978	25	975.582
1927	884.117	71	360.699	29	1.244.816
1928	804.971	71	326.179	29	1.131.150
1929	946.498	73	358.131	27	1.304.629
1930	1.169.294	73	441.190	27	1.610.484

Fonte: SIQUEIRA, 1995, p. 91.

Segundo Siqueira (1995), o café que saía de Vitória era distribuído entre países estrangeiros e alguns portos nacionais. A tabela 24 confirma em percentual o movimento comercial do café feito pelo porto de Vitória para o exterior. Além disso, a exportação de café feita para outros portos do Brasil era pequena e variável, com uma tendência decrescente o decorrer da década de 20. Portanto, Vitória já mantinha um comércio estável diretamente com o exterior, libertando-se muito do Rio de Janeiro. Isso contribuiu para uma maior expansão comercial da capital e estimulou o andamento das obras do aparelhamento do porto, que cada vez mais se faziam necessárias em virtude do crescente movimento comercial.

Tabela 24 - Destino do café exportado pelo porto de Vitória – Total do Espírito Santo e Minas Gerais – 1921 a 1930

Anos	E.U.A / Canadá	Europa	América do Sul	África / Ásia	Brasil
	%	%	%	%	%
1921	74,6	4,6	0,8	-	20,0
1922	66,2	20,0	0,1	-	13,7
1923	57,8	28,3	-	-	13,9
1924	63,4	29,8	0,01	-	6,7
1925	-	-	-	-	-
1926	63,9	25,4	0,05	-	10,5
1927	57,4	20,2	-	0,4	21,9
1928	54,8	31,1	0,01	2,6	11,5
1929	51,8	34,1	-	6,4	7,6
1930	57,2	30,0	-	6,1	6,7

Fonte: SIQUEIRA, 1995, p. 92.

Embora apresente um período de apenas dois anos, a tabela 25 mostra a colocação do porto de Vitória, no comércio mundial, mostrando por países os navios que aperavam no porto e a tonelagem de mercadorias que transportavam. Pode-se afirmar que no final da década de 1920 o movimento marítimo do porto de Vitória já estava inserido no contexto comercial internacional (SIQUEIRA, 1995).

Tabela 25 - Movimento de embarcações estrangeiras no porto de Vitória

Países	1925		1926	
	Números	Tonelagem	Números	Tonelagem
E.U.A	69	202.640	66	238.267
Inglaterra	20	65.834	20	89.137
Alemanha	16	51.843	17	74.059
França	12	40.536	12	51.169
Itália	9	25.065	10	32.169
Holanda	8	20.995	10	30.930
Bélgica	8	18.073	11	21.650
Noruega	5	13.523	6	17.746
Suécia	3	6.706	8	16.510
Japão	5	22.833	3	14.662
Tchecoslováquia	-	-	1	3.523
Grécia	1	2.267	-	-
Dinamarca	1	1.827	-	-

Fonte: Adaptado de SIQUEIRA, 1995, p. 102.

De tal modo, o café projetou o Espírito Santo no contexto econômico nacional, sendo o suporte da economia capixaba e o motivador do desenvolvimento socioeconômico do estado. Por conseguinte, foi o responsável pelo crescimento da representatividade do porto e seu melhor aparelhamento. Dessa forma, foi a partir da exportação de café, que o porto de Vitória se estruturou comercialmente, desenvolveu-se, absorveu todo o movimento comercial capixaba e aparelhou-se, projetando, dessa forma, o Espírito Santo na esfera nacional e internacional.

2.6 A LAVOURA CAFEIEIRA NA DÉCADA DE 20 E A DEFESA DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO

Devido a superprodução, a cafeicultura brasileira deixou de ser dinâmica no final do século XIX. A partir de então, passou a conviver com diversas políticas de defesa dos preços. Essas políticas tornaram-se fundamentais para a manutenção e reprodução da atividade cafeicultura,

pois passaram a determinar os níveis de acumulação de capitais em toda cadeia produtiva, ou seja, desde a produção no Brasil até a comercialização final nas praças internacionais (FALEIROS E NUNES, 2013).

Na década de 1920 o setor cafeeiro experimentou crescimento significativo. Esse bom desempenho foi decorrente do aumento dos preços internacionais do produto e sua manutenção em níveis bastante superiores aos vigentes do passado, incentivados, em boa parte, pela política de valorização. O nível dos preços internacionais do café era fator determinante do crescimento do setor primário exportador nacional e, no caso do Espírito Santo, assumia um papel mais relevante devido à predominância da atividade cafeeira na economia estadual. Grandes casas exportadoras se estabeleceram na capital capixaba e Vitória se consolidou como o principal centro comercial exportador do estado.

Essa atividade tinha como forma predominante a pequena propriedade familiar, evidenciada na tabela 26. Em 1920, 89,4% dos estabelecimentos agrícolas existentes do Espírito Santo eram pequenas propriedades, ou seja, até 100ha, e sua área correspondia a 51,9% da área total ocupada. As médias propriedades, de 100 a 1000ha, correspondiam a 10,3% no total de estabelecimentos e ocupavam 37,4% da área. As grandes propriedades apresentavam 0,3% do número de estabelecimentos e ocupavam 10,7% da área total dos estabelecimentos recenseados (ROCHA E COSSETTI, 1983).

Tabela 26 - Espírito Santo: número e área dos estabelecimentos rurais – percentual por extrato de área – 1920

Extrato de área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)
Menos de 41	60,2	21,7
De 41 a 100	29,2	30,2
De 100 a 200	6,7	15,2
De 201 a 400	2,4	10,9
De 401 a 1000	1,2	11,3
De 1001 a 2000	0,2	5,1
De 2001 a 5000	0,1	5,6

Fonte: Adaptado de BRASIL, 1920 apud ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 94.

Esses dados evidenciam a predominância da pequena propriedade familiar. Para melhor observamos que no Espírito Santo era relativamente pouco concentrada a propriedade de terra,

podemos compará-los os mesmos dados referentes ao Estado de São Paulo, demonstrados na tabela 27.

Tabela 27 - São Paulo: número e área dos estabelecimentos rurais – percentual por extrato de área – 1920

Extrato de área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)
Menos de 41	48,4	5,6
De 41 a 100	25,2	9,5
De 100 a 200	11,5	9,7
De 201 a 400	7,2	12,0
De 401 a 1000	5,1	18,2
De 1001 a 2000	1,5	12,3
De 2001 a 5000	0,8	13,4
De 5.001 a 10.000	0,2	6,0
De 10.000 a 25.000	0,1	5,7
Acima de 25.000	0,0	7,4

Fonte: Adaptado de BRASIL, 1920 apud ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 94.

No primeiro extrato de área (até 100ha), eram classificados 73,6% do número de estabelecimentos, que ocupavam somente 15,1% da área. No segundo extrato (de 100 a 1.000ha), 23,8% do número de estabelecimentos e 39,9% da área. No terceiro extrato (de 1.000 a 5.000ha), aparece uma diferença substancial em relação ao Espírito Santo: 2,3% dos estabelecimentos que ocupavam 25% da área. Ainda, no caso de São Paulo, um quarto extrato (acima de 5.000ha) que correspondia a 0,3% do número de estabelecimentos e a 17,1% da área (ROCHA E COSSETTI, 1983).

É importante ressaltar que em relação ao Espírito Santo, muitas semelhanças existiam entre as grandes e pequenas propriedades, uma vez que, apesar das particularidades da grande (o parceiro não é proprietário da terra e a produção é dividida entre ele e o grande proprietário), do ponto de vista da dinâmica produtiva e das condições culturais, tanto em umas como em outras é a unidade familiar o centro determinante. No território capixaba, onde mostrou-se significativa a colonização europeia de pequenos lotes, mesmo os médios e grandes estabelecimentos eram concentrados na antiga região escravocrata e não se tratavam propriamente de unidades capitalistas de produção, como correia em São Paulo. Em grande parte deles predominava o sistema de parceria ou colonato, no qual o colono e sua família cultivavam o café (a meia ou terça parte) com o proprietário (ROCHA E COSSETTI, 1983).

Em relação ao total das áreas cultivadas, 68,3% eram ocupadas com a lavoura cafeeira, como exposto na tabela acima, assim o café transformou-se em quase que exclusivamente no único produto mercantil. Após a lavoura cafeeira, seguiam como importantes: as lavouras de milho, que ocupava 23,3% da área cultivada; cana de açúcar com 5,1%; feijão com 3,8%; mandioca com 2,4% e arroz com 2,1%. O total de 223.550 é menor do que o somatório das áreas (237.494) devido às culturas associadas, o que causou também a porcentagem superior a 100%.

Tabela 28 - Espírito Santo: área cultivada por produto agrícola – ano agrícola 1919-1920

Produtos	Área cultivada (ha)	%
Arroz	4.711	2,1
Milho	52.198	23,2
Trigo	13	0,0
Feijão	8.496	3,8
Batata Inglesa	37	0,0
Mandioca	5.448	2,4
Algodão	437	0,2
Cana de açúcar	11.497	5,1
Fumo	254	0,1
Mamona	112	0,1
Café	152.776	68,3
Cacau	1.366	0,6
Coco	147	0,1
Maniçoba	2	0,0
Total	223.550	106,1

Fonte: BRASIL, 1920 apud ROCHA E COSSETTI, 1983 p. 98.

Portanto, se tomarmos o percentual de área cultivada, como indicador de nível de importância da lavoura, temos que a lavoura cafeeira era a mais importante. A ela se seguiam as lavouras de milho (23,3%), cana de açúcar (5,1%), feijão (3,8%), mandioca (2,4%) e arroz (2,1%).

A partir dos dados de produção física, utilizados por Rocha e Cossetti (1983), podemos observar como se distribuía espacialmente a cultura de café. A primeira grande região, região Norte, ocupava toda a área situada ao norte do Rio Doce. Era ainda pouco povoada e, em 1920, produziu 3,7% do café capixaba. A segunda região, correspondente a um conjunto de municípios do Sul do estado, era polarizada pelo Rio de Janeiro. Era a região que possuía a melhor rede de vias de transportes, em especial as estradas de ferro e produzia 47,7% do total

de café. Na terceira região, que ela polarizada pela Capital, estavam localizados quase todos os núcleos coloniais imigrantes europeus. Essa região, em 1920, respondeu por 48,7% do café produzido no estado. Isto é, produção cafeeira do Espírito Santo estava concentrada na região da Capital e na região Sul.

2.6.1 O Serviço de Defesa do Café do Estado do Espírito Santo

Somente a partir de 1897, após a queda substancial dos preços do café, adotou-se uma política objetivando manter os preços do produto em determinados níveis e eliminar suas quedas bruscas. Essa política ficou conhecida como a política de valorização do café. O Convênio de Taubaté, realizado, como vimos anteriormente, em 1906, foi instituído a primeira operação valorizadora¹⁸. Durante as três primeiras décadas do século XX essa política prosseguiu, ora adimplida pelos estados produtores, ora pelo Governo Federal.

Desse modo, entre 1917 e 1920, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, colocaram em prática a segunda operação valorizadora; entre 1921-24 o Governo Federal estabeleceu e executou a terceira operação valorizadora. De 1924 até 1930, o estado de São Paulo, de imediato sozinho e a partir de 1927 em conjunto com os demais estados produtores, realizou a defesa permanente dos preços do café.

Apesar do êxito dessa política e dos benefícios para a economia estadual, visto que sustentava o seu nível de renda,

[...] o Espírito Santo não participou das três operações valorizadoras efetivadas até 1924. Somente a partir de setembro de 1927, quando foi assinado o 2º Convênio dos estados produtores, é que o Espírito Santo começou a participar. Depois deste Convênio, outros três foram assinados com sua participação, em setembro de 1928, setembro de 1929 e setembro de 1930. Ainda em 1927 foi criado o Serviço de Defesa Permanente do Café do Estado do Espírito Santo (Lei nº 1.616, de 05/07/1927), com armazéns reguladores em Vitória e no Rio de Janeiro. Em 1929, o Decreto nº 9.382, de 19/03, instituiu a Bolsa de Café de Vitória (AGUIAR, 1932: 5-13-41 apud ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 91).

A não participação capixaba até 1927 era explicada pelo caráter, até certo ponto, marginal de sua produção cafeeira, ao compará-la com a produção nacional. A produção do Espírito Santo

¹⁸ O detalhamento das operações valorizadoras foi visto no capítulo 1.

não chegava a atingir 10% da produção nacional, ficando em torno de 6%. Enquanto isso, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentavam mais de 85% da produção total. Devido a isso, o poder de decisão capixaba de influenciar as decisões e executar a política era bastante reduzido, mesmo que tal política fosse fundamental para a economia estadual. Contudo, mesmo não tendo participado ativamente, o Espírito Santo se beneficiou com a política de valorização. Esse sucesso pode ser observado através do comportamento dos preços (ROCHA & COSSETTI, 1983).

Entre 1918 e 1920, na vigência da segunda operação valorizadora, iniciada em 1917, os preços aumentaram 38%. Em 1921, ocorreu uma queda brusca, reduzindo-se os preços em 45% em relação a 1920, fator que motivou a adoção da terceira operação valorizadora. A partir daí e com a adoção da defesa permanente, em 1924, os preços apresentaram gradual recuperação com pequenas oscilações, até atingirem, em 1929, nível 91% superior ao de 1921. Em 1930, ocorreu uma queda acentuada de 36% em relação ao ano anterior, o que persistiu em 1931, atingindo uma queda de 40%. Essa crise de preços em 1930 foi um reflexo de uma crise de superprodução que gestada na década de 20. A superprodução da cafeicultura nacional e a impossibilidade de colocação do total produzido no mercado nacional originaram uma situação de acúmulo crescente de estoques. Não obstante, apesar dessa crise, desde 1918 até 1929, exceto o ano de 1921, os preços internacionais do café mantiveram-se elevados (ROCHA E COSSETTI, 1983).

Esse fator representou um elemento essencial para o crescimento da economia capixaba, dado que seu efeito imediato era o aumento da renda monetária dos agentes econômicos, estimulando a expansão da lavoura cafeeira e incrementando e dinamizando o comércio.

Em 1927, ao iniciar a participação do Espírito Santo no esforço “nacional” de defesa do café, bem como do porto de Vitória, foi definido, no segundo convênio dos estados produtores, os termos de participação nas cotas de café nos portos de exportação. Esse mecanismo colocava demandas ao estado no sentido de desenvolver um aparato produtivo, de classificação, de comercialização, de embarque e financeiro, ou seja, cada estado deveria financiar sua própria defesa (FALEIROS E NUNES, 2013). Nesse convênio, foi definido que:

a) No Rio de Janeiro o limite era de 360.000 sacas/mês: 55,75% para Minas Gerais, 30% para o Rio de Janeiro, 11,75% para o Espírito Santo e 2,5% para São Paulo; b) Em Santos o limite era de 1.200.000 sacas/mês: 89% para São Paulo e 11% para Minas

Gerais; c) Em Paranaguá o limite era de 50.000 sacas/mês a partir de 1928: 100% para o Paraná; d) Em Vitória o limite era de 150.000 sacas/mês: 73,3% para o Espírito Santo e 26,7% para Minas Gerais (FALEIROS E NUNES, 2013, p. 5).

Essas definições, segundo os autores, foram responsáveis pela diminuição da quantidade de cafés do sul do estado embarcados pelo Leopoldina com destino ao Rio de Janeiro. Pois, o embarque de café capixaba naquele estado foi restringido pelo convênio entre os estados cafeeiros a 11,75% de um total de 360.000 sacas. Assim, ampliou-se a cota capixaba no porto de Vitória a 110.000 sacas.

O SCD atuava em três frentes distintas: i) a retenção; ii) o financiamento; iii) a propaganda, subordinadas ao seu objetivo último, isto é, a defesa permanente do preço do café (DECRETO Nº 8 273, DE 20/07/27, ART. 2º apud FERREIRA, 1987, p. 87). A retenção tinha como aspecto principal a criação de armazéns reguladores e o estabelecimento de quotas de exportação. Ao determinar essas quotas, porém, evidenciou-se a fragilidade política capixaba frente aos demais estados cafeeiros, conforme Ferreira (1987, p. 88) descreve abaixo.

Após estabelecer em 46 800 o número de sacas exportáveis pelo Porto do Rio de Janeiro e em 79 000 pelo de Vitória, afirmou que sempre que os interesses mútuos da produção e do consumo o reclamarem, poderá ser alterado de acordo com os Estados interessados, o limite de que trata esse artigo.

O financiamento era um problema grave que afetava há décadas a cafeicultura capixaba. O fazendeiro no Espírito Santo tinha seu crédito estimado pela balança do comerciante, que fornecia durante o ano e depois infligia os preços para seus produtos (BOLETIM DO SDC, Nº 5, P.17 apud FERREIRA, 1987, p. 88). Ou seja, a inexistência de instituições que proporcionassem linhas de crédito aos agricultores, “obrigava-os a se submeterem aos comerciantes que eram, além de “banqueiros”, fornecedores das mercadorias necessárias à manutenção dos produtores e compradores de sua produção mercantil” (FERREIRA, 1987, p. 88).

Essa posição dava aos comerciantes a conveniência de fixarem os preços de compra do café e de venda de outros produtos, além dos juros do empréstimo. Dessa forma, o SDC diagnosticou que a facilidade do acesso ao crédito seria condição inicial para a melhoria da qualidade do café. Assim,

[...] o Estado passaria a apoiar as “caixas rurais” e os bancos tipo Luzzatti¹⁹ que se fundassem no Estado. As primeiras, também chamadas caixas de Raiffeisen seriam cooperativas de crédito para a lavoura (...) onde todos os sócios respondem solidariamente em seus bens, pelas Dívidas sociais e têm capital variável, tomados a terceiros para empréstimos aos associados (BOLETIM DO SDC, Nº 1, P.17 apud FERREIRA, 1987, p. 89).

Os empréstimos concedidos pelas caixas, de acordo com o Boletim do SDC (nº 1, p. 17 apud Ferreira, 1985), deveriam ser destinados unicamente à aplicação na lavoura, sendo proibido qualquer outro uso. O estado, por sua vez, apoiaria essas instituições com um depósito de dez contos de réis durante cinco anos, em cada uma das primeiras caixas rurais ou bancos fundados em cada município. A condição era que durante aquele prazo, tais instituições tivessem realizando empréstimos a agricultores num montante mínimo de 150 contos de réis, caso contrário o estado poderia retirar o depósito ou transformá-lo num empréstimo (LEI Nº 1 705 DE 15/01/29 apud FERREIRA, 1987).

Segundo o autor, contudo, não se dispõe de nenhuma informação a respeito do funcionamento desse sistema de crédito. A única informação encontrada foi um comentário do Boletim do SDC (nº 1, p.1) afirmando que o financiamento seria perfeitamente atendido com a criação das caixas populares do sistema Raiffeisen e dos bancos populares do tipo Luzzatti.

A terceira frente de atuação do SDC, a propaganda, permitiu que essa instituição proporcionasse importantes serviços à economia cafeeira capixaba. Era objetivo do programa de defesa do café a campanha em prol dos cafés finos (BOLETIM DO SDC, Nº 5, P. 27 apud FERREIRA, 1987). O principal objetivo está sintetizado a seguir:

Vamos defender o nosso produto, melhorando-o desde a árvore, atendendo às condições do solo e sub-solo, ao arejamento das frondes, à limpeza, à podagem, à colheita natural, reformando os métodos antiquados e prejudiciais, construindo pátios para secagem, instalando máquinas para selecionar os tipos, a fim de produzir os cafés finos que nos poderão dar duas vezes as vantagens e os lucros (BOLETIM DO SDC, Nº 1, P. 1 apud FERREIRA, 1987, p. 91).

Ainda, o SDC proporcionava incentivava os produtores a melhorarem a qualidade do café e impunha severas medidas de fiscalização, que chegavam à apreensão do café que não

¹⁹ Segundo Langemann (1985, p. 73 apud Ferreira, 1987, p. 89), Luzzatti seria uma referência a Luigi Luzzatti, Ministro da Fazenda e Agricultura italiano no final do século XIX, defensor dos bancos populares na Itália, movimento apoiado nas ideias econômicas de Schultz-Delitzch, e autor de diversas obras para a difusão do cooperativismo de crédito.

atendessem às exigências de seu regulamento e multas que eram impostas aos maus produtores (BOLETIM DO SDC, Nº 1, p. 12 apud FERREIRA, 1987).

Assim, o instituto conseguiu uma significativa melhoria da qualidade dos cafés do Espírito Santo. Ademais, visando criar uma estrutura de classificação do café dentro do estado, de modo que os classificadores do Rio de Janeiro perdessem espaço, em 1929 foi criada a Bolsa Oficial do Café de Vitória, sob o comando do estado do Espírito Santo e implementada com os recursos orçamentários do café (FALEIROS E NUNES, 2013).

As evidências empíricas sobre a qualidade do café local são muito escassas, porém, de acordo com Ferreira (1987), existiram dois eventos que sugerem ter havido efetivamente melhora na qualidade dos cafés capixabas. Um diz respeito à iniciativa posta em prática pelo então diretor do SDC, de melhorar a qualidade do café não somente quanto a seus “defeitos”, mas também quanto à sua “bebida”. Isto é, a qualidade do café da bebida era propriedade natural, intrínseca ao café, que poderia ser melhorada se a colheita e a secagem fossem feitas de forma mais cuidadosa. O segundo evento está relacionado à proposta feita pelo Espírito Santo, na assinatura do 4º Convênio Cafeeiro, de que fosse proibida a exportação de cafés abaixo do “tipo 7”. Os demais representantes, todavia, decidiram proibir a exportação de cafés abaixo do “tipo 8”.

Isto é, a atuação do SDC e da Bolsa de Café de Vitória teve efeitos positivos sobre a economia capixaba, como a melhoria da qualidade do café local e além disso, a consolidação de Vitória como centro comercial. A ampliação do volume de café capixaba embarcado pelo porto de Vitória, particularmente após 1927, é uma evidência empírica desse acontecimento e está evidenciado na tabela 29.

Tabela 29 - Exportação de café capixaba segundo o porto de embarque – 1922 a 1929

Anos	Por Vitória		Pelo Rio de Janeiro		Total
	Sacas	%	Sacas	%	Sacas
1922	666 452	65,59%	348 092	34,31%	1 014 544
1923	723 747	67,52%	348 128	23,48%	1 071 875
1924	777 707	60,20%	503 138	39,28%	1 280 845
1925	690 076	56,56%	529 987	43,44%	1 220 063
1926	691 651	55,60%	552 583	44,40%	1 244 434
1927	904 840	66,13%	463 378	33,87%	1 368 218
1928	839 119	69,45%	368 975	30,55%	1 208 094
1929	946 716	76,42%	292 121	23,58%	1 238 837

Fonte: AGUIAR, 1932, p. 26 apud FERREIRA, 1987, p. 95.

Para Aguiar (1932, p. 26 apud Ferreira, 1897), ampliando-se as exportações de café capixaba por Vitória geraria benefícios a capital, como a ampliação do volume de café negociado em Vitória, estimado em 300 000 sacas anuais e o conseqüente movimento de sua Bolsa de Café. Para o Espírito Santo os benefícios se davam de suas formas distintas: i) a menor quantidade de café capixaba exportada pelo porto do Rio de Janeiro permitia que houvesse um escoamento mais rápido dos grandes estoques desse produto retidos naquele porto; ii) praticamente toda a exportação do estado passou a se dar dentro do respectivo ano agrícola e esse conjunto de circunstâncias permitiu considerável redução com as despesas de armazenagem.

Assim, podemos afirmar que entre 1927 e 1930 o Espírito Santo buscou empreender o estabelecimento de uma política de valorização do café. A partir das ações do Serviço de Defesa do Café e da Bolsa Oficial do Café criou-se um aparato voltado para um melhor plantio e correlata classificação dos grãos, assim como esforços para a concentração do escoamento das sacas pelo porto de Vitória (FALEIROS E NUNES, 2013).

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lavoura cafeeira proporcionou o desenvolvimento e povoamento do território capixaba, e progrediu, por conseguinte, com o auxílio da política de imigração elaborada pelo governo estadual e, posteriormente, ocorrida de forma espontânea. Desenvolveu-se, a partir das transformações em infraestrutura proporcionadas pelo estado, em conjunto com os rebatimentos

das políticas de valorização federal. Com isso, foi capaz de colocar o Espírito Santo na esfera nacional, como o quarto produtor brasileiro de café.

Apesar das crises periódicas que conseqüentemente afetavam as rendas do estado, a produção de café foi suficiente para gerar modificações no quadro econômico capixaba, dando oportunidade ao desenvolvimento econômico de Vitória, que através de seu porto passou a absorver cada vez mais o comércio estadual.

O transporte ferroviário contribuiu para o escoamento do café pelo porto, permitiu a ligação entre pontos isolados e desarticulados e, dessa forma, possibilitou a essas regiões uma participação no progresso do Espírito Santo, com sua incorporação à área produtiva do estado.

Portanto,

[...] o binômio “ferrovia-porto” foi o grande responsável pela transformação de Vitória numa cidade capaz de monopolizar determinadas funções urbanas requeridas pelo desenvolvimento da cafeicultura em todo o Espírito Santo, tornando-se assim uma cidade de âmbito estadual e com certa importância no contexto das exportações de café efetuadas pelo Brasil. Na condição de hospedeira da Capital da Província e do Estado sob os propósitos de um plano do capital comercial nela sediado, Vitória pôde chamar para si o ponto de origem das ferrovias e aparelhar o seu porto (BUFFON, 1992, p, 287).

Além disso, o Serviço de Defesa do Café (SDC) e Bolsa de Café de Vitória foram responsáveis pelo melhoramento da qualidade do café capixaba. A política cafeeira estadual buscou, a partir da criação dessas instituições, a modernização nas técnicas de produção e no beneficiamento, sem alterar sua base produtiva. Estas tiveram, dessa forma, consideráveis influências sobre o fortalecimento da Praça de Vitória como centro exportador de café e, logo, sobre a cafeicultura capixaba.

Do que foi colocado acima, ainda que todos esses elementos significassem importantes estratégias para – com êxito – colocar a cafeicultura no âmbito além de suas fronteiras, ainda persistia o problema do financiamento da produção. Isso seria resolvido, em parte, apenas depois da Primeira República, com a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, no ano de 1935, o qual posteriormente, em 1937, foi transformado em Banco de Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo, fator que analisaremos no capítulo 3. Ou seja, sem essa questão financeira e do financiamento, a territorialização não pode ser dada por completo, já que, em grande medida, mesmo com sua consolidação, parte dos ganhos continuavam sendo drenados

para as praças que detinham o poder financeiro, sempre associadas, como no caso nacional, ao capital estrangeiro.

CAPÍTULO 3 – O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA CAPIXABA: O BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO (BCAES)

Esse capítulo pretende mostrar como se articulou o financiamento da agricultura capixaba entre 1937-1945, com a criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e, dados os moldes pelo qual se desenvolveram a lavoura capixaba, discutiremos como a atuação do banco contribuiu para diminuição de sua dependência das demais praças comerciais. Conforme vimos no capítulo 2, as medidas adotadas em nível nacional e estadual, no período da Primeira República, auxiliaram o progresso da economia agroexportadora brasileira e capixaba, pautada pela exportação de café.

Além disso, a defesa da comercialização do café adotada pelo Estado no aspecto nacional e as medidas adotadas pelo governo do Espírito Santo fomentaram o setor cafeeiro capixaba e contribuíram para o desenvolvimento dessa cultura. Porém, persistia ainda o problema do financiamento da lavoura. Isto é, o que faltava nas regiões agrícolas capixabas não era apenas melhores técnicas de produção e eficientes vias de transporte, mas também o atendimento das necessidades de financiamento da produção por parte do sistema bancário, uma vez que este, muito pouco havia se desenvolvido.

Havia, de modo geral, uma percepção tanto do setor privado como também do estado quanto a essa necessidade. Nesse sentido, pode-se relatar algumas iniciativas: havia um grande banco sediado no Espírito Santo e fundado antes de 1930 pelo capital estrangeiro estimulado pelo Estado, por meio da garantia de juros. Porém, devido à situação de insolvência a que foi levado, esse banco foi encampado pelo estado, que alguns anos depois vendeu seu controle acionário a outro banco de outra unidade de federação. Havia também outros dois bancos municipais fundados no período e que tinham participação acionária igualitária do Estado e dos capitalistas e proprietários locais, na base de cinquenta por cento (ROCHA E COSSETTI, 1983). Esses bancos, segundo Ferreira (1987, p. 42), foram:

[...] o Banco Espírito Santense, fundado em Vitória em 1890 com capital de 500000\$000, o Banco de Vitória, fundado também em Vitória, em 1894 com capital de 2 000 000\$000, e o pequeno Banco de Mutum, próximo a Colatina, em área de colonização estrangeira.

Nota-se que os três bancos se situavam fora da região do Itapemirim pelo fato de esta manter tradicionalmente estreitas ligações, inclusive financeiras, com a praça do Rio de Janeiro. Por outro lado, como as necessidades de crédito dos produtores da região da Capital eram basicamente supridas pelos comerciantes – que agiam como intermediários financeiros –, esses bancos, relativamente pequenos, dirigiam suas atividades muito mais para o fornecimento de crédito ao comércio e ao setor público (FERREIRA, 1987).

Ainda, é possível ressaltar que a combinação de alguns fatores tornava o sistema de agentes e correspondentes utilizados pelos bancos nacionais e estrangeiros o modelo dominante e a forma de intermediação financeira que mais se adequava às condições da lavoura capixaba. Esses fatores são:

De um lado, a lucratividade da atividade financeira não deveria cobrir os custos operacionais de uma agência e ainda remunerar satisfatoriamente o capital de empréstimo, devido ao certamente pequeno volume de empréstimos possível se darem realizados, em função da própria estrutura produtiva de pequenos proprietários. De outro lado, o capital mercantil local se encontrava dividido entre vários pequenos comerciantes, sendo muito pequeno o nível de concentração, o que dificulta a especialização e a constituição de bancos (ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 126).

Essa situação, pode-se dizer, diferia, em muito, do que ocorria em outros estados, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em São Paulo, segundo a análise de Cano (1975), o café gerou um estruturado complexo econômico baseado (a) em relações capitalistas de produção; (b) em um mercado consumidor interno crescente e (c) uma importante agricultura mercantil de alimentos. Mais do que isso, segundo o mesmo autor, as rendas geradas pela produção cafeeira transbordavam para um conjunto de outras atividades integradas entre si: comércio exportador e importador, transporte ferroviário, indústria de alimentos e desenvolvimento do setor bancário. Nesse sentido, internalizou o lado ‘financeiro’ do complexo econômico, que fazia atrair novos bancos e a instalação de agências bancárias naquele estado. Isso provocava, por outro lado, conforme Perissinotto (1994), uma relação mais direta entre a lavoura e os banqueiros nacionais ou internacionais.

Ou seja, em São Paulo, ao exportar seu produto, o café gerava não somente as divisas, necessárias à importação dos alimentos para a sua força de trabalho, mas também de todos os bens-salários necessários, e dos bens de produção reclamados por todas as atividades rurais e

urbanas. Dessa forma, o café supria a ausência, na nação, de um departamento produtor de bens de produção. Isso só seria modificado no momento em que as crises cambiais afetassem gravemente a capacidade de importar. A realização da produção ensejou o surgimento de muitas atividades dinâmicas, tais como a ferrovia, o porto, estradas, bancos, etc., que eram nucleados pelo café. Constituíam-se, portanto, elementos secundários do complexo (CANO, 1985).

Contrariamente, a economia capixaba e o desenvolvimento do setor cafeeiro nos moldes em que se deu no Espírito Santo não originaram o mesmo complexo econômico, fundamentalmente porque suas relações foram estabelecidas sobre bases diferentes do que ocorreu em São Paulo, não gerando, após si, portanto os mesmos desmembramentos. Em primeiro lugar, a cafeicultura capixaba não se estruturou sobre moldes capitalistas de produção. Seja pela existência de núcleos de colonização baseados na pequena propriedade, ou seja, pela permanência, ainda por algum tempo, de latifúndios escravistas, as relações de produção ou se firmaram sobre o trabalho do camponês autossuficiente e familiar ou sobre o trabalho escravo nos latifúndios. Por consequência, não se desenvolveu um mercado interno dinâmico consumidor e nem uma agricultura mercantil de alimentos.

Por essa ótica, não possuindo esses elementos, não se gerou as condições de atração de novos capitais bancários que se estabelecessem no Espírito Santo, dado, também, como aponta Celin (1984) o baixo grau de monetização das relações econômicas aqui implantadas.

Dessa forma,

Contrariamente a São Paulo, onde o sistema bancário e de transportes podem e devem ser vistos como componentes do “complexo cafeeiro” desenvolvido naquela região, e foram, em grande parte, como que consequência de um “transbordamento” dos investimentos cafeeiros, no Espírito Santo, devido mesmo às condições em que aí se deu a acumulação cafeeira, não se verificou o mesmo fenômeno. Portanto, era de se esperar que tanto o setor de transportes como o bancário se encontrassem pouco desenvolvidos no início do século no Espírito Santo, uma vez que ao capital cafeeiro local era desafio excessivo investir com vulto nesses setores (FERREIRA, 1987, p. 41).

No Rio de Janeiro, a atividade escravista predatória e a topografia da região forçaram a marcha do café para o interior, em busca de terras virgens e férteis. Isso só fez aumentar o preço da terra e dos escravos, gerando, para esse café interiorizado, maiores custos de transportes. Nesse sentido, Cano (1985) vai dizer que o principal entrave ao desenvolvimento da economia cafeeira fluminense foi jamais ter superado a condição de relação econômica não capitalista, baseada na mão de obra escrava, notadamente a principal transformação ocorrida em São Paulo. O autor

ainda destaca que a derrocada da economia cafeeira do Rio de Janeiro só não foi mais drástica por causa da utilização de máquinas de beneficiamento e das ferrovias que ali existiam, explicadas não pelos investimentos do café, mas em função das outras atividades econômicas que ali existiam pela centralização dos órgãos do Império e posteriormente do Estado, instalados naquele estado.

Contudo, por estar em uma situação privilegiada em relação ao capital comercial, a praça do Rio de Janeiro centralizou o financiamento do comércio e dos principais fluxos mercantis internos ou externos, incluindo o café. Isso significa que os agentes que ali atuavam acabavam por se apropriar de boa parte do excedente econômico gerado pela atividade cafeeira em outras regiões que não possuíam os mesmos serviços urbanos (portos) e financeiros (bancos).

Nessas condições, o desenvolvimento do setor bancário no Rio de Janeiro – e a problemática do financiamento – transcorreu de forma muito diversa da que se consolidou na realidade capixaba. Os produtores no Espírito Santo, ao se tornarem dependentes do financiamento do capital fluminense, se tornavam tributários do Rio de Janeiro. É por essa lógica que, com a intenção de permanecer com essa apropriação, os bancos instalados no Rio de Janeiro enviavam emissários correspondentes para fechar os acordos de empréstimos e financiamento ao setor agrícola e cafeeiro capixaba.

Por isso, na mesma linha da análise feita em relação a São Paulo, as condições capixabas eram fortemente diferentes das condições do Rio de Janeiro. Se lá o sistema bancário se desenvolveu por tantas outras forças dinâmicas que não o café, pelo lado do Espírito Santo não se gerou endogenamente nenhuma condição dinâmica para que o nível de acumulação capitalista consolidasse incentivos a formação de bancos no estado.

Em relação a Minas Gerais, Pires (2004) afirma que o regime fundiário mineiro marcado pelo predomínio de médias propriedades teria limitado a capacidade de capitalização da economia local. Dessa forma, havia, também, problemas na capacidade de reter em território mineiro, o excedente econômico da produção cafeeira. À semelhança do Espírito Santo, a lavoura mineira dependeu do capital financeiro instalado no Rio de Janeiro, locus privilegiado de articulação com os negociantes internacionais. Especificamente, a lavoura mineira ainda tinha que enfrentar outro problema logística de exportação. Cano (1985) vai afirmar que além da dependência financeira do Rio de Janeiro, Minas Gerais ainda era dependente das ferrovias

paulistas e fluminenses que se apropriavam de parte do excedente da produção. Mais tarde, essa dependência também se estendeu ao Espírito Santo quando o café mineiro também passou a ser exportado por portos capixabas.

Contudo, diferentemente do Espírito Santo, a criação de um banco para facilitar o financiamento aconteceu bem antes do caso capixaba. A criação do Banco de Crédito Real de Minas Gérias, fundado ainda em 1889,

Pelo mero desempenho de suas funções básicas de instituição de intermediação financeira na economia regional e principal agente de financiamento de sua estrutura produtiva, acabou por romper com os laços de financiamento até então predominantes e inviabilizou um canal até então existente de transferência de recursos da economia mineira para o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro (PIRES, 2004, p. 05).

Pires (2004) ainda ilustra a queda da dependência do capital fluminense ao exemplificar o caso de Juiz de Fora. No período de 1870/79, do total das dívidas das unidades exportadoras da região, 46,6% era com o capital fluminense. Já no período de 1910/19, essa proporção caiu para 2,0%.

Assim, pode-se dizer que a criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais criou um ambiente local facilitador do financiamento que o Espírito Santo somente iria experimentar quase 40 anos depois, como se verá adiante.

Voltando ao processo de criação de um sistema bancário no Espírito Santo, é possível dizer que apenas em 1910 fundou-se uma nova agência bancária no Espírito Santo, localizada em Vitória: uma filial do London & River Plate Bank Limited. Em 1911 o estado contratou com J. Lose e Cia, banqueiros franceses, a fundação de um instituto de crédito hipotecário e agrícola, transformado no Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, com agências em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

Contudo, grande parte das operações deste Banco concentrou-se na Companhia Industrial – um verdadeiro complexo industrial que o governo Estadual tentou implantar na região do Itapemirim a partir início do século XX. Com o insucesso da tentativa de industrialização capixaba, os empreendimentos industriais foram paralisados ou vendidos. Em dezembro de 1919, o Banco também foi encampado (FERREIRA, 1987).

No Espírito Santo, a inexistência de instituições que proporcionassem suficientes linhas de crédito aos agricultores, obrigava-os a se submeterem ou aos comissários dos bancos de outras praças ou aos intermediários financeiros – geralmente comerciantes - que eram, além de “banqueiros”, fornecedores das mercadorias necessárias à manutenção dos produtores e compradores de sua produção mercantil. Essa posição dava a esses intermediários a oportunidade de fixarem, quase que unilateralmente, os preços de compra do café e de venda das demais mercadorias, além dos juros dos empréstimos (FERREIRA, 1987).

Esse era o perfil da agricultura estadual quando, devido à superprodução cafeeira nacional, os preços internacionais do produto sofreram uma queda acentuada, devido à crise de 1929. Essa crise de superprodução e de preços da economia cafeeira afetou consideravelmente a agricultura capixaba, isto é, a economia local como um todo, fortemente dependente da lavoura cafeeira.

Nota-se, assim, que a despeito de todos os esforços empreendidos tanto pelo estado capixaba quanto pela iniciativa privada para desenvolver a cultura cafeeira no Espírito Santo, com portos, ferrovias e mão-de-obra, o problema do financiamento da atividade permaneceu premente e preocupante. Quanto a isso, uma decisão crucial se deu, pelo governo do estado, depois da Primeira República, com a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, no ano de 1935, o qual posteriormente, em 1937, foi transformado em Banco de Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo. Apesar de tal medida ser crucial e estruturante em favor da agricultura, os outros problemas que surgiram a partir daí permitem dizer que, mesmo com a criação de um banco oficial e direcionado para esse fim, a problemática do financiamento vai se estender durante todo o período aqui estudado, ou seja, até 1945.

A seguir analisaremos de que forma se constituiu as atividades do banco no período de 1937 a 1945, bem como se comportou a questão do financiamento das atividades agrícolas. A maioria das informações a seguir foram extraídas dos Relatórios e Boletins do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, apresentados à Assembleia Geral dos Acionistas, realizadas anualmente.

Para tanto, esse capítulo compõe-se de duas partes. O item que segue a essa introdução, aborda o histórico da constituição do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e sua estratégia de expansão com abertura de novas agência, com objetivo de se aproximar do produtor. Por

consequente, analisaremos a movimentação financeira do banco, bem como sua atuação frente ao crédito agrícola.

3.1 O BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO: HISTÓRICO DE SUA CONSTITUIÇÃO

A rigor, a criação de um banco oficial que direcionasse crédito a agricultura e a lavoura cafeeira não foi prerrogativa do governo capixaba. Em parte, essa iniciativa decorreu da necessidade lógica da economia. Em parte, também derivou da replicação, em território capixaba, da iniciativa do Banco do Brasil.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que a agricultura foi a principal atividade econômica no Brasil até os anos 1930 – no Espírito Santo até os anos 1970 – e, por esses termos, era natural convergir a ideia de expansão do crédito agrícola a um maior desenvolvimento da economia. Porém, havia dificuldade nesse processo:

Não havendo crédito agrícola no Brasil, via-se o comissário forçado a seguir como banqueiro da lavoura. Os bancos emprestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoa, sob letras endossadas por outros comerciantes pois recusavam-se, sistematicamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se criavam interdependências comerciais perigosas e por vezes ruinosas. Viviam os comissários a cada passo premidos pelos seus comitentes, que lhe reclamavam adiantamentos sobre adiantamentos para alargarem lavouras, adquirirem aparelhamento beneficiador mais eficiente ou atenderem a despesas viárias (COSTA NETO, 2004, p. 23)²⁰.

Costa Neto (2004) explica que as primeiras tentativas de se criar crédito oficial a agricultura, no Brasil se iniciaram ainda em 1875. Já em 1907, através do Decreto 1.782, foi autorizada a fundação do banco central agrícola, destinado a fornecer crédito a lavoura. A essa época, existia apenas um banco que já fornecia crédito a agricultura com garantia de juros: o Banco de Crédito Reais de Minas Gerais, criado em 1889. Embora usando um modelo de financiamento do realizado por Minas Gerais, o estado de São Paulo, através da Lei 923 autorizou o governo a garantir juros de 6% ao ano a um banco que se fundasse na capital e que direcionasse crédito a agricultura. Contudo, a opção para criação de bancos oficiais – e não em associação com firmas privadas estrangeiras – derivou do fracasso das tentativas anteriores em função da incapacidade

²⁰ Extraído de “Pequena História Monetária do Brasil” de Taunay.

dos estados garantirem os juros contratualizados e do estancamento de recursos externos em época de crise.

Dessa forma, a experiência capixaba não se diferenciou significativamente dos outros estados quanto à motivação para a criação do banco oficial de crédito para a agricultura e nem mesmo era diferente no que tange ao funcionamento das modalidades de crédito.

Em segundo lugar, foi importante a criação, pelo Banco do Brasil, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAMI, em 1935, designada para atender a demanda crescente da sociedade brasileira por crédito orientado ao financiamento de longo prazo da economia. A criação dessa carteira era o reconhecimento claro, por parte do Governo Federal, das limitações de financiamento dos investimentos aos agricultores e industriais no país. A carteira agrícola que o Banco capixaba operaria, funcionaria à semelhança das operações realizadas pela CREAMI (BCAES, 1938).

Dessa forma, a criação do banco aqui no Espírito Santo seguiu uma lógica econômica de expansão do financiamento da agricultura como elemento essencial ao desenvolvimento, como também se assemelhou ao curso que vinha acontecendo em outros estados e, servindo ainda como inspiração, o funcionamento da carteira criada pelo Banco do Brasil.

A partir de 1935, o governo do Espírito Santo deu início às ações necessárias à constituição de um banco estatal que viria desempenhar papel importante no financiamento da agricultura capixaba. A primeira ação governamental nesse sentido foi a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, pelo decreto nº 6.639 de 09/08/1935. Logo após, pelo decreto nº 6.627 de 10/08/1938 foi aberto crédito especial destinado ao Instituto no valor de cinco mil contos de réis. O Instituto tinha os seguintes objetivos: operações de depósitos, operar sobre descontos de efeitos comerciais, efetuar cobranças e outras operações semelhantes (FERREIRA, 1987).

Através do decreto nº 8.452 o Governador do Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, considerando a lei nº 68, de 17 de junho de 1936, pensando na fundação de um banco que mantivesse uma carteira de crédito agrícola para fomento e desenvolvimento das culturas, custeio das safras e auxílios à produção, autorizou o governo a tomar as necessidades

providentes e a baixar as instruções indispensáveis, usando das atribuições que lhe eram conferidas no nº 1 do artigo 44 da Constituição Estadual.

Mais tarde, em 30/04/1937 foram aprovados os estatutos do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A – Ruralbank e por escritura pública lavrada, com a mesma data, no Cartório do 4º Ofício de Notas ficou então realmente fundado o Banco. Uma sociedade anônima, com capital inicial de 5 000 000\$000 (cinco mil contos de réis) divididos em 50 000 ações nominativas de Rs. 100:000 (cem mil réis) cada uma, todo integralizado no ato por 93 acionistas, liderados pelo governo do Estado do Espírito Santo, com 49.249 ações (FERREIRA, 1987).

De acordo com o Capítulo 1 de seu Estatuto, definiu-se que o Banco teria sua sede na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, podendo estabelecer filiais, agências ou escritórios nos municípios deste Estado. O Banco, de acordo com seu Estatuto (BCAES, 1937, p. 3) apresentava os seguintes objetivos principais:

- a) realizar operações de crédito agrícola e comercial;
- b) promover no Estado, o fomento da policultura e a aperfeiçoamento das culturas, bem como o desenvolvimento da pecuária, industrial pastoril e criação em geral;
- c) incentivar as organização e operações das cooperativas de crédito agrícola e de produção;
- d) auxiliar a criação de indústrias rurais que possam utilizar produtos do Estado;
- e) realizar quaisquer outras operações permitidas aos estabelecimentos congêneres.

Embora os objetivos do banco, tal como escritos, sugiram que o objetivo estivesse mais ligado à diversificação da economia capixaba - e de fato esse será o objetivo que permeará as atividades do banco na primeira metade da década de 1940 -, o financiamento da agricultura era o objetivo central para qual o banco foi criado. Em seu primeiro relatório, o banco claramente expressa: “movimentados logo os negócios afetos a carteira comercial, o funcionamento a carteira agrícola constitui, entretanto, desde o primeiro momento, constante preocupação de todos, de vez que a mesma representa a finalidade maior do nosso estabelecimento (BCAES, 1938, p. 02).

Nessa lógica o banco efetuará empréstimos hipotecários de longo prazo exclusivamente a lavradores inscritos nos registros da Secretaria da Agricultura, Terras e Obras Públicas e nos cadastros do próprio Banco ou a associações de lavradores com o caráter legal de cooperativas. O prazo desses empréstimos seria de cinco anos, podendo ser prorrogado pela Diretoria, e

respectiva amortização era semestral, anual ou começar de uma determinada data do prazo concedido.

O banco, em sua fundação, apresentava um capital cinco mil contos de réis (rs. 5.000:000\$000), tendo 98,5% das ações subscritas pelo governo do Estado e trabalhava duas carteiras de crédito: crédito agrícola e crédito comercial. O Banco objetivava empregar nas operações de crédito agrícola os recursos provenientes de quatro quintos (4/5) do seu capital, dos depósitos a prazo não inferior a 12 meses, dos descontos de títulos oriundos da carteira agrícola e reservava o remanescente para as de crédito comercial.

Dessa forma, observamos que a partir da Lei nº 68, determinou-se a criação de um banco que, fundado no Espírito Santo, mantivesse uma carteira de crédito agrícola a juros razoáveis, destinada a promover o fomento e o desenvolvimento das culturas, a auxiliar o custeio das safras e a proporcionar recursos à produção. O Banco obteve sua carta-patente em 23/07/1937 e iniciou suas atividades em 15/10/1937 em sua sede em Vitória. Já em julho de 1938 inaugurou uma agência em Cachoeiro de Itapemirim e, em agosto de 1939, outra em Colatina, duas das primeiras agências do Banco (FERREIRA, 1987)²¹.

3.1.1 O problema do cadastro agrícola²²

O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo iniciou suas atividades no dia 15 de outubro de 1937, em sua Sede que se localizava na rua do Comercio, n. 22, na Capital Vitória. O funcionamento da Carteira de Crédito Agrícola constituiu-se, desde o início, constante preocupação de todos, uma vez que a mesma representava a finalidade maior do estabelecimento. Apesar da sua função principal de fomentar o desenvolvimento agrícola, sua capacidade de fazê-lo era muito limitada. Uma das principais restrições era oriunda dos próprios estatutos do Banco que determinavam, à semelhança da CREA do Banco do Brasil, que as operações rurais só poderiam ser realizadas com lavradores inscritos nos registros da Secretaria da Agricultura.

²¹A lógica de expansão do atendimento, via criação de agências será discutido logo abaixo.

²² As informações do tópico 3.1.1 foram retiradas dos Relatórios e Balanços do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, dos anos de 1937, 1938 e 1939.

Essa obrigação era necessária por dois motivos: a primeira era que a modalidade de crédito operada pela carteira agrícola era a de empréstimo em garantia. Isso significa que, ao montante do crédito liberado, o agricultor era obrigado a apresentar bens que ficassem resguardados ao Banco como garantia do empréstimo. A segunda razão deriva da preocupação do banco quanto ao perfil da propriedade (colheita e lavoura viável economicamente), tamanho das lavouras e capacidade de pagamento. Recorrer aos registros era, então, uma forma de precaução usada tanto pelo Banco do Brasil quanto pelo banco capixaba para aumentar a segurança de suas operações. Vale dizer que o Banco do Brasil atuava no Espírito Santo desde 1916.²³

O problema era que a Secretaria não dispunha desses registros. Dessa forma, faltava um dos elementos essenciais para o bom desempenho das operações de Crédito Agrícola. Isso, comprometia os estatutos do banco, o qual, pela Carteira de Crédito Agrícola, estabelecia que fosse auxiliada a produção mediante empréstimos a lavradores inscritos nos registros da Secretaria da Agricultura e no cadastro deste estabelecimento, ou ainda, de preferência a consórcios agrícolas, cooperativas de crédito e produção.

A solução encontrada foi recorrer ao Ministério da Agricultura que, por sua vez tinha registros de apenas 95 lavradores domiciliados no Espírito Santo até dezembro de 1937. A Subinspetoria Agrícola da região dispunha apenas de um antigo fichário, com indicações vagas sobre o nome do lavrador, da propriedade e respectiva sede. Foi nessas condições, portanto, que o Banco iniciou os seus negócios. Desse modo, a preocupação quanto aos cadastros dos lavradores domiciliados no Estado e das propriedades rurais e uma forma de organizá-los marcaram os primeiros anos de atividade do Banco (FERREIRA, 1987). Assim, circunstâncias alheias às vontades do Banco dificultaram as operações dessa modalidade de crédito, não permitindo que se processassem no mesmo ritmo das operações comerciais.

A fim de corresponder melhor às finalidades que inspiraram a criação desse instituto, para facilitar as operações destinadas à lavoura, e em face de tão importantes atribuições que se entrelaça, e vinculam ao problema do crédito agrícola, o Banco tinha a preocupação de articular os serviços dessa Carteira com a Secretaria Estadual de Agricultura.

²³ A partir de 1916, foi aumentando a abrangência e passou a haver a interiorização das agências do Banco do Brasil, sendo, nessa época acrescida a agência de Vitória (COSTA NETO, 2004).

Seja procurando averiguar se os proponentes de empréstimos estavam devidamente registrados, seja consultando o Departamento Técnico da mesma Secretaria sobre as qualidades dos terrenos e possibilidades que apresentem para as culturas propostas, o Banco buscava cumprir o propósito de conseguir que o crédito agrícola no Espírito Santo fosse difundido e assentado numa base racional e eficiente.

A ideia subjacente a isso, era de que o agricultor, muitas vezes avesso ao crédito formal, precisava ser auxiliado em várias frentes (técnica e financeiramente) para fazer prosperar sua lavoura. Assim expressa o boletim de 1938: “crédito agrícola sem a direção de órgão técnico oficial, incumbido de orientar e assistir as atividades produtoras do solo, não pode, a rigor, ter essa denominação” (BCAES, 1939, p. 06).

Objetivando evitar maiores despesas aos agricultores que procurassem a instituição, por Ofício de 23 de setembro de 1938, o Banco solicitou à Secretaria Estadual de Agricultura, que fosse informado se a mesma desejava sugerir quaisquer medidas capazes de, incluídas no Regimento Interno em elaboração, articular razoavelmente as finalidades desse estabelecimento com as funções a cargo dos departamentos administrativos incumbidos, no Estado e superintender e orientar os trabalhos da agricultura.

Dessa forma, não havendo um cadastro das propriedades agrícolas, estimadas na época em cerca de 50.000 e não encontrando um registro regular dos lavradores, a vantagem dos juros máximo de 8%, assegurados por lei no caso de penhor rural, ficaria quase sempre reduzida. Podemos perceber, portanto, que a falta de um cadastro, conforme citamos anteriormente, dificultava alguns negócios propostos por lavradores.

A solução encontrada pelo banco articulava órgãos dos técnicos agrícolas do governo e as estratégias dos bancos, assim como entendiam que deveria funcionar a carteira agrícola. Um avanço conseguido pelo banco foi de que os agrônomos técnicos do governo passaram a visitar e avaliar as propriedades proponentes de empréstimos sem custo direto para o produtor. Afirma o Banco a esse respeito, que:

Obtivemos que, nas propostas de empréstimos sob penhor, os agrônomos oficiais do estado, sem qualquer dispêndio dos proponentes, façam as necessárias avaliações prévias. Como, porém, é a segurança da aplicação racional dos recursos fornecidos o que mais deve interessar tanto ao Governo como a Diretoria de uma Carteira especial de crédito agrícola, pesamos em propor uma taxa módica para a avaliação. Essa

pequena taxa, depositada nesse estabelecimento, será restituída a vista de um certificado oficial, pelo qual ficará comprovada a legítima aplicação dos adiantamentos feitos por aquela carteira, na formula prevista pelo respectivo contrato (BCAES, 1939, p. 4).

Como já colocado anteriormente, o cadastro da propriedade – ou a solução das visitas técnicas encontradas pelo Banco – servia não apenas a avaliar os bens em garantia, como também evitar riscos em conceder empréstimos para culturas duvidosas. O Banco mesmo assim expressa: “Poderemos, com esses elementos, secundar ou reforçar o trabalho justo e fundamentado e de persuasão criteriosa, iniciado pelo agrônomo regional. Assim, evitaremos, por exemplo, o desenvolvimento de plantações inconvenientes ou as tentativas para culturas impróprias. (BCAES, 1939, p. 04 e 05)

A inexistência de um cadastro regular das propriedades não era um caso específico do Espírito Santo. A própria carteira do Banco do Brasil, que também operava com essa mesma modalidade de crédito agrícola – o penhor, que exigia garantias físicas reais – experimentava a mesma dificuldade, conforme se faz menção em vários boletins. Depois de comentar sobre a falta de conhecimento que os produtores do Rio Grande do Sul tinham, à época sobre a possibilidade de penhor em garantia, o trecho a seguir, no boletim de 1939, expressa claramente as dificuldades que a falta de cadastro das propriedades gerava aos bancos:

O mesmo embaraço temos observado aqui em relação a pequenas lavouras ou a negócios propostos por alguns sitiantes. A carência do seguro de colheitas aumenta as dificuldades que vamos procurando contornar, quando admissível, mediante uma combinação com o penhor pecuário. Continuamos a lutar, além do mais, com diversas irregularidades encontradas, quase sempre, nos documentos referentes as propriedades dos pretendentes, e com o número de certidões que a lei nos obriga a exigir. Isso vem, aliás, corroborar a asserção de Oto Prazeres, em um dos seus últimos artigos, no Jornal do Brasil: “Não pode haver crédito agrícola sem uma propriedade certa e líquida da terra; e a regra, no Brasil, a grande regra, somente confirmada por umas honrosas exceções, é a de títulos duvidosos” (BCAES, 1940, p. 04 e 05).

Dessa forma, não havendo grandes avanços nesse sentido, o Banco continuou a operar juntos aos produtores mais com desconto de promissórias do que com o penhor. A modalidade de descontos de promissória, entretanto, operava com juros maiores e prazos mais curtos comparativamente, o que nem sempre agradava aos produtores rurais.

3.1.2 A estratégia de expansão para o interior e o surgimento de novas agências²⁴

Desde a sua criação, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo já buscava firmar sua “política de presença” junto ao produtor. Essa proximidade junto à lavoura era importante por três aspectos. O primeiro era diminuir a distância entre o banco e o produtor. Dessa forma, se aproximar do produtor isolado, com o intuito de melhor servi-lo. Isso, pois uma das maiores dificuldades que persistia à lavoura para socorrer ao crédito era estar muito afastada do mercado de dinheiro.

Em segundo lugar, a proximidade era importante para diminuir ou eliminar a resistência do produtor em operar um crédito em banco oficial, acostumado que estava às relações pessoais de crédito que operava junto aos comerciantes intermediários. Reproduzindo um texto de Wygodzinski, o próprio banco vai assim expressar em um dos boletins:

A organização do crédito agrícola é hoje um dos problemas mais importantes da economia agrária. Um problema tanto mais difícil quanto o agricultor vive afastado das fontes de onde emana o ouro: as cidades. Por outro lado, ele tem medo do crédito, porque vivia ainda em sua alma a recordação dos tempos tradicionais, em que contrair dívidas era uma demonstração de debilidade econômica (BCAES, 1939, p. 06).

Em terceiro lugar, a aproximação junto à lavoura se constituía uma estratégia fundamental para o crescimento e movimentação da carteira agrícola. Dessa forma, conjugados os três fatores, proximidade do banco exatamente onde a produção acontecia era crucial para a consecução dos objetivos para os quais foi criado.

A estratégia de ampliação e proximidade ao produtor se dava de três formas distintas: a manutenção de correspondentes bancários nos municípios; a criação de escritórios locais e, por fim, com a criação de filiais, ou seja, de novas agências bancárias. Os correspondentes locais agiam como representantes do banco, apresentando as modalidades de crédito e levando a documentação necessária para as operações de crédito. Os escritórios eram pontos de atendimento bancário, mas não operavam todas as modalidades de serviços. Já as agências bancárias operavam diretamente os contratos de financiamento e significavam, também, a descentralização das operações bancárias. Como requeriam uma estrutura física e de pessoas mais qualificadas, as agências somente eram criadas em locais em que a movimentação

²⁴ As informações do tópico 3.1.2 foram retiradas dos Relatórios e Balanços do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, dos anos de 1937 até 1945.

financeira fosse próspera e suficiente para justificar os custos de instalação e manutenção de pessoal no interior.

Já com essa visão, em relatório do ano de 1937, publicado em fevereiro de 1938, o banco relata que os estudos para a instalação de dois escritórios já estavam em fase final. Sendo um escritório na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e outro em Colatina, e conforme o desenvolvimento que oferecerem, seriam transformados em agência.

Consolidando sua “política de presença” e, dessa forma, prosseguindo um plano prudente de expansão, em 1 de julho de 1938 entraram em funcionamento as casas de Cachoeiro de Itapemirim, e Colatina. O desempenho alcançado pelas primeiras filiais, inspirou a instituição ao estudo de viabilidade para criação de mais duas casas: em Alegre e em São Mateus.

Por essa razão, e devido à necessidade de expansão dos negócios, após a instalação das casas de Cachoeiro e Colatina, instalou-se, as duas agências previstas: Alegre, em fevereiro de 1939, e em São Mateus, em 15 de abril do mesmo ano. Nessa última praça, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo foi o primeiro a se instalar. O crescente movimento que alcançavam as novas filiais, principalmente a de Cachoeiro de Itapemirim, fez com o que buscassem uma sede mais ampla, inaugurada 16 de julho de 1939. A aquisição do terreno para a Sede própria do Banco, localizada na Rua Jerônimo Monteiro, n. 240, em Vitória, foi aprovada pelo decreto lei n. 11.478, de 10 de janeiro de 1940, inaugurada em 24 de janeiro de 1942.

Com a finalidade de servir o produtor, assistindo-o mais próximo possível ou no próprio centro de suas maiores atividades, ou seja, a política de constante aproximação das classes produtoras, fez com que a instituição experimentasse instalar escritórios em Afonso Claudio e Baixo Guandu, inaugurados, respectivamente, em 1 de setembro de 1941 e 20 de outubro do mesmo ano. Sendo organizações mais simples, os escritórios permitiam que fosse levado, dentro de breve prazo, os recursos financeiros necessários para o fomento da prosperidade econômica das principais regiões agrícolas capixabas. Nesse período, continuavam em fase de prosperidade as agências de Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus, estendendo-se também, cada vez mais, para dentro e fora das fronteiras estaduais, a rede crescente dos correspondentes da instituição.

Em 10 de setembro de 1942, foi inaugurada agência de Bom Jesus do Norte, atingindo, dessa forma, o extremo meridional, na fronteira com o Rio de Janeiro. A abertura dessa agência foi

de grande valia para a instituição, uma vez que a mesma havia firmado um compromisso com os produtores da região. Ademais, houve nesse ano a liberação do terreno para dar início às obras da Sede definitiva de Cachoeiro de Itapemirim, localizada à Rua Capitão Deslandes, a principal da cidade.

Além disso, ao início do exercício de 1944, a instituição transformou o escritório de Baixo Guandu, aberto em 1941, em agência. A mesma medida foi realizada para Afonso Claudio, em 14 de setembro de 1945, para, dessa forma, melhor servir ao interior capixaba. Outro marco em 1945, foi a aquisição da sede própria da agência em Colatina, inaugurada em 2 de julho, e após uma inspeção nas principais zonas de Castelo, a diretoria deliberou criar uma agência nessa praça, a fim de atendê-la mais rapidamente.

Assim, com essa orientação e estratégia, foi possível retirar constantemente, do intenso movimento da matriz, avultadas disponibilidades para aplicação no interior, onde os empréstimos em regra, excediam de muito à soma dos depósitos.

Com a atuação pautada em se apresentar em cada localidade como a alternativa mais viável ao crédito (principalmente nas cidades mais prósperas) o banco acaba, então, desenvolvendo outra iniciativa: a de eliminação dos intermediários que até então marcavam a cena de empréstimos aos produtores. Afirma o Banco que

Maior tem sido, por isso, nosso cuidado para nos aproximar, o mais possível, do produtor, afastando sempre quaisquer intermediários e visando busca-lo através de nossa rede de agências e escritórios, sempre que possível na sede mesmo de suas atividades. Impõe essa atitude pela necessidade de ouvir-lhe, diretamente, as justas aspirações, conhecer-lhe os percalços, e muitas vezes, formular-lhe até as respectivas propostas adaptando-as à rigidez inflexível de obscuras disposições legais (BCAES, 1943, p 06).

Assim, é possível dizer que aproximar-se do produtor, vencer-lhe as resistências em formalizar um empréstimo, expandir a carteira agrícola e eliminar a figura do intermediário/comerciante se configuraram como os principais elementos que nortearam a “política de presença” ou a estratégia de criação de novas agências no interior do estado.

3.2 A ATUAÇÃO E O MOVIMENTO FINANCEIRO DO BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO

Inicialmente, em 1937, o Banco alegou dificuldade na composição e funcionamento da carteira agrícola, que, como o próprio relatório diz “representa a finalidade maior do nosso estabelecimento”. Alegou, também, que as principais dificuldades estavam ligadas (a) a falta de um cadastro dos produtores e (b) a falta de um cadastro das propriedades rurais. De acordo com o banco “mandam os nossos estatutos que, pela carteira de crédito agrícola, auxiliemos a produção, mediante empréstimos, a lavradores inscritos nos registros da Secretaria de Agricultura e no cadastro deste estabelecimento, ou ainda, de preferência, de consórcios agrícolas cooperativos de crédito e produção” (BCAES, 1938, p. 01).

Esses fatores representaram uma importante restrição em fornecer empréstimo. Por outro lado, ao mesmo tempo se consolidava no Espírito Santo uma agricultura cafeeira familiar – com baixa formalização, como já apontado na literatura²⁵ –, sendo natural que tais registros não fossem uma prioridade para os pequenos cafeicultores ou os registros exigiam outras burocracias que eles não conseguiam cumprir.

É possível ver também que o banco tentou alguns caminhos:

Não dispondo a Secretaria de Agricultura de um registro dos lavradores espírito-santenses, recorremos ao Ministério da Agricultura, onde encontramos inscritos, até 31 de dezembro próximo findo, somente 95 dos lavradores domiciliados no Estado [...]. Também a Sub-inspetoria Agrícola, nesta Região, dispõe apenas de um antigo fichário, com indicações vagas sobre o nome do lavrador, da propriedade e da respectiva sede (BCAES, 1938, p. 01).

O banco acreditava que existiam cerca de 50 mil propriedades. Como a Secretaria de Agricultura deveria, por atribuição, desenvolver um cadastro dos produtores capixabas, o banco estreitou o relacionamento com essa secretaria a fim de agilizar os empréstimos:

Em face de tão importantes atribuições que se entrelaçam e vinculam ao problema do crédito agrícola, temos tido sempre a preocupação de articular nos nossos serviços dessa Carteira com a importante Secretaria estadual de Agricultura, seja procurando averiguar si os proponentes de empréstimos estão devidamente registrados, seja consultando o Departamento Técnico da mesma Secretaria sobre as qualidades dos terrenos e possibilidades que apresentem para as culturas propostas. Assim, temos

²⁵ Sobre esse tema ver: ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850-1930*. Vitória: NEP – Departamento de Economia – UFES, 1983.

feito com o propósito sincero de conseguir seja o crédito agrícola em nosso Estado difundido e assentado numa base racional e eficiente (BCAES, 1938, p. 02).

Vale lembrar, que antes de ser um “Banco de Crédito Agrícola” a instituição funcionava como um Instituto de Crédito Agrícola. Nesse sentido, operava com regras menos rígidas e os empréstimos aos fazendeiros não representava um fator problemático. Porém, a partir da transformação em banco, as regras e o controle mudaram e essa dificuldade pode estar ligada a isso. O relatório volta a afirmar ter sido nessas condições que o banco teve de iniciar os seus negócios, logo após vigência da nova lei sobre o penhor rural e as cédulas pignoratícias” (BCAES, 1938).

É notório que o banco se preocupava com esse fator: acreditava no potencial das terras capixabas, mas via que o corpo técnico da secretaria não agilizava o registro. Diz o relatório que, em consequência desses entraves, “a conta dos mutuários não poderá deixar de ser agravada com algumas despesas que sempre procuramos evitar”. Isso porque, não cumprindo as exigências para conseguir o crédito na carteira rural, o produtor tinha que procurar algumas fontes mais caras: “a vantagem dos juros máximos de 8%, assegurados por lei nos casos de penhor rural ficará, de fato, quase sempre reduzida” (BCAES, 1938, p. 04). Ou, por conta da demora, os agricultores procuravam outras formas de conseguir o recurso necessário:

[...] alguns agricultores diante das delongas ainda inevitáveis para a avaliação e o registro do penhor rural, além de outras exigências inspiradas pela referida lei, preferem ser atendidos mais rapidamente, mediante o simples desconto de promissórias ou a abertura de C/C garantida, a prazos razoáveis para a lavoura (BCAES, 1938, p. 04 e 05).

Mesmo quando o crédito podia ser concedido via carteira agrícola, as taxas eram superiores ao praticado em outras partes do país. O boletim diz que “o banco mineiro de produção, dentro da organização que o inspirou, tem podido por isso efetuar empréstimo a 6% à lavoura. A taxa inferior só o cooperativismo vem permitindo empréstimos entre nós. A Caixa da Paraíba tem operado a 3%” (BCAES, 1938, p. 05).

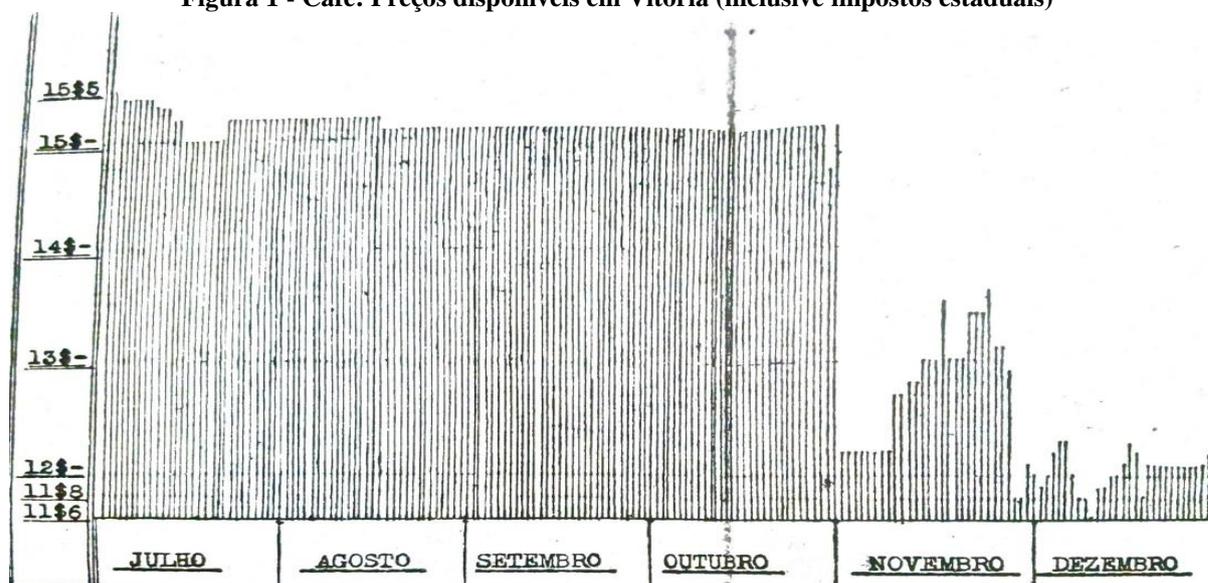
Para o Espírito Santo, a taxa era fixada entre 6% e 10%. Porém, o posicionamento do Banco do Brasil era que não se poderia operar no Espírito Santo a uma taxa inferior a 7%: “empréstimos bancários e compromissos diversos do Estado do Espírito Santo [...] não podia cobrar menos de 7% a.a.” (BCAES, 1938, p. 05).

Todavia, eram incontestavelmente prósperos os índices referentes ao movimento do banco durante o curto espaço de tempo entre o início de suas operações e o encerramento do seu primeiro balanço anual. A soma global desse balanço acusou a importância de Rs 6.757:852\$100, tendo a Carteira Comercial realizado operações no valor de Rs 1.448:556\$800 e a Carteira Agrícola contribuído com o montante de Rs 310:732\$800. As dificuldades acima fizeram com que a carteira comercial movimentasse recursos muito superiores aos da carteira agrícola. Essas dificuldades, se originam, segundo o banco, além do que aqui já foi apresentado, de outros fatores:

Pela simples apresentação desses números, pode-se facilmente constatar que ainda não se refletiu em nosso Banco uma procura maior para os empréstimos produtivos de aplicação agrícola, apesar dos reclamos insistentes com que a esforçada classe lavoureira do Estado sempre propugnou pela instituição, em nosso meio, do crédito rural. O isolamento em que tem vivido, em regra geral, os fazendeiros do nosso Estado e a falta de notícias sobre o início das operações do Banco, de um lado, bem como as dificuldades de toda a sorte que se antolham ao manejo fácil dessa modalidade de crédito, justificam, em parte, esse retraimento, em comparação com o movimento sempre crescente da procura para os créditos nitidamente comerciais de circulação[...] Mas a criação do Banco também coincidiu com uma grave depressão nos preços do café, o que explica, em parte, a dificuldade dos cafeicultores (BCAES, 1938, p. 07 e 08).

Tais preços que valiam 15\$100, por 10 quilos (incluídos os impostos), em julho, baixaram para 12\$200 em princípio de novembro. A figura abaixo, com dados extraídos da Bolsa Oficial de Café e apresentados no Relatório de 1937, ilustra a situação anormal que atravessou o produto, durante o segundo semestre daquele ano.

Figura 1 - Café: Preços disponíveis em Vitória (inclusive impostos estaduais)



Fonte: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Relatório de 1937.

Pela mesma razão, não foi possível contar, de início, com uma soma maior de negócios sobre o financiamento do produto, porém o retraimento e desinteresse momentâneo dos compradores de café que, com o mercado em baixa pronunciada, deviam se apressar em liquidar as suas posições, recuperando, pela venda, o valor do produto e aguardando uma melhor época para novas inversões, já era esperado pela instituição.

Apesar disso, iniciadas as operações em 15 de outubro de 1937, o crescente movimento da soma de depósitos reflete a confiança com que foi recebido o estabelecimento. A expressiva situação dessa conta pode ser verificada na tabela abaixo.

Tabela 30 - Depósito sem 1937

Meses	Depósitos	Nº índices
30 de outubro	202:344\$700	100
30 de novembro	397:285\$650	196
31 de dezembro	572:032\$200	282

Fonte: Adaptado de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, 1938.

Finalizando o Boletim, o banco voltou a frisar a necessidade de trabalhar em conjunto com a secretaria de agricultura para destravar os problemas que impediam a realização do crédito agrícola:

Não devemos, porém, concluir sem ressaltar, ainda mais uma vez, a grande conveniência de serem, quanto antes, positivadas as promessas de uma colaboração mais estreita e eficiente por parte dos serviços técnicos da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras Públicas. Convenientemente articulados, num trabalho em grande parte comum, poderemos levar a bom termo nossas finalidades idênticas, e realizar, como todos desejam, nesta fase de evidente recuperação econômica, o crédito agrícola, neste estado, até nos seus menores aspectos ou mais modestas manifestações (BCAES, 1938, p. 11).

Em 1938 o banco ainda enfrentava algumas dificuldades para fazer movimentar a carteira de crédito rural. O penhor da lavoura era a principal modalidade de crédito. Para isso, porém, era preciso apenas financiar lavouras de produtos com potencial de preços e que fossem promissoras em cada região. É por isso que o banco clamava tanto a necessidade do cadastro rural e de um agrônomo que fizesse avaliação do potencial da lavoura em cada região. O pagamento desse serviço era oneroso e o próprio banco reconhecia que ele não devia recair sobre o produtor. Diz o Relatório e Balanços de 1938 que:

Obtivemos que, nas propostas de empréstimos sob penhor, os agrônomos oficiais do estado, sem qualquer dispêndio dos proponentes, façam as necessárias avaliações prévias. [...] Poderemos, com esses elementos, secundar ou reforçar o trabalho justo ou fundamentado e de persuasão criteriosa, iniciado pelo agrônomo regional. Assim evitaremos, por exemplo, o desenvolvimento de plantações inconvenientes ou as tentativas para novas culturas impróprias (BCAES, 1939, p. 04 e 05).

Além disso, o banco reconhecia outra dificuldade: a de que, em depressão, a liquidação do empréstimo somente era possível quando o produtor vendia a lavoura. Isso forçava a venda, ainda que o preço fosse baixo:

“ [...] estamos, infelizmente, ainda muito longe de podermos repetir o que uma das mais respeitadas figuras da lavoura paulista, o Dr. Sampaio Vidal, ouviu um dia do diretor do prospero Banco de la Nacion: -Na Argentina, não se vende o produto para pagar dívidas; e sim quando o preço convém” (BCAES, 1939, p. 05).

A frase “Credito agrícolas [...] sem a direção de órgão técnico oficial, incumbido de orientar e assistir as atividades produtoras do solo, não pode, a rigor, ter essa denominação” (BCAES, 1939, p. 06), expressa que o banco estava preocupado em conceder empréstimo e penhorar lavouras que dessem errado. Era indispensável, e ele reinventava, a necessidade de que as secretarias fornecessem quadro técnico para acompanhamento da lavoura. Visando a preservação do patrimônio do banco.

Ainda assim, as operações realizadas pela Carteira Agrícola atingiram, em 1938, à soma global de Rs. 2.027:793\$100, isto é, um acréscimo de 552% em relação ao ano anterior, resultado dos esforços que o Banco vinha realizando, seja facilitando o registro e cadastro das propriedades, seja operando através da modalidade de descontos de Notas Promissórias. Pode não ser um valor expressivo, porém para as dificuldades que acompanhavam essa modalidade de crédito, esse índice representa um montante promissor. Segundo o Relatório e Balanços de 1938:

A organização de credito agrícola é hoje um dos problemas mais importantes da Economia agraria. Um problema tanto mais difícil quanto o agricultor vive afastado das fontes de onde emana o ouro, as Cidades. Por outro lado, ele tem medo do credito, porque vive ainda em sua alma a recordação dos tempos tradicionais, em que contrair dívidas era uma demonstração de debilidade econômica (BCAES, 1939, p. 06).

Contudo, com o Decreto Lei nº 9.898, de 26 de outubro de 1938, o governo capixaba instituiu, na Secretaria de Agricultura, o “Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo”. Esperava-se, com essa criação, uma ação eficiente desse departamento, dando-se início a um trabalho sistemático de propaganda e criação de núcleos cooperativistas, concorrendo o Banco,

na medida dos fundos alcançados, com a metade do capital realizado em cada cooperativa criada. Estimulando, desse modo, o espírito associativo das classes da lavoura, estaria também bastante facilitada a missão da Carteira de Crédito Agrícola do Banco.

A procura maior no ano de 1938, no entanto, continuou a ser para os intermédios do consumo, servidos pela Carteira Comercial, que se expressou pela notável cifra de Rs. 3.678:372\$350, concretizando assim um aumento final de 153%, em relação ao ano de 1937.

Mais uma vez ilustrando a confiança que o Banco estimou, o índice de acréscimos dos depósitos, atingiu, em 31 de dezembro de 1938, a importância de Rs. 2.045:847\$200. Esse expressivo valor não seria possível sem o apoio do governo Estadual, pois, como esclarece o relatório:

[...] em 29 de dezembro de 1937, foi expedido o decreto lei n. 8.841, pelo qual o Governo do Estado empresta a sua responsabilidade a todos os depósitos de terceiros efetuados neste estabelecimento. E, mais recentemente, pelo decreto lei n. 10.151, de 2 do corrente mês, o Estado acaba de prescrever que os depósitos judiciais, em dinheiro, sejam obrigatoriamente recolhidos a este Banco (BCAES, 1939, p. 13).

Contudo, o ano de 1939 foi particularmente penoso para a lavoura capixaba, castigada pela ausência de chuvas; como corolário natural desse fato, não se pode olvidar também que o comércio em geral parece ter atravessado, nesse ano, o auge de suas dificuldades, agravadas, sobretudo pelo imprevisto deflagrar do conflito europeu, isto é, a Segunda Guerra Mundial.

A preocupação do estabelecimento em levar aos produtores capixabas, especialmente a lavoura, a convicção de que, neste estabelecimento, teriam um órgão propulsor de suas atividades e destinado a amparar-lhes o trabalho merecedor de auxílio, tendo inspirado a denominação deste banco, obrigou a Instituição também a acompanhar todos os planos expostos com o intuito de facilitar a desejada expansão do crédito agrícola.

Sobre esse crédito o banco afirma que: “temos sido procurados, desde os primeiros dias, para financiar o movimento da nossa principal produção – o café” (BCAES, 1940, p. 5). Outra importante cultura, a do cacau, encontrou prontos recursos neste estabelecendo. O banco também proporcionava o financiamento para as culturas do algodão e mandioca, bem como para a pecuária, industrial (madeiras, couros, vinhos de frutas, chocolate), de suinocultura e laticínios.

Podemos constatar, de acordo com o movimento de 1939, que apesar das dificuldades persistirem em toda linha, verificou-se uma tendência ascensional das operações do Banco. Os índices de aplicação pela Carteira Agrícola expressaram, neste ano, um valor de 2.117:882\$900, ao passo que a Carteira Comercial, pela maior facilidade que encontrava no dinamismo de suas operações, apresentou um montante de 4.556:385\$900. Os valores dos depósitos atestam os prenúncios animadores da marcante preferência que a economia capixaba norteia este estabelecimento, cujo escopo principal era servir ao Estado. A tabela abaixo, mostra as variações trimestrais e a acentuada progressão dessa conta.

Tabela 31 - Depósitos em 1939

Meses	Depósitos	Nº índices
Março	2.771:571\$400	242
Junho	2.485:143\$390	217
Setembro	3.036:179\$100	265
Dezembro	3.407:916\$500	297

Fonte: Adaptado de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, 1940.

Seja assistindo à lavoura, assolada pela seca, seja socorrendo o comércio, desamparado, em alguns momentos, pela natural retração do crédito, a atuação do banco mostrou-se fundamental, conforme mostram os números dos relatórios anuais. Não obstante, como decorrência natural da prolongada estiagem, que, em 1939, atingiu severamente a produção agrícola do estado e da profunda repercussão, que, para o comércio exterior, trouxe o conflito europeu, tornou-se particularmente difícil, para os negócios em geral, o ano de 1940. O afastamento forçado dos habituais compradores da produção agrícola estadual, em consequência da conjuntura da guerra, ressalta os números expressos nas estatísticas, principalmente com relação ao produto básico da economia capixaba: o café.

Assim, ao passo que em 1938 o volume físico da exportação estadual desse produto atingiu a 1.599.937 sacos, baixando, em 1939, para 1.452.334, no ano de 1940, o total exportado representou somente 799.504 sacos, isto é, apenas metade das exportações habituais. Para enfrentar tão acentuado declínio no mercado de exportação, tornou-se necessário mobilizar todas as lavouras do Estado que, “puderam contrapor, aos espaços vazios das estatísticas, uma nova linha de produtos e concorrer assim para a necessária diversificação que deve constituir a estrutura mestra da nossa economia agrícola” (BCAES, 1941, p. 01).

Os índices do boletim do Intercâmbio Comercial do Estado, referentes ao período de janeiro a setembro de 1940, atestaram, por conseguinte, o ritmo dessa recuperação econômica, marcando uma exportação total de 156.060.409 quilos de mercadorias diversas, contra o total de 162.414.704 quilos, inclusive o café, em igual período do ano de 1939. Atingiu-se, desse modo, apesar da queda drástica na exportação do café, quase o mesmo volume físico do ano de 1940.

Os números ressaltam o potencial de trabalho da lavoura capixaba, que buscava reconquistar, com uma produção variada, o lugar perdido no comércio exterior pela queda do café. O mesmo dinamismo notava-se no mercado interno, no qual uma incipiente industrialização e o crescente consumo eram alimentados por novas explorações agrícolas, que já constituíam promissoras fontes de riqueza. Dessa forma, o Banco afirmava que “a lavoura do Estado caminha resoluta rumo à policultura, com o propósito salutar de corrigir, para sempre, o defeito primordial de seu metabolismo econômico” (BCAES, 1941, p. 02).

Certamente, os moldes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo puderam conferir um novo alento às classes lavoureiras e criar um espírito de confiança para os trabalhos do campo. Além disso, articulados com os técnicos do Departamento de Agricultura do Estado, era possível, com maior solicitude, estender os benefícios do crédito ao fomento da produção rural. E os índices de aplicação da Carteira Agrícola, referentes ao ano de 1940, comprovam esse propósito, no qual atingiu um valor de 2.692:952\$900, isto é, um aumento de 27% em relação ao ano anterior.

Ao mesmo tempo, fiéis aos propósitos do Banco em reverter as economias espírito-santenses em aplicações para fertilizar, de novo, o constante labor das forças agrárias do Estado e impulsionar as energias vitais do comércio, comprova-se, em 1941, que o montante das aplicações perfazia o expressivo total de Rs. 8.291:813\$400, sendo Rs. 6.998:929\$500 de títulos descontados e Rs. 1.292:883\$900 de empréstimos em contas correntes. O montante global do movimento, que era em 1938 de Rs. 14.260:137\$750, passou em 1939, a Rs. 17.834:735\$100, para se encerrar em 1940, com a soma global de R. 22.499:358\$700.

A circunstância dessa instituição ter sido um Banco que opera exclusivamente em território espírito-santense e que faz retornar, sistematicamente, os depósitos confiados ao fomento da riqueza do Estado, refletia-se no aumento constante das contas desse título. No ano de 1940 os depósitos alcançaram um montante de Rs. 5.682:078\$500.

Em consonância com isso, o Relatório de 1941 revelou algo que a literatura já aponta. Em épocas de grandes colheitas ou de valorização do café – base da vida econômica “disfruta o Estado uma fase de opulência e prosperidade marcada pelo alteamento na curva de seu desenvolvimento econômico e concretizada pelas realizações progressivas dos Governos, em todos os setores de suas atividades” (BCAES, 1942, p. 04).

Mas, nem sempre o agricultor recebia os benefícios desse momento favorável e dessa valorização, “cabendo, quasi sempre, a intermediários diversos, o quinhão maior das recompensas” (BCAES, 1942, p.04). Por isso, ainda segundo o relatório, alguns agricultores se dedicavam mais detidamente a uma pequena agricultura, destinada, em grande parte, a prover apenas a sua própria manutenção.

“Esse fenômeno, se por um lado justifica a inexistência de grandes explorações agrícolas em nosso território e explica a distribuição esparsa e desconexa da pequena produção confere, no entanto, à nossa economia agrária um traço de excepcional resistência às conjunturas esporádicas das crises” (BCAES, 1942, p. 04). Por isso, o ano de 1941, que deveria ser de depressão por causa dos baixos preços do café, transcorreu sem grandes problemas.

Bem pelo contrário, os dados estatísticos nos revelam que os profundos reflexos da conflagração mundial têm trazido para o Espírito Santo um salutar revigoramento de sua armadura econômica, espelhado fielmente pelos índices de aumento na exportação de certos produtos, cuja procura se acentuou em decorrência do novo sistema de ‘economia de guerra’ em voga atualmente no mundo (BCAES, 1942, p. 04).

Essa exportação de outros produtos foi interpretada pelo banco como o começo da diversificação econômica capixaba. Isso fica claro quando pontua que: “demos assim, (...) mais um passo à frente para o futuro acertado da diversificação de produtos que tem sido, de há muito, o fim colimado pelos nossos governantes” (BCAES, 1942, p. 06).

Com isso, fica claro que a problemática da diversificação da agricultura e economia capixaba já era discutida mesmo antes da crise maior do café que iria acontecer apenas mais de 20 anos depois, com sua erradicação. Contudo, embora o banco assim apontasse, sabe-se, com o benefício da história, que essa diversificação não aconteceu de fato naquele período.

Todavia, o banco reconhece que o *modus operandi* da economia capixaba nem sempre lhe era completamente favorável:

A base de nossas exportações, porém, continua sendo de produtos agrícolas, e o ‘tipo de intercâmbio’ entre viveres e artefatos será ainda, por muito tempo, mais favorável ao fabricante do que ao agricultor. ‘Antes do nascimento do industrialismo como observa Arthur Birnie – as grandes fontes de prosperidade econômica eram um solo fértil e uma população numerosa’. Tal não acontece mais hoje (BCAES, 1941, p. 07).

O banco, então, prosseguiu com esse argumento: “Urge, portanto, que se processe em mais celeridade o desenvolvimento industrial do nosso estado, sendo manifesto o interesse com que tem este banco acolhido e continuará a acolher os projetos e realizações de nossa incipiente indústria” (BCAES, 1942, p. 07).

Em relação ao Crédito Agrícola, embora o ano de 1941 tenha apresentado algum crescimento na concessão desse índice (não somente ao café, mas também à industrialização da mandioca, laticínios e à pecuária), o banco ressentiu-se de a expansão dessa carteira não estar acontecendo no ritmo previsto:

A carteira agrícola ainda não pode ser favorecida com uma organização que lhe permita, como previam os primeiros estatutos e ainda os atuais, realizar empréstimos a prazo maior do que o limite fixado para as operações deste Banco [...] Além disso, nunca foram estendidas a organizações como a deste instituto, de iniciativa dos próprios governos estaduais e com finalidades superiores de imediato amparo à produção regional, providências como as que tem sido decretadas a favor da Carteira Especial incumbida, em nosso principal estabelecimento bancário (Banco do Brasil) de facilitar igualmente o crédito agrícola (BCAES, 1942, p. 08).

Por outro lado, o banco mostrou, nesses anos, maior progresso na carteira comercial, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 32 - Carteira Agrícola e Carteira Comercial

Anos	Carteira Agrícola	Carteira Comercial
1937	310.732\$800	1.448:556\$800
1938	2.027:791\$100	3.678:372\$350
1939	2.117:882\$900	4.556:385\$900
1940	2.692:952\$900	5.598:860\$500
1941	3.477:823\$200	6.645:654\$600
1942	5.316:513\$700	8.085:397\$700

Fonte: Adaptado de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Vários anos.

Parece ficar claro que, em função das dificuldades que o banco enfrentava em fazer movimentar a carteira agrícola, passou a dar mais peso às demandas da carteira comercial. Pela própria peculiaridade de sua estrutura econômica, que vivia um regime constante de trocas comerciais e com a sua formação industrial ainda em fase embrionária, não se podia notar, no período, um

vultoso entesouramento de economias. Entretanto, o movimento apresentando na conta de depósito em 1941 (7.119:537\$800), demonstrou, mais uma vez, o índice de confiança na instituição.

Contudo, em função da guerra e da conjuntura que dificultou as trocas, o ano de 1942 foi muito difícil para a economia do Espírito Santo. Em decorrência das dificuldades de transporte e das medidas do governo para aumento da segurança, o volume de café exportado em 1942 foi em torno de 50% da exportação de 1941 e apenas 31% da exportação de 1939. “Como colorário natural dessa circunstância, não puderam os negócios em geral no Estado, guardar o mesmo ritmo de acentuado progresso que traziam nos anos anteriores” (BCAES, 1943, p. 03).

Essa circunstância levava tanto o comércio quanto a lavoura a trabalhar com maior esforço: “também nosso incansável produtor rural, a despeito de todos os óbices a vencer, ludibriado embora em seus esforços pela inconstância do tempo, particularmente desfavorável no ano findo com o excesso de chuvas, persistiu na faina quotidiana de lavrar, sem desânimo, os nossos campos” (BCAES, 1943, p. 04).

Mesmo observando as dificuldades oriundas da guerra, o Banco entendia que a penúria era passageira e que tão logo cessasse a guerra, a conjuntura tenderia novamente a ser benéfica à economia:

Todo êsse esforço, no entanto, não ficará perdido porque representa a criação de novos *bens de consumo*, cuja colocação apenas se adiou momentaneamente para tornar-se indispensável, dentro em pouco, afim de satisfazer a penúria generalizada do mundo moderno, talado pela fúria destruidora da guerra atual. A pausa forçada de nossas exportações serviria então como um ‘compasso de espera’ para retornarmos, mais tarde, apoiados na presente acumulação de estoques, um novo ciclo comercial de ressurgimento econômico (BCAES, 1943, p. 04).

É possível perceber que, em função da necessidade de melhora das condições de produção e de comercialização do café no Espírito Santo, passaram a ser criadas algumas organizações que contribuiriam para o fomento ao produtor: a Escola Prática de Agricultura²⁶ (1941) tinha a função de acolher os filhos de lavradores “ministrando-lhes ensinamentos técnicos que servirão para quebrar os vícios da rotina e modernizar os aspectos ainda rudimentares dos nossos empreendimentos agrícolas” (BCAES, 1943, p. 04).

²⁶ Inaugurada oficialmente em 24 de maio de 1942, no Vale de Canaã, em Santa Teresa.

Também havia a Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais (CESMAG)²⁷, criada em 1922, que tinha por função “recolher os excessos de produção agrícola, armazená-los e beneficiá-los, quando preciso, concorrendo também para aligeirar-lhe o crédito mediante a emissão de ‘warrants’”. Isso quer dizer que essa companhia, cujo próprio banco era o principal acionista, estocava o café e dava ao produtor um certificado de garantia desse café estocado. Com esse ‘warrant’ em mãos, era-lhe facilitado o crédito ao banco (BCAES, 1943, p. 05).

Ainda, em 1942, foi criada a Companhia de Expansão Rural Espírito Santense – CERES/AS²⁸, que tinha a função de facilitar as condições de circulação e colocação do produto capixaba no mercado nacional e internacional. Isso mostrou que aos poucos foi criada uma institucionalidade de apoio ao produtor, lembrado que, desde sua criação o banco já reivindicava que os técnicos agrícolas da Secretaria de Agricultura dessem o suporte necessário ao produtor para que esse pudesse desenvolver uma lavoura que não colocasse em risco os recursos financeiros do banco, que havia financiado a expansão da lavoura.

Escola de agricultura, Banco de Crédito Agrícola, Companhia de Armazens Gerais e Companhia de Expansão Rural: Técnica – Financiamento – Armazenagem e Mercado, eis, em síntese, os objetivos cardinais de uma organização consciente, arcabouço lógico de um plano unitário de realizações administrativas, e quadrilátero econômico sobre o qual repousará, um dia, todo o surto de prosperidade futura da emancipação agrícola espírito-santense (BCAES, 1943, p. 05).

Em relação ao crédito agrícola, o banco reforçou a sinalização em dois pontos que entedia como cruciais: o fomento ao cooperativismo juntos aos produtores e a eliminação dos intermediários financeiros. Quanto ao cooperativismo, o banco apontava a dificuldades, dizendo que nem sempre era fácil, em função, principalmente, da pouca formação de cooperação entre os lavradores. Já para eliminar a intermediação, conforme vimos anteriormente, a estratégia era a criação das agências ou escritórios nos diversos municípios.

Maior tem sido, por isso, nosso cuidado para nos aproximar, o mais possível, do produtor, afastando sempre quaisquer intermediários e visando buscá-lo através de nossa rede de agências e escritórios – a maior do Estado – sempre que possível na sede mesmo de suas atividades. Impõe-se éssa atitude pela necessidade de ouvir-lhe, diretamente, as justas aspirações; conhecer-lhe os percalços e, muitas vezes, formular-

²⁷ Com o Decreto Lei nº 9.914, de 4 de novembro 1938, o Interventor Federal do Espírito Santo João Punaro Bley, considerando o interesse do estado pelos serviços de retenção e armazenamento do café, transferiu as ações da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais (CESMAG) pertencentes ao estado para o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

²⁸ Criada em 30 de julho de 1942, com objetivo principal de defender a produção agrícola e industrial do estado, coordená-la técnica e economicamente, facilitar-lhe a circulação e amparar-lhe a colocação nos mercados internos ou externos.

lhe até as respectivas propostas adaptando-as à rigidez inflexível de obscuras disposições legais (BCAES, 1943, p. 06).

No ano de 1942 a Carteira Agrícola apresentou um montante de 5.316.513,70 representando, dessa forma, a tendência ascensional das aplicações agrícolas que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, transparecem o cuidado que o Banco tinha em conseguir uma difusão paulatina e segura dos recursos atribuídos a essa carteira. A conta de depósitos apresentou um montante de 11.281.939,70, que possibilitava a irrigação do crédito que reclamava o setor agrícola, cumprindo funções precisas de servir o bem público, dentro de uma relação entre o Banco e o estado.

Sobre a institucionalidade mencionada anteriormente, ainda é interessante ver o papel da CESMAG: “o cessionário (estado) obrigar-se-á dar aos serviços da Companhia a maior eficiência no sentido de praticamente servir, ainda mais, às necessidades da lavoura, ao fomento da produção e aos interesses do comércio de café” (BCAES, 1945, p. 05).

Esse fator reforça a ideia da construção, por parte do governo estadual, de uma institucionalidade voltada para o desenvolvimento da lavoura agrícola: aspectos técnicos (agrônomos e escola técnica agrícola), aspectos de financiamento/crédito (Banco de Crédito Agrícola), aspectos de armazenagem/estoque (CESMAG) e de comercialização (SERES/SA).

Sobre as CESMAG, o relatório afirma que:

Assim é que essa importante organização capixaba, com 22 anos de trabalho, está aparelhada para imunizar e ensacar cereais; promover beneficiamento, liga, ensaque de café ou de outros produtos; bem como apta a prestar outros serviços, referentes a mercadorias que tenha de armazenar ou que, porventura, lhe forem consignadas. Recebendo e armazenando gêneros, encarrega-se a Companhia, ao mesmo tempo, do despacho, redespacho e expedição de todas as mercadorias a armazenar ou já depositadas em seus armazéns, podendo adiantar, aos comitentes, a importância necessária para despachos, fretes e outras despesas (BCAES, 1945, p. 05).

Quanto a escola de prática agrícola, vale dizer, também, que o banco criou o “Prêmio Interventor Bley”, que premiava, com uma bolsa de estudos, os melhores alunos de cada turma de diplomados pela Escola Prática de Agricultura para que eles pudessem continuar seus estudos em uma outra escola superior de agronomia. Isso reforça, ainda mais, a ideia de criação de um aparato que desse suporte também técnico a lavoura capixaba. Ou seja, apenas a ideia de

oferecer o crédito se tornou uma estratégia insuficiente para promoção da cafeicultura e para a produção agrícola capixaba em geral.

Percebeu-se, desde cedo, a necessidade de que os aspectos da qualidade da lavoura plantada também se levantassem como projetos de atuação do banco. Vale dizer, entretanto, que embora isso fosse já claro nos anos 40, como demonstram tais relatórios, a mesma problemática da falta de qualidade do café capixaba vai reaparecer no debate 20 anos depois, quando da erradicação dos cafezais capixabas, em que se usou a baixa qualidade do café como uma das justificativas para a eliminação da lavoura plantada como forma de compatibilizar oferta e demanda do produto no mercado nacional e internacional.

Voltando à preocupação ainda em 1944, o banco expressa:

A melhoria técnica das culturas agrárias continua sendo um dos grandes problemas nacionais para cuja imediata solução o Presidente Vargas ainda recentemente convocou a atenção de todos. Não são pequenos nem escassos os problemas a solucionar de ordem agrária, máxime quando envolvem ou afetam aspectos educativos (BCAES, 1945, p. 06).

Dadas algumas dificuldades legais e as exigências burocráticas em torno do penhor agrícola, o banco volta a enfatizar que os produtores passaram a usar outra forma de angariar crédito:

As imprescindíveis exigências legais para a constituição dos penhores rurais estão inclinando os produtores, de preferência, para modalidades outras de empréstimos imediatos ou mais rápidos. Tão somente por descontos de promissórias, isto é, sem computar adiantamentos garantidos por warrants, penhor e outras modalidades de empréstimos, a Carteira Agrícola efetuou 1848 descontos no ano que findou (BCAES, 1945, p. 10).

Fazendo reverter exclusivamente à produção capixaba, os depósitos que se confiavam ao banco apresentavam um crescimento significativo ao longo dos anos. Em 1943 totalizou um valor de 28.164.424,90 cruzeiros, crescendo para 32.900.521,80 cruzeiros, em 1944.

Finda a guerra, inaugurou-se, no Brasil, o período de ajustes econômicos necessários a realinhar as principais variáveis econômicas à nova conjuntura. Dentre essas medidas, merece destaque o controle mais rigoroso do crédito e a criação de uma institucionalidade de maior fiscalização das atividades bancárias:

Alterada em 1944, a legislação sobre Bancos, e atribuída à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária novas faculdades, a criação, no ano passado, da Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo decreto-lei n. 7.293, de 2 de fevereiro, permitiu ao Governo adiar a prometida instalação de um Banco Central. Dessa forma, poderá preparar ambiente melhor para, sem maiores abalos, adotar esse órgão evidentemente necessário. Com algumas atribuições próprias de um instituto central dessa natureza, ampliadas ainda pelo decreto-lei nº 8.495, de 28 de dezembro último, a Superintendência, instituída como um sistema capaz de controlar, com segurança, o crédito e o meio circulante, além da exclusividade dos depósitos de Bancos, foi investida de poderes de fixar, mensalmente, as taxas de redesconto (BCAES, 1946, p. 03).

O relatório de 1945 expressa, além disso, que a obrigatoriedade de recolher parte dos depósitos bancários à Superintendência não anulou a legislação anterior que já exigia o recolhimento de parte dos depósitos ao Banco do Brasil. Dessa forma, a concomitância legal das duas exigências fazia com que o meio circulante – e as possibilidades de novos empréstimos, fossem severamente reduzidas.

O efeito dessas medidas era particularmente forte, segundo o relatório, sobre organizações que impulsionavam o crédito e a economia em iniciativas regionais, como era o caso do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Tais medidas, ainda expressa o relatório, “quase sempre comprometem estudos em elaboração, quando não fazem adiar um plano de financiamento, em condições menos onerosas, para incremento de alguns produtos, fomento de novas culturas ou intensificação de criações em determinados pontos” (BCAES, 1946, p. 04).

Especificamente, ainda para o Espírito Santo, tal situação dificultou a instalação da sericicultura na economia capixaba. A escassez do crédito, imposta pela nova institucionalidade, interrompeu os planos do banco nesse sentido:

No exercício passado [1944], fomos assim surpreendidos quando nos havíamos empenhado em incrementar a sericicultura, por vários motivos, promissora no Espírito Santo. A Estação Sericícola de Vargem Alta, notável estabelecimento estadual, está aparelhada para oferecer produtos muito recomendáveis. A quantidade, em boas condições e com vantagens elevadas para o produtor, dependerá, em grande parte ou em alguns momentos, de uma articulação, nas melhores bases de crédito, com este instituto (BCAES, 1946, p. 04).

Ao encerrar-se o exercício de 1945, enquanto as diversas agências do banco figuravam com 54% dos empréstimos concedidos, os da Matriz, não excediam de 46%. Mais de uma vez, o banco elevou os limites máximos para operações, em algumas, onde a solicitação de crédito demonstrava maior ou mais intenso progresso.

A seguir, temos toda a movimentação financeira do período analisado, ou seja, 1937 até 1945.

Tabela 33 - Movimentação Financeira – 1937 -1945

Anos	Carteira Agrícola	Carteira Comercial	Depósitos	Títulos em Cobrança
1937	310.732\$800	1.448:556\$800	572:032\$200	100:311\$100
1938	2.027:791\$100	3.678:372\$350	2.045:847\$200	1.716:188\$950
1939	2.117:882\$900	4.556:385\$900	3.407:916\$500	3.044:953\$800
1940	2.692:952\$900	5.598:860\$500	5.682:078\$500	3.817:011\$900
1941	3.477:823\$200	6.645:654\$600	7.119:537\$800	7.249:113\$100
1942	5.316:513\$700	8.085:397\$700	11.281:939\$700	9.853:907\$100
1943	*	*	28.164:424\$900	13.049:410\$300
1944	*	*	32.900:521\$800	18.844:954\$800
1945	*	*	34.802:601\$900	24.760:246\$000

Fonte: Adaptado de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Vários anos.

*Valores não disponíveis nos relatórios anuais.

A conta Títulos em Cobrança espelha os indicativos animadores da crescente procura dos serviços do Banco, por parte de um elevado número de estabelecimentos congêneres. O corpo seletto e cada vez mais numeroso dos correspondentes, as novas agências, o cuidado aos encargos, a regularidade das coberturas, justificam a progressão vertical dos números dessa conta.

A conta Depósitos, como vimos, apresentou durante os anos um crescimento significativo. Em vários relatórios o banco afirmou que os recursos confiados eram revertidos à economia capixaba. Dessa forma, era possível atender o objetivo da organização, isto é, amparar cada vez mais a produção agrícola.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia que tratamos do capítulo 2 sobre extraterritorialidade, no qual a problemática do financiamento fazia com que os recursos não fossem apropriados pelo Espírito Santo, se mostrou mais ampla a partir dos relatórios anuais do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Analisando tais relatórios, notamos que o banco não estava somente preocupado com o financiamento, mas também com a institucionalidade que aparece o produtor e fomentasse a lavoura agrícola.

Dessa forma, o banco atuava não só no âmbito da finança, no entanto também coordenava uma institucionalidade para o fomento da lavoura. Isso se fazia, através de algumas ações da instituição: i) ao solicitar a Secretaria de Agricultura do estado do Espírito Santo uma posição dos agrônomos para visitar as lavouras; ii) ao criar a Escola de Prática de Agricultura com ensinamentos técnicos objetivando modernizar as lavouras agrícolas; iii) ao posicionar-se a favor do incentivo à Escola Agrícola, criando o Prêmio Punaro Bley; iv) ao construir os Armazéns Gerais para estocagem, auxiliando no recolhimento dos excessos de produção agrícola, armazenamento; e, v) ao criar a Companhia de Expansão Rural Espírito Santense com o desígnio de facilitar as condições de circulação e venda do produto capixaba no mercado interno e externo.

À vista disso, o problema não era a extraterritorialidade apenas pelo lado do financiamento agrícola, mas sim a necessidade de concepção e articulação de uma estratégia de institucionalidade para o fomento da lavoura. Nesse sentido, o banco foi criado para o gerenciamento da Carteira Agrícola, mas, apesar de todas as dificuldades, conseguiu extrapolar essa função, tornando-se articulador de uma institucionalidade capaz de aproximar-se do produtor no interior, financiar a produção e expandir a carteira agrícola.

CONCLUSÃO

A necessidade de realizar um estudo que tenha como enfoque o Espírito Santo se impôs a nós, particularmente, ao conhecer diversas lacunas existentes no que diz respeito à historiografia econômica capixaba. O período da Primeira República (1889 a 1930), abordado nos capítulos 1 e 2 dessa dissertação, muitas vezes tem sua importância relativizada ou é considerado apenas mais um período na história. Contudo, renomados cientistas sociais²⁹ analisaram esse “momento”, o que nos instigou a investigá-lo com mais detalhes.

Não obstante, ao pesquisar esse período e a temática abordada nessa dissertação, compreendemo-nos de que algumas respostas seriam encontradas – ou melhor, esclarecidas – após 1930. Sendo assim, estendemos nosso balizamento temporal até 1945, o que nos fez perfazer um intervalo de tempo muito amplo da história capixaba, ocasionando, algumas vezes, limitações em abordar detalhadamente todos os fatos ocorridos.

Conquanto, ainda assim, essa opção nos remete ao papel de contribuinte de uma história que tem muito a ser pesquisada e escrita, a qual buscamos preencher lacunas, estimular novos estudos e, principalmente, colaborar para a disseminação do conhecimento dos fatos históricos e econômicos do Espírito Santo.

Pesquisar história econômica do capixaba é uma tarefa desafiadora. Isso, pois são conhecidas as complexidades que permeiam os estudos de economia local e, sobretudo, pela dificuldade de acesso à determinadas fontes. Dessa forma, entendemos que os trabalhos já realizados representam substanciais contribuições para o entendimento da realidade social e econômica do Espírito Santo.

Percebemos também, que os enfoques apresentados ao longo do texto são aspectos ainda pouco trabalhados na história econômica capixaba. A rigor, o capítulo 3 dessa dissertação proporciona um novo enfoque ao tratar-se da história do Espírito Santo, uma vez que não há um estudo que aborde a temática proposta e analise os dados apresentados.

²⁹ A nível nacional ver: Boris Fausto, Edgar Carone, José Murilo de Carvalho, entre outros.

É oportuno observar que essa pesquisa não pretendeu esgotar o assunto, tampouco auferir conclusões definitivas a respeito da temática. Isto posto, há lacunas a serem preenchidas por futuros trabalhos acadêmicos. Logo, há uma necessidade de pesquisa posterior sobre os efeitos da atuação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo na economia capixaba, mesmo após o período 1945, que constituiu o balizamento final de nossa análise.

Além disso, essa dissertação “abre portas” para um estudo sobre a motivação política e/ou econômica da constituição de novas agências do BCAES, uma vez que esse aspecto não intuiu essa pesquisa.

Ademais, podemos apresentar de forma sistematizada os principais resultados alcançados no decorrer desse trabalho, isto é, um epítome das principais considerações às quais abordamos ao longo dessa dissertação.

Particularmente a respeito da posição do Estado no que tange suas políticas no período entre 1889-1930, podemos compreender que as ações valorizadoras do setor cafeeiro favoreciam a um conjunto amplo de interesses, não somente alguma classe específica. Além disso, ao adotar tais políticas, os interesses estatais estavam inerentes às operações postas em prática. Isso porque, como vimos, o café era um produto de suma importância para a economia brasileira. Apesar disso, havia uma forte dependência do capital internacional, que teve papel determinante diante às valorizações, impondo, em determinados momentos, suas atribuições.

A economia cafeeira representou para o Espírito Santo a possibilidade de torná-lo dinâmico economicamente. Esse produto proporcionou a colonização de terras, o acréscimo da receita estadual e determinou a possibilidade do desenvolvimento da infraestrutura capixaba. Essenciais para o desenvolvimento e manutenção dessa cultura foram os mecanismos criados pelo governo estadual para o beneficiamento da agricultura local. O incentivo a imigração, a construção de ferrovias e o aparelhamento do porto de Vitória foram fatores fundamentais para que a cultura cafeeira se fomentasse e se propagasse no âmbito nacional.

Em aquiescência com esses aspectos, apresentamos a importância da política nacional da valorização do café, a qual contribuiu, em momentos de queda dos preços internacionais do produto, para garantir aos cafeicultores a condição de lidar com a crise. Ainda, devido ao mecanismo de defesa, o café capixaba era, de certa forma, impulsionado a propagar sua cultura.

Além disso, e em contribuição para a expansão da economia cafeeira no Espírito Santo, destacamos a criação do Serviço de Defesa do Café do estado do Espírito Santo e da bolsa Oficial do Café. Essas instituições foram responsáveis por fortalecer a produtividade do café, estabelecer uma maior “vida útil” aos cafezais capixabas, além de melhorar a qualidade do café local.

No entanto, ainda persistia o problema do financiamento da produção. Essa problemática permaneceu em nível nacional, embora a discussão fosse em relação (a) às decisões do Governo de emissões de moeda, isto é, de achar soluções internas e (b) dada a influências dos grupos internacionais em continuar com a prática de financiamento das políticas de valorização através do empréstimo externo.

No Espírito Santo, embora as ações do governo capixaba tenham consolidado o lado produtivo às condições para a expansão cafeeira, também permaneceu a problemática do financiamento. Essa problemática resultava de elementos diferentes dos que incidiam na esfera nacional. O Espírito Santo dependia fortemente do capital financeiro de outras praças, principalmente do Rio de Janeiro, provocando a “extraterritorialidade” da renda gerada pela cafeicultura, conforme abordamos no decorrer do trabalho. Isso seria resolvido, em parte, com a criação Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

Todavia, ao comparar com Minas Gerais, o Espírito Santo tomou uma decisão semelhante, porém 40 anos depois. Isto é, embora a economia cafeeira capixaba tenha se desenvolvido, isso aconteceu de forma mais lenta e, dessa forma, não criou um “complexo cafeeiro” como ocorreu em São Paulo. Por outro lado, implantando o Banco, os relatórios apontam que foi o financiamento da agricultura como um todo que passou a fazer parte da estratégia da instituição, não exclusivamente a questão cafeeira.

Ou seja, ainda que se tenha mirado no financiamento do café, a atuação do Banco foi mais pautada por um financiamento da produção e diversificação agrícola no Espírito Santo. E nesse sentido, justifica-se o título dessa dissertação, uma vez que o Banco foi “para além da problemática cafeeira”, criando um aparato de institucionalidade para o fomento da lavoura, através da expansão do financiamento da agricultura como elemento essencial ao desenvolvimento, da estratégia de expansão para o interior, com a criação de agências. Dessa

forma, era possível aproximar-se do produtor, formalizar os empréstimos, expandir a carteira agrícola e extinguir a figura do intermediário/comerciante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO. *Estatutos*. Imprensa Oficial, Vitória, ES: 1937.

_____. *Relatório de 1937*. Imprensa Oficial, Vitória, ES: 1938.

_____. *Relatório e Balanços referentes ao ano de 1938*. Imprensa Oficial, Vitória, ES: 1939.

_____. *Relatório e Balanços referentes ao ano de 1939*. Vida Capichava, Vitória, ES: 1940.

_____. *Relatório e Balanços – Exercício 1940*. Vitória, Estado do Espírito Santo: 1941.

_____. *Relatório e Balanços – Exercício 1941*. Vitória, Estado do Espírito Santo: 1942.

_____. *Relatório e Balanços – Exercício 1942*. Vitória, Estado do Espírito Santo: 1943.

_____. *Relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo – Exercício de 1944*. Vitória, ES: 1945.

_____. *Relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo – Exercício de 1945*. Vitória, ES: 1946.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: G. Bittencourt, 2006.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni; ROSA, Léa Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*. Edufes: Vitória, 1996.

BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo*. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós Graduação do Instituto de Economia – UNICAMP.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória: IHGES, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Economia. Campinas, SP.

_____. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas – IPE. São Paulo, SP, v. 15, n. 2, maio-agosto, 1985.

CELIN, José Lázaro. *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia. Porto Alegre: UFRGS.

COLISTETE, Renato Perim. Da defesa à destruição do café, o Estado é balança de interesse. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*. Vitória, ano V, n. 1, jan.-mar, p. 14-19, 1986.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. *Bancos Oficiais no Brasil: Origem e Aspectos de Seu Desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FALEIROS, Rogério Naques. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. In: *HEERA: Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*. vol.5 n.8 Jan-Jun 2010.

_____. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010b.

FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil. *A partir da Defesa Permanente: o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo entre 1927 e 1930*. Dezembro de 2013. Disponível em <https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i3-eb700feed1ee881abfe688a84513b4ad.pdf>. Acesso em 31 de Agosto de 2016.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III - O Brasil republicano. v.8. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945). In: *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 10, 1973.

FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional - 1840-1960*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. *A República no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FRITSCH, Winston. Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906 - 1914. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República. In: *Revista Estudos Econômicos*. v.15. São Paulo: USP/IPE, n.2. 1985.

_____. Apogeu e crise da Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, Celso Monteiro. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GARCIA, Amanda; MOTA, Euller; DIAS, Max. A República e a frustrada instauração da modernidade. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). *Diário Capixaba: 115 anos de Imprensa Oficial no Espírito Santo*. Vitória, Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840 - 1930)*. 1997. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP, 1986 (tese de doutorado).

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paula na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAES, Ormando. *História dos bancos no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico, 1992.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ªed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PELÁEZ, Carlos Manuel. (1971). As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. In: *Revista Brasileira de Economia*, n.º 25 (3), julho/setembro.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital*. Vitória: Secult, 2010.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “Primeira Grandeza”*: o Espírito Santo e o Governo de Moniz Freire (1892 a 1896). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas - UFES.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850-1930*. Vitória: NEP – Departamento de Economia – UFES, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955-1985*. 2ª ed. – Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Uma ferrovia em questão: a Vitória a Minas 1890-1940*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Estilque Ferreira dos. *Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba*. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*. n.17. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais – UFES, 2005.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional*. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *O Brasil republicano*. v.1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III. São Paulo: Difiel, 2006.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940*. Vitória: Codesa/UFES, 1995.

SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume: 2001.

TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. São Paulo: Record, 1987.

TORELLI, Leandro Salman. *A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)*. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2004 (dissertação de mestrado).

TORRES FILHO, Artur E. Magarinos. *O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 1913.

VILLELA, Anníbal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

VILLASCHI, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José. *Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização*. In: VILLASCHI, Arlindo. (Org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Flor&Cultura, 2011.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. 1986. Vitória: UFES/FCA.

ANEXOS

ANEXO A -Brasil: principais produtos de exportação

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros	Total
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,0
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-1913	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-1918	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-1923	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0
1924-1928	72,5	0,4	1,9	2,8	4,5	17,9	100,0

Fonte: SINGER (2006, p. 379).

Nota: Participação (em %) na Receita das Exportações.

ANEXO B –Presidentes de Estado – Primeira República (1889-1930)

Nome	Início do Mandato	Fim do Mandato
Afonso Cláudio de Freitas Rosa	22 /11/ 1889	07 /01/ 1890
José Horácio Costa	07 /01/ 1890	09 /09 1890
Constante Gomes Sodré	09 /09 / 1890	20 /11/ 1890
Henrique da Silva Coutinho	20 /11/ 1890	11 /03/ 1891
Antônio Gomes Aguirre	11 /03/ 1891	07 /06 / 1891
Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida	07 /06 / 1891	08 /12/ 1891
Junta governativa capixaba de 1891	08 /12/ 1891	03 /05/ 1892
José de Melo Carvalho Muniz Freire	03 /05/ 1892	23 /05/ 1896
Graciano dos Santos Neves	23 /05/ 1896	23 /09/ 1897
Constante Gomes Sodré	23 /09/ 1897	06 /01/ 1898
José Marcelino Pessoa de Vasconcelos	06 /01/ 1898	23 /05/ 1900
José de Melo Carvalho Muniz Freire	23 /05/ 1900	23 /05/ 1904
Argeu Hortênsio Monjardim	23 /05/ 1904	16 /06/ 1904
Henrique da Silva Coutinho	16 /06/ 1904	23 /05/ 1908
Jerônimo de Sousa Monteiro	23 /05/ 1908	23 /05/ 1912
Marcondes Alves de Sousa	23 /05/ 1912	23 /05/ 1916
Bernardino de Sousa Monteiro	23 /05/ 1916	23 /05/ 1920
Nestor Gomes	23 /05/ 1920	23 /05/ 1924
Florentino Ávidos	23 /05/ 1924	30 /06/ 1928
Aristeu Borges de Aguiar	30 /06/ 1928	16 /10/ 1930

Fonte: Elaboração própria com base em http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/presidentes_estado.aspx.

ANEXO C –Interventores Federais (1930-1946)

Nome	Início do Mandato	Fim do Mandato
José Armando Ribeiro de Paula	16 /10/ 1930	19 /11/ 1930
Junta governativa capixaba de 1930	19 /11/ 1930	22 /11/ 1930
João Punaro Bley	22 /11/ 1930	21 /01/ 1943
Jones dos Santos Neves	21 /01/ 1943	27 /10/ 1945
José Rodrigues Sette	27 /10/ 1945	06 /11/ 1945
Otávio de Carvalho Lengruber	06 /11/ 1945	27/ 02/ 1946

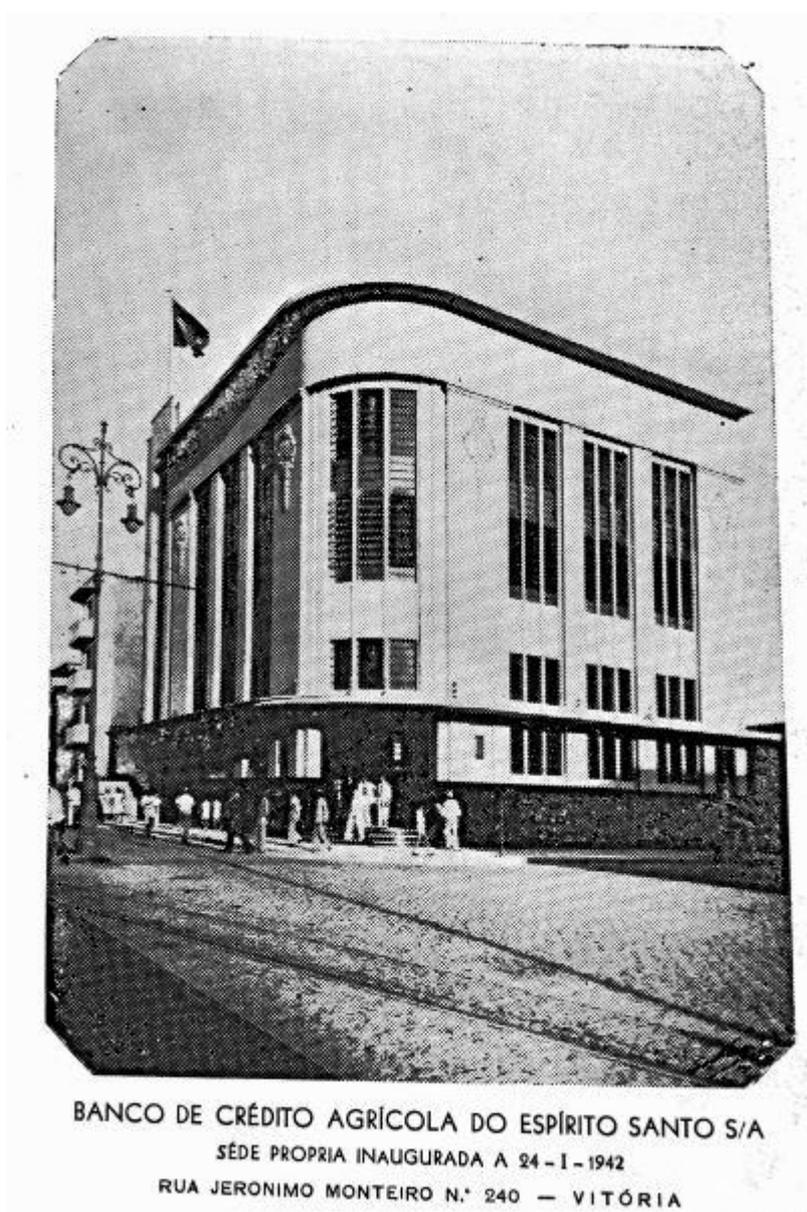
Fonte: Elaboração própria com base em http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/presidentes_estado.aspx.

ANEXO D – Valor das exportações totais, da exportação de café e participação relativa do produto em relação ao total (Valores correntes – Contos de Réis)

Anos	Exportações totais	Exportação de café	%
1892	15.627,2	15.271,5	97,7
1893	27.758,2	27.418,4	98,8
1894	28.651,1	28.562,6	99,7
1895	31.724,0	31.527,5	99,4
1902	11.165,5	10.647,5	95,4
1903	15.238,1	14.551,3	95,5
1904	18.101,7	17.002,3	95,0
1905	13.133,2	12.177,1	92,7
1906	11.654,1	10.603,2	91,0
1907	13.110,8	12.164,0	92,8
1908	11.950,5	11.700,5	97,9
1909	9.083,9	8.742,9	96,3
1910	9.645,1	9.106,7	94,4
1911	26.684,5	23.049,7	86,4
1912	32.589,3	29.676,5	91,1
1913	25.591,7	22.832,0	89,2
1914	20.856,0	17.628,5	84,5
1915	33.196,7	28.471,1	85,8
1916	30.953,9	26.651,0	86,1
1917	28.036,0	23.726,2	84,6
1918	30.422,5	24.766,0	81,4
1919	53.667,3	59.160,1	90,1
1920	78.950,2	47.532,4	88,6
1921	98.327,1	71.863,4	91,0
1922	123.139,6	90.657,6	92,2
1923	214.804,5	115.522,7	93,8
1924	219.212,4	206.412,1	96,1
1925	191.927,8	209.866,9	95,7
1926	181.635,6	198.205,2	94,6
1927	188.909,9	208.003,2	95,3
1928	195.485,6	193.696,2	93,6
1929	111.314,5	123.080,8	94,0
1930	130.026,1	136.492,3	90,4

Fonte: ROCHA E COSSETTI, 1983, p. 222.

ANEXO E – Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo – Sede Própria – Vitória/ES



Fonte: BCAES, 1943.

ANEXO F -Diretores Presidentes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo 1937-1945

Nomes	Período
Mario Aristides Freire	De 30.04.37 a 31.01.43
Ivan de Oliveira	De 01.02.43 a 10.12.44
Mario Aristides Freire	De 11.12.44 a 27.02.46

Fonte: MORAES (1992).